

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

HEBE MACEDO DE CARVALHO

**A ALTERNÂNCIA INDICATIVO/SUBJUNTIVO NAS
ORAÇÕES SUBSTANTIVAS EM FUNÇÃO DOS TEMPOS
VERBAIS PRESENTE E IMPERFEITO NA
LÍNGUA FALADA DO CARIRI**

**FORTALEZA
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

HEBE MACEDO DE CARVALHO

**A ALTERNÂNCIA DO INDICATIVO/SUBJUNTIVO NAS
ORAÇÕES SUBSTANTIVAS EM FUNÇÃO DOS TEMPOS
VERBAIS PRESENTE E IMPERFEITO NA
LÍNGUA FALADA DO CARIRI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística, Linha de pesquisa Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elias Soares

FORTALEZA
2007

HEBE MACEDO DE CARVALHO

**A ALTERNÂNCIA INDICATIVO/SUBJUNTIVO NAS
ORAÇÕES SUBSTANTIVAS EM FUNÇÃO DOS TEMPOS
VERBAIS PRESENTE E IMPERFEITO NA
LÍNGUA FALADA DO CARIRI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Lingüística, Linha de pesquisa Descrição e Análise Lingüística.

Aprovada em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Elias Soares (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará-UFC

Prof. Dr. Dermeval da Hora
Universidade Federal da Paraíba -UFPB

Profa. Dra. Maria do Socorro Silva de Aragão
Universidade Federal do Ceará-UFC

Profa. Dra. Maria Marta Pereira Scherre
Universidade de Brasília-UnB

Profa. Dra. Márluce Coan
Universidade Federal do Ceará-UFC

A Deus, que dá Vida.

Aos meus pais, que no silêncio de suas ações
muito me ensinaram.

A Vovô Dezinho pelos ensinamentos
passados pela chuva que não vinha.

A Edivan e Artur, presentes dos Céus,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

À Vida que floresce a cada amanhecer.

Ao meu pai, sertanejo de muitas estórias, que como muitos brasileiros não conhecia o mundo da palavra.

A minha mãe que me ensinou o valor do estudo.

Ao Edivan por me ensinar o que é ser companheiro.

Ao Artur, “cavaleiro”, “guerreiro”, “D. Quixote”, por me ajudar a resgatar imagens e fantasias já adormecidas pelo tempo.

A Tia Zaíra, em cuja casa fui acolhida e onde tudo começou.

Aos meus irmãos, “Evenor”, “Júnior”, “Hélcia”, “Paulino” e “Diego”, cujas presenças se constroem na ausência.

Aos meus amigos, que são referenciais na busca constante pelo conhecimento.

A Aluíza pelas trocas eletrônicas, mas tão reais.

A professora Maria Elias, pelas sugestões valiosas ao longo do trabalho, pela disponibilidade carinhosa em meio a tantos papéis e pela brilhante iniciativa de coletar os dados do Cariri.

A professora Marta Scherre, farol dessa caminhada, sempre indicando caminhos no cais.

A Márluce, permita-me chamar assim, que quase teve sua biblioteca transferida para minha casa.

Aos meus alunos, “por quem os sinos dobram”.

Aos meus colegas de Departamento por tanto me ensinar ao longo desses 10 anos de UFC.

A FUNCAP por financiar parte desse estudo.

À Universidade Pública do Brasil pela resistência.

Aos encontros, cujos nomes e imagens não lembro agora, mas serão evocados em gestos e atitudes que ajudaram a constituir esse percurso.

Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós
E que a voz da igualdade
Seja sempre a nossa voz.

(Niltinho Tristeza, Preto Jóia,
Vicentinho E Jurandir)

RESUMO

Investigamos neste estudo a alternância dos modos indicativo e subjuntivo na língua falada do Cariri, região que fica ao sul do estado do Ceará. Utilizamos o *corpus* do Projeto Português não-padrão do Ceará, sediado no Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará. O objetivo central dessa investigação é captar a variação dos modos indicativo e subjuntivo na língua falada da região em foco, descrever e analisar os ambientes favoráveis e de restrição ao uso do subjuntivo. Controlamos contextos lingüísticos favoráveis à alternância indicativo/subjuntivo e contextos considerados obrigatórios do modo indicativo e do modo subjuntivo, a fim de compreender não somente a alternância, mas a distribuição do subjuntivo nas orações substantivas, a fim de demonstrar que em ambientes de alternância a força modal se encontra na carga semântica do verbo matriz, estando as formas indicativo/subjuntivo atuando apenas como variantes morfológicas desprovidas da sua função precípua de modo. Os dados foram quantificados por meio do pacote de programas VARBRUL e analisados à luz da Teoria da Variação e de pressupostos funcionalistas (GIVÓN, 1984; 1995; 2001) para o modo subjuntivo. Realizamos rodadas separadas por tempo verbal. Controlamos as orações no presente do indicativo vs. presente do subjuntivo e as orações no pretérito imperfeito do indicativo vs. pretérito imperfeito do subjuntivo. Os resultados constataam a interferência de condicionadores lingüísticos e sociais no uso da alternância dos modos indicativo e subjuntivo. Verificamos que os fatores estruturais tipo de verbo da oração matriz e modalidade revelam-se relevantes na distribuição do subjuntivo. O grupo de fatores anos de escolarização não reflete influências no uso do subjuntivo. Nos dados, informantes com nenhuma escolaridade formal usam mais o subjuntivo do que estudantes com mais de 11 anos de escolaridade. Ao realizamos uma rodada agrupando falantes de 0-4 anos, 5-11 anos e mais de 11 anos de escolaridade o grupo de fatores não foi selecionado como significativo nos dados do presente. Nas rodadas referentes ao imperfeito, ainda que com poucos dados, esse grupo também não se mostrou significativo. Em linhas gerais, a força modal da sentença se concentra na carga semântica do verbo principal, sendo a alternância das formas indicativa/subjuntiva, na comunidade de fala estudada, produto de complexas interações de fatores lingüísticos de natureza sintático-semântica e discursiva, especificamente, tipo de verbo da oração, estrutura da assertiva e modalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Alternância subjuntivo/indicativo. Sociolingüística. Variação. Modo subjuntivo. Modalidade.

ABSTRACT

In this study, we investigate the alternation between the indicative and subjunctive modes in the spoken language of Cariri, a region in the south of the state of Ceará, Brazil. We use the *corpus* from the “Project Non-standard Portuguese in Ceará”, which is part of the Post-Graduation Program in Linguistics at Federal University of Ceará. The main objective of this work is to pick up the variations of the indicative and subjunctive modes in the spoken language of the Cariri region, as well as describe and analyze the environment favorable and restricted to the subjunctive use. We controlled linguistic contexts favorable to the alternation between indicative and subjunctive modes and contexts considered obligatory to these modes, in order to understand not only the alternation, but also the distribution of the subjunctive in noun clauses, in order to show that in alternation environments the modal strength is found in the semantic power of the main verb, being the indicative and subjunctive forms acting just as morphological variations without their main function of mode. The data were quantified by VARBRUL package programs and analyzed according to the Theory of Variation and the functionalist hypotheses (GIVÓN, 1984; 1995; 2001) to the subjunctive mode. We made rounds and separated them according to the verb tense. We controlled the clauses in the present of indicative vs. the present of subjunctive and the clauses in the past of indicative vs. the past of subjunctive. The results show the interference of linguistic and social conditioners in the use of alternation between the indicative and subjunctive modes. We notice that the structural factors, type of verb in the main clause and modality, show themselves relevant in the distribution of the subjunctive. The group of factors schooling years does not reflect influence in the use of the subjunctive. In the data, the informants with no formal education use the subjunctive more than the students with over eleven years of education. By making a round grouping speakers with 0-4, 5-11 and over 11 years of education, the group of factors was not selected as significant in the data of the present. In the rounds referring to the past, despite the few data, this group did not show itself significant, either. In general, the modal strength of the sentence focuses on the semantic power of the main verb, being the alternation in Portuguese product of complex interactions of linguistic factors.

Keywords: Subjunctive / indicative alternation. Sociolinguistics. Variation. Subjunctive mode. Modality

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1 – Modalidades mais Importantes da Linguagem Humana (Givón, 2001)	65
QUADRO 2 – Modalidades Epistêmicas (GIVÓN, 2001)	65
QUADRO 3 – Distribuição da Modalidade em Tempo e Aspecto	66
QUADRO 4 - Características sociais dos Informantes – Sexo Feminino	75
QUADRO 5 - Características sociais dos informantes – sexo masculino.....	76
QUADRO 6 – Trajetória da Gramaticalização dos Marcadores T-A-M (GIVÓN, 2001).....	116
QUADRO 7 – Grupos de Fatores Condicionantes em função do Tempo Verbal	125

LISTAS DE TABELAS

- TABELA 1** – O USO DO SUBJUNTIVO NAS ORAÇÕES COMPLETIVAS NO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO SEGUNDO O *TIPO DO VERBO DA ORAÇÃO EM QUE A COMPLETIVA ESTÁ ENCAIXADA* (MEIRA, 2006: 234)57
- TABELA 2** – TIPO DE VERBO DA ORAÇÃO MATRIZ NO USO DO SUBJUNTIVO90
- TABELA 3** - ATUAÇÃO DO TIPO DE VERBO DA ORAÇÃO MATRIZ NO USO DO SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS.....91
- TABELA 4** – TIPO DE VERBO DA ORAÇÃO EM FUNÇÃO DOS VERBOS COGNITIVOS.....94
- TABELA 5** – ATUAÇÃO DA ESTRUTURA DA ASSERTIVIDADE DA ORAÇÃO NO USO DO SUBJUNTIVO98
- TABELA 6** – CRUZAMENTO DOS GRUPOS DE FATORES TIPO DE VERBO DA ORAÇÃO MATRIZ E ESTRUTURA DE ASSERTIVIDADE DA ORAÇÃO100
- TABELA 7** – ATUAÇÃO DA ESTRUTURA DA ASSERTIVIDADE DA ORAÇÃO MATRIZ EM FUNÇÃO DOS VERBOS COGNITIVOS E *DICENDI*.....102
- TABELA 8** - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DE USO DOS MODOS INDICATIVO/SUBJUNTIVO105

TABELA 9 – ATUAÇÃO DA MODALIDADE NO USO DO SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES SUBSTANTIVAS NO PRESENTE	106
TABELA 10 – CRUZAMENTO DOS GRUPOS DE FATORES TIPO DE VERBO DA ORAÇÃO E MODALIDADE	107
TABELA 11 – PERCENTUAL DO GRUPO DE FATORES MODALIDADE: VERBOS COGNITIVOS E <i>DICENDI</i>	108
TABELA 12 – TIPOS DE VERBO DA ORAÇÃO PRINCIPAL	115
TABELA 13 – ATUAÇÃO DA MODALIDADE NO USO DO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO	120
TABELA 14 – ATUAÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO USO DO PRESENTE DO SUBJUNTIVO.....	128
TABELA 15 - ATUAÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO USO DO PRESENTE DO SUBJUNTIVO: VERBOS COGNITIVOS E DICENDI.....	129
TABELA 16 - ATUAÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO USO DO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO	131
TABELA 17 – ATUAÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO USO DO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO COM VERBOS COGNITIVOS.....	132
TABELA 18 – ATUAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA NO USO DO PRESENTE DO SUBJUNTIVO: TODOS OS CONTEXTOS.....	135
TABELA 19 - ATUAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA NO USO DO PRESENTE DO SUBJUNTIVO: VERBOS COGNITIVOS E DICENDI.....	137

TABELA 20 – ATUAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA NO USO DO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO	138
TABELA 21 - ATUAÇÃO DA VARIÁVEL SEXO NO USO DO PRESENTE EM ORAÇÕES SUBSTANTIVAS	140
TABELA 22 - ATUAÇÃO DA VARIÁVEL SEXO NO USO DO PRESENTE EM ORAÇÕES SUBSTANTIVAS: VERBOS COGNITIVOS E DICENDI	140
TABELA 23 - ATUAÇÃO DA VARIÁVEL SEXO NO USO DO IMPERFEITO EM ORAÇÕES SUBSTANTIVAS.....	141
TABELA 24 - SEXO DO FALANTE (cf. ROCHA, 1997:111)	142
TABELA 25 – MODO SUBJUNTIVO E SEXO NAS ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS (PIMPÃO, 1999, p. 94)	142
TABELA 26 - INFLUÊNCIA DO SEXO NO PRETÉRITO IMPERFEITO (cf. DOMINGOS, 2004:117)	143
TABELA 27 – SEXO DO INFORMANTE E MODO VERBAL (cf. FAGUNDES, 2007:139)	143

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGÜÍSTICA.....	19
1.1 Teoria da Variação e Mudança Lingüística.....	19
1.2 Aplicação da Abordagem Teórico-Metodológica da Sociolingüística a Fenômenos de Natureza Sintática.....	31
2 O MODO VERBAL.....	34
2.1 Estudos Descritivos sobre o Modo	39
2.2 Alguns Estudos realizados no Âmbito Variacionista.....	49
2.3 Tempo, Modo e Modalidade.....	59
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	69
3.1 Objetivos, Questões e Hipóteses.....	69
3.2 Constituição da Amostra.....	72
3.3 Envelope da Variação.....	76
3.3.1 Delimitação da Variável Dependente.....	77
3.4 Dados excluídos da Análise.....	81
3.5 Análise Quantitativa.....	82
4 ALTERNÂNCIA INDICATIVO/SUBJUNTIVO EM FUNÇÃO DO TEMPO PRESENTE: DISCUSSÃO E ANÁLISE.....	85
4.1 Variáveis Lingüísticas sob Controle.....	86
4.1.2 Variáveis Dependentes.....	86
4.1.3 Variáveis Lingüísticas Independentes.....	88
4.2 Variáveis Sociais.....	88
4.3 Tipos de Verbo da Oração Principal.....	88
4.4 Estrutura de Assertividade da Oração.....	96
4.5 Variável Modalidade.....	106

5 ALTERNÂNCIA INDICATIVO/SUBJUNTIVO EM FUNÇÃO DO TEMPO PRETÉRITO IMPERFEITO: DISCUSSÃO E ANÁLISE.....	113
5.1 Tipo de Verbo da Oração Principal.....	115
5.2 Modalidade.....	118
5.3 Distribuição da Regra Variável do Subjuntivo em Função dos Tempos Verbais da Oração.....	123
6 VARIÁVEIS SOCIAIS.....	127
6.1 Anos de Escolarização.....	127
6.2 Faixa Etária.....	134
6.3 Sexo.....	139
CONCLUSÃO.....	145
REFERÊNCIAS.....	151

ANEXOS

INTRODUÇÃO

A Teoria da Variação ou Sociolinguística Quantitativa, baseada na proposta de Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog (1968), introduz o estudo da variação sistemática decorrente de condicionadores estruturais e sociais. Os autores discutem e criticam a concepção de língua, como sistema homogêneo, definida por si mesma, podendo ser estudada na ausência de uma comunidade de fala.

Na perspectiva variacionista, estrutura e heterogeneidade refletem o sistema lingüístico, sendo a variação inerente à língua. Esse modelo teórico-metodológico enfatiza a relação entre língua e sociedade, concebe a variabilidade lingüística e, conseqüentemente, a possibilidade de sistematizar a variação existente e própria da língua falada.

O modelo variacionista é entendido como um espaço de investigação interdisciplinar que atua nas fronteiras entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos concretos da língua (cf. LABOV, 1972).

Nosso trabalho insere-se nesse arcabouço teórico, à medida que concebe a língua como um fato social, trabalha com uma grande quantidade de dados da língua falada e procura verificar de que maneira fatores internos e externos interferem na alternância dos modos indicativo e subjuntivo, com base em “hipóteses lingüísticas gerais ou emergidas dos próprios dados” (cf. SCHERRE, 1992). Nesse sentido, concebemos a linguagem como instrumento que funda e é moldada por uma constante conjunção de forças internas e externas ao sistema lingüístico.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos dados de fala da região do Cariri (microrregião que se situa ao Sul do estado do Ceará) provenientes do Banco de Dados do Estudos de Língua Oral de Ceará/Português não padrão

do Ceará. Foram selecionados 60 informantes, estratificados em sexo, faixa etária e anos de escolaridade. Objetivamos empreender, à luz da Sociolinguística Laboviana, uma análise morfossintática, semântica e discursiva da alternância indicativo/subjuntivo, em orações subordinadas substantivas, em busca de compreender em que medida aspectos sintático-semânticos e discursivos da oração principal reforçam ou restringem a noção modal expressa pelo verbo da oração encaixada. Acreditamos que, em contextos de alternância em orações subordinadas substantivas, a força modal da oração se concentra principalmente no verbo da oração principal, sendo os modos indicativo/subjuntivo da oração encaixada neutralizados em função principalmente da carga semântica do verbo principal. Nesses casos, o presente do indicativo e o presente do subjuntivo funcionam como formas variantes morfológicas condicionadas pelo verbo da matriz. Esta proposta mostra-se relevante porque pretende, a partir de hipóteses já testadas em outros estudos (PEREIRA, 1974; ROCHA, 1997; PIMPÃO, 1999), levantar novas hipóteses e captar algumas generalizações que possam auxiliar na explicação da alternância indicativo/subjuntivo no Português do Brasil.

No primeiro capítulo, apresentamos a base teórica que nos serviu de suporte para a análise dos dados. Tecemos, ainda, algumas considerações acerca da aplicação da abordagem teórico-metodológica da Teoria da Variação e Mudança a fenômenos de natureza sintática.

No segundo capítulo, apresentamos a visão da tradição normativa e seus pressupostos acerca da alternância dos modos. Focalizamos alguns estudos descritivos que se debruçaram sobre a alternância e nos auxiliaram a entender questões e problemas subjacentes ao funcionamento desse fenômeno, bem como auxiliaram na interpretação dos dados. Contextualizamos ainda alguns estudos no âmbito variacionista que foram importantes para nossa pesquisa porque nos serviram de parâmetro para a análise e comparação de dados. Por fim, são apresentados alguns conceitos das categorias verbais de tempo, modo e modalidade, especificamente, das modalidades *realis/irrealis* que nos auxiliaram na composição dos traços de alguns grupos de fatores importantes para a análise dos dados.

No terceiro capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para a composição do *corpus*, objetivos, questões e hipóteses propostas para esta pesquisa. Apresentamos ainda parâmetros da análise quantitativa utilizada pelo pacote de programa Varbrul, que mede a frequência e a probabilidade de uso da variável sob análise.

No quarto capítulo descrevemos, analisa e discute os dados do presente do indicativo vs. presente do subjuntivo. Avaliamos a alternância em função das variáveis lingüísticas e apresentamos resultados e discussões de como a alternância se comporta em função do tempo presente e dos grupos de fatores em competição.

No quinto capítulo dedicamos à análise dos dados da alternância em função do pretérito imperfeito do indicativo vs. pretérito imperfeito do subjuntivo. Com o objetivo de investigar a correlação tempo-modo, testamos as mesmas variáveis referentes à análise com dados do presente. Em um primeiro momento, realizamos descrição, análise e discussão dos dados. Em um segundo momento, apresentamos a distribuição da alternância indicativo/subjuntivo em função dos tempos verbais.

Com o objetivo de investigar que fatores sociais atuam sobre o fenômeno, apresentamos, no capítulo, seis a análise das variáveis sociais controladas neste estudo. Logo após, apresentamos algumas considerações finais que pontuaram o percurso que seguimos para a construção deste texto.

1 VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGÜÍSTICA

Neste capítulo serão apresentados os pressupostos básicos da Sociolingüística, evidenciando aspectos que possibilitam a análise do fenômeno em estudo na perspectiva da Teoria da Variação e Mudança.

1.1 Teoria da Variação e Mudança Lingüística

O estudo, a ser empreendido, insere-se no arcabouço teórico da Teoria da Variação e Mudança Lingüística que, diferentemente da Lingüística Estrutural e Gerativa, dissocia estrutura e homogeneidade, introduz a noção de variação inerente ao sistema lingüístico e considera a relação entre língua e sociedade, buscando investigar essa relação com base em dados de fala em situação espontânea e correlaciona a variação e mudança do sistema lingüístico a fatores de natureza lingüística e extralingüística à língua.

A Teoria da Variação e Mudança ou Sociolingüística Quantitativa surge na década de 1960, a partir da proposta de Weinreich; William Labov; Herzog (1968), com o objetivo de desenvolver uma teoria que pudesse descrever a língua e seus determinantes sociais e lingüísticos, bem como produzir uma teoria da mudança que acomodasse o uso variável da língua. Esse modelo teórico-metodológico concebe a língua como um sistema heterogêneo, dinâmico que deve ser estudado a partir de dados reais de determinada comunidade de fala.

Para Saussure (1973, p. 21; 116), precursor do estruturalismo, a língua tem um lado individual, “parole”, e um lado social, “langue”, que não podem ser concebidos isoladamente. Paralelamente a essa dicotomia, Saussure estabelece o estudo da língua em sincronia e diacronia. No nível sincrônico, a língua constitui um sistema estático, homogêneo e regular; no nível diacrônico, os termos evoluem e se substituem ao longo do tempo. Dessa

forma, a Lingüística sincrônica se ocupa das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e sistemáticos, tais como são percebidos pela consciência coletiva. A Lingüística diacrônica, por sua vez, estuda as relações que unem termos sucessivos não perceptíveis por uma mesma consciência coletiva sem formar sistema entre si.

A investigação estruturalista, nos moldes de Saussure, baseia-se na língua como sistema homogêneo, superestrutura definida por si mesma, encontrada na consciência do falante, podendo ser estudada na ausência de uma comunidade de fala: a sincronia conhece apenas uma perspectiva, a do falante, e todo seu método consiste em descrever estruturas lingüísticas que constituem o sistema lingüístico existente na consciência do falante.

Assim, o estruturalismo estuda a vida dos signos no interior da comunidade, baseando-se no informante e no seu próprio conhecimento da língua. Para Labov (1972, p. 186), de acordo com o pensamento de Saussure, conceber a língua - aspecto social - a partir de cada indivíduo e a fala - postulada como individual - inserida no contexto social constitui um paradoxo saussuriano, ou seja, partindo-se de um único indivíduo, seria possível analisar-se o lado social da linguagem, mas somente pela interação de uma ou mais pessoas se poderia estudar o aspecto individual.

O primeiro modelo gerativo, elaborado por Chomsky (1975), adota as idéias estruturalistas à medida que estabelece a dicotomia competência e desempenho como objeto de estudo. À competência corresponde um conhecimento abstrato das regras da língua e ao desempenho, seleção e execução de tais regras.

Interessa-lhe a competência de um falante-ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade lingüística completamente homogênea que conhece perfeitamente sua língua e não é afetada por limitações de memória, distrações, mudanças de atenção e de interesse e erros de aplicação de seu conhecimento de língua no desempenho real.

A Teoria Gerativa adota, portanto, a idéia de homogeneidade, partindo do pressuposto de que estrutura lingüística e homogeneidade estão

intrinsecamente associadas. Nesse caso, a comunidade é considerada homogênea, e o informante, um perfeito representante dela.

O gerativismo objetiva descrever as associações relevantes que existem na língua e, conseqüentemente, a possibilidade de ocorrência de uma dada estrutura. Os dados lingüísticos considerados não necessitam ser enunciados pelos indivíduos em situação de interação e a possível realização da fala é, portanto, irrelevante. O componente social da fala e a variabilidade lingüística de uma mesma língua não são abordados por essa teoria.

Na década de 1980, a teoria gerativa sofreu um forte redirecionamento de uma teoria que considerava a gramática um conjunto de regras, em direção a uma teoria que busca explicar as características universais das línguas com base nas noções de princípios e parâmetros. Nesse sentido, os *princípios* consistem em características universais invariáveis próprias das línguas humanas naturais e os *parâmetros* em reflexos diretos de propriedades lingüísticas “concretas”, diretamente observáveis nos sistemas gramaticais (RAPOSO, 1992).

Ramos (1999, p. 88), em seu texto *Sociolingüística paramétrica* ou *Variação paramétrica*, aponta para três inovações na gramática gerativa que são: (a) aceitação de evidências de natureza quantitativa; (b) restrição a dados introspectivos e (c) rejeição à opcionalidade¹. Assinala ainda que cada vez mais dados que refletem variação começam a ser analisados como fatos lingüísticos pelos gerativistas. Ao citar Sobin (1997)² diz que a literatura gerativista tem cedido espaço para o tratamento da variação no indivíduo.

Embora seja possível fazer associações entre esses postulados, a Sociolingüística tem uma concepção de língua diferente do gerativismo e um tratamento metodológico específico para lidar com os dados.

A Sociolingüística rechaça a relação língua/homogeneidade e incorpora a idéia de variação sistemática motivada por pressões sociais que

¹ Esta perspectiva adota a variação como uma questão interna à gramática gerativa.

² SOBIN. Agreement, default rules, and grammatical viruses. *Linguistic Inquiry*, 1997.

continuamente operam sobre a língua, não devendo, pois, ser estudada fora do contexto social (LABOV, 1972;1994;2001).

A Teoria da Variação situa-se em relação ao conjunto língua e sociedade, considerando a variedade das formas em uso como objeto complexo, decorrente dos fatores internos, próprios do sistema lingüístico, e dos fatores sociais que interagem no ato da comunicação.

Para Weinreich; Labov; Herzog (1968, p.99), um modelo de língua que acomodasse os fatos de uso variável, com seus determinantes sociais e estilísticos, conduziria a descrições mais adequadas da competência lingüística.

Uma teoria da mudança deve, pois, conceber a língua - de um ponto de vista diacrônico e/ou sincrônico - como um objeto possuidor de heterogeneidade sistemática.

Nessa perspectiva, é na heterogeneidade refletida através do desempenho que se deve buscar estrutura, sistema e funcionamento da língua, bem como tentar explicar o efetivo funcionamento dos sistemas em momentos de mudança. Para tal, faz-se necessário estudar a língua do indivíduo na comunidade em situação de fala real.

Na tentativa de estabelecer a heterogeneidade sistemática, Weireich; Labov; Herzog (1968) apontam dois princípios básicos para o estudo da língua:

(i) deixar de identificar estrutura lingüística com homogeneidade e conceber como opção racional a possibilidade de descrever ordenadamente a diferenciação numa língua que serve à comunidade.

(ii) entender que as gramáticas nas quais uma mudança lingüística ocorre representam gramáticas de comunidade de fala.

O modelo teórico-metodológico variacionista busca a ordenação da heterogeneidade e considera a variação inerente ao sistema lingüístico,

sistemática, regular e ordenada. Propõe-se explicá-la, descrevê-la, relacionando-a aos contextos social e lingüístico (LABOV, 1972, p. 223 - 26).

Essa abordagem enfatiza a variabilidade e concebe a língua como instrumento de comunicação usado por falantes da comunidade, num sistema de associações comumente aceito entre formas arbitrárias e seus significados. Objetiva explicar o processo de mudança lingüística em função de diversos fatores, assim subdivididos: fatores lingüísticos que são referentes às variáveis internas à língua; e fatores sociais que são variáveis relacionadas ao falante como sexo, idade, grau de escolaridade, classe social, entre outras. Essas variáveis atuam de maneira probabilística na variação da língua, sendo possível revelar quais ambientes lingüísticos influenciam regularmente a freqüência de uma variante ou outra, e quais contextos lingüísticos e/ou sociais são mais relevantes no fenômeno observado (LABOV, 1994, p.09).

Para a Teoria da Variação, os fatos lingüísticos são entidades teóricas, de modo que a realização de uma ou outra variante das formas em competição constitui o seu objeto de análise. Esse modelo teórico-metodológico observa que a noção de opcionalidade deixa de captar a natureza da variação sistemática que existe mesmo no nível da gramática de um único indivíduo. (CEDERGREN & SANKOFF, 1974, p 333).

Para o modelo variacionista, a freqüência de aplicação de uma dada regra opcional pode depender fortemente de restrições do contexto lingüístico e dos aspectos sociais diretamente ligados ao falante. Nesse sentido, introduz a noção de regra variável, desenvolvida a partir da análise e notação fonológica gerativa, em que a presença de um dado traço ou subcategoria deve afetar a freqüência de aplicação de uma regra de forma probabilisticamente uniforme em todos os ambientes em que esses traços apareçam (CEDERGREN & SANKOFF, 1974).

Naro (1994) afirma que a operação de uma regra variável é sempre o efeito da ação simultânea de vários fatores. As regras variáveis representam, portanto, os fatos lingüísticos que a lingüística estruturalista e a gerativa representariam por meio de regras opcionais ou categóricas (LABOV, 1972b).

Assim, o estudo do processo da mudança envolve o conceito de variação e regra governada.

Neste estudo, a regra variável é a alternância dos modos indicativo/subjuntivo na fala do Cariri do Estado do Ceará, cujas variantes são a presença ou ausência do subjuntivo em orações substantivas introduzidas pela partícula que. Assim, por variável entende-se duas ou mais formas distintas de se transmitir um conteúdo informativo. As formas que alternam, em um determinado contexto, com um mesmo significado representacional, são denominadas variantes lingüísticas.

Para tal, trabalha-se com dados de fala semi-espontânea, ou dados da escrita, em forma de um banco de dados. Nesse sentido, são realizadas entrevistas para a composição desse *corpus* que se constitui de células sociais sistematizadas em função da classe social, escolaridade, sexo, ocupação profissional e faixa etária, variáveis já clássicas nos estudos sociolingüísticos. Os dados de fala são submetidos a um suporte metodológico baseado em modelo matemático estatístico que fornece a frequência de aplicação e a probabilidade de uso de uma dada regra variável condicionada por restrições lingüísticas e sociais.

A observação e análise de fenômenos variáveis permitem o levantamento de hipóteses, a fim de compreender como se produzem certas mudanças, como se difundem através do tempo e quais são os mecanismos lingüísticos e/ou sociais que as favorecem.

O processo de covariação que está em competição por um longo período de tempo se completa produzindo um elemento lingüístico categórico adquirindo novo significado social (CORVALÁN, 1988, p. 156).

No entanto, esse processo não é facilmente observado, implica em identificar as formas analisadas e os contextos que estão operando esse processo de mudança. Cabe ao analista inferir o significado ou a função de cada dado, conhecer a variedade de fala e entender o bastante sobre o que está transpirando no discurso particular, para ser capaz de compreender a variação da comunidade de fala. É necessário utilizar-se de observações diretas com

base em grandes amostras de dados coletados no seio da comunidade de fala (SANKOFF, 1988, p. 154).

Há casos em que uma determinada variante permanece estável ao longo dos séculos. Assim, o comportamento lingüístico do indivíduo é estável por todo o tempo de sua vida, e a comunidade, conseqüentemente, permanece estável; não havendo, portanto, variação para analisar. (LABOV, 1994).

Nesse sentido, tem-se verificado uma forte correlação dos fatores sociais sexo, faixa etária e escolaridade com fatores de natureza lingüística como indicadores do processo de variação estável e mudança lingüística. Em casos de variação estável, os jovens e velhos apresentam o mesmo comportamento, contrastando com a população de meia-idade. Nesse caso, o quadro representativo apresenta um padrão curvilíneo com o uso das formas de prestígio situado na faixa etária intermediária.

Variáveis estáveis, portanto, são aquelas que estão bem estabelecidas em uma comunidade e, conseqüentemente, não sofrem mudança. (CHAMBERS, 1995, p. 107).

Já a mudança lingüística requer, virtualmente, um período de transição constante, de variabilidade, de competição entre estruturas e de divergências dentro da comunidade do falante (SANKOFF, 1988a, p. 147).

Na primeira etapa de um processo de mudança, as formas inovadoras raramente concorrem com as formas conservadoras, contudo o contato entre falantes favorece a expansão das formas inovadoras, atingindo, então, as conservadoras. Assim, algumas formas se fixam numa certa função, não se tratando apenas de substituição, mas de especialização. Como exemplo de língua falada temos a forma do imperfeito do subjuntivo em construções do tipo “*Ah, se fosse!*”, “*Ah, se eu pudesse!*”. Nesse caso, o imperfeito do subjuntivo em variação como o indicativo está especializado, não consiste, portanto, contexto de variação. Esses contextos de uso serão, portanto, desconsiderados para efeito deste estudo. Segundo Labov (1994), a expansão da mudança será tanto maior quanto maior for a freqüência de contato entre falantes.

Para o processo de entendimento da mudança lingüística em progresso, faz-se necessário traçar os estudos em dois aspectos baseados na estratificação da amostra: tempo aparente e tempo real.

Na amostra em tempo aparente a variável lingüística é distribuída através dos níveis de idade dos falantes. A dificuldade desse tipo de observação consiste em entender se a significativa correlação entre a idade e a variável lingüística estabelecida trata-se de uma verdadeira mudança em progresso ou de gradação etária, que é a mudança de comportamento lingüístico característica de uma certa idade, que se repete em cada geração, alterando a frequência de algumas variáveis lingüísticas por serem modificadas ou corrigidas em uma idade mais avançada do indivíduo. Para Labov (1966), adolescentes e adultos jovens usam variantes estigmatizadas mais livremente do que falantes de meia-idade, especialmente quando estão sendo observados.

Assim, o processo de observação da variação e mudança da língua requer técnicas de observação, análise e discussão dos dados em variação sincrônica que operam na gramática do falante, exigindo do pesquisador um longo período de tempo, com o objetivo de apresentar um quadro do funcionamento da língua mais próximo da realidade dos fatos e, conseqüentemente, evitar afirmações apressadas acerca do que está acontecendo no sistema sob análise (cf. LABOV, 2001).

Figuroa (1996) ao fazer um contraponto entre os paradigmas cartesiano e hegeliano como dois pontos de vistas de mundo divergentes que, conseqüentemente, espelham perspectivas teóricas diferentes, enquadra a sociolingüística laboviana no paradigma hegeliano e na lingüística funcional, em contraste com o modelo cartesiano. A autora ressalta que o modelo cartesiano estabelece um corte entre mente e corpo, cuja interação entre o objeto estudado e o resto do mundo não é considerado relevante como parte da investigação (Markova³, 1982 citado por Figuroa 1996). A perspectiva hegeliana concebe a interação com o mundo fundamental para o desenvolvimento da consciência, visto que a mente é social. Nesse sentido,

³ MARKOVA, I. **Paradigms, thought and language**. London: John Wiley and Sons. 1982.

percebe-se uma estreita relação entre o paradigma hegeliano e a lingüística funcional.

Para essa perspectiva, a linguagem se situa na coletividade, cuja aquisição se dá na mente social e se constitui na interação social. Do ponto de vista das funções da linguagem, a perspectiva hegeliana/lingüística funcional considera a situação comunicativa como função primária da linguagem e concebe a complexa inter-relação entre forma e função.

Considerando as propriedades supramencionadas, Figueroa (1994, p. 25) enquadra a Sociolingüística no paradigma hegeliano e o faz listando uma série de definições que está direta ou indiretamente relacionada a esse modelo:

A. a Sociolingüística é o estudo da língua em relação à sociedade (HUDSON, 1980, p.01)⁴;

B. a Sociolingüística visa a relacionar o uso da língua a padrões sociais ou estruturas de vários tipos (ROMAINE, 1982, p.01)⁵;

C. a Sociolingüística é aquela parte da Lingüística envolvida com a língua enquanto fenômeno social e cultural (TRUDGILL, 1974, p32)⁶;

D. a Sociolingüística é o estudo da língua como um fenômeno social (SVEJNER; NIKOL'SKIJ, 1986, p.01)⁷.

E. a Sociolingüística é o estudo das características das variedades lingüísticas, das características de suas funções e das características de seus falantes e de como esses três interagem e mudam numa comunidade (FISHMAN, 1971, p.04)⁸.

⁴ HUDSON, R. A. **Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

⁵ ROMAINE, S. **Sociolinguistic variation in speech communities**. London: Edward Arnold, 1982.

⁶ TRUDGILL, P. **Sociolinguistics: an introduction to language and society**. Harmondsworth: Penguin Books, 1974.

⁷ SVEJNER, A.; NIKOL'SKIJ, L.B. **Introduction to Sociolinguistics**. Philadelphia: John Benjamins, 1986.

⁸ FISHMAN, J. A. **Sociolinguistics: a brief introduction**. Rowley Mass: Newbury House, 1971.

Figuerola (1996, p. 71) chama a atenção para o que se entende por sociolinguística laboviana e lembra os primeiros postulados de Labov (1972) de que essa abordagem tem como princípio o estudo da linguagem em seu contexto social. Para Labov, diz a autora, língua e contexto social são duas entidades separadas, a Sociolinguística correlaciona fatos lingüísticos (fonologia, morfologia, e sintaxe) com fatos sociais (classe, gênero e faixa etária). Diz ainda que os estudos sociolinguísticos estudam os usos da língua com o propósito não apenas de descrevê-los, mas de compreender de que forma os usos revelam a estrutura lingüística (*langue*).

Labov (2001, p. 34) reforça esse princípio dizendo que é a comunidade de fala e não o idioleto o principal objeto de investigação dessa abordagem lingüística. Contudo, a fala dos indivíduos de uma determinada comunidade de fala, num estudo de mudança em tempo aparente e/ou em tempo real, na modalidade *painel*⁹, é importante para compreender o processo de variação e mudança da comunidade de fala.

Severo (2004), ao indagar qual o lugar do indivíduo na teoria laboviana em estudos de mudança lingüística, interpreta que Labov destina ao indivíduo um papel secundário em sua proposta teórica. Contudo, a autora percebe que o indivíduo assume importância em várias instâncias do estudo da mudança: “nos estudos tipo *painel*, salienta-se a importância de entrevistas com os mesmos indivíduos; no caso da variação estilística, questiona-se em que extensão as variações nas falas dos indivíduos podem acarretar mudanças; em relação à avaliação lingüística fica claro o lugar do indivíduo, no que diz respeito às atitudes que compartilha frente à língua, especialmente frente às variantes identificadas como estereótipos e marcadores”.

Para a autora, o indivíduo, para a proposta laboviana, não ocupa um lugar cristalizado, já que quem o define é a comunidade de fala, *locus* do objeto da sociolinguística. Dessa forma, para que a noção de

⁹ A modalidade *painel* busca estudar as condições em que cada indivíduo muda ou está estável, como também mostra de que maneira a gradação etária está presente nas gravações. A abordagem baseada no estudo de *tendências* busca compreender quais são as variáveis que ao operarem no nível mais alto da consciência social são modificadas por todo o tempo da vida dos falantes, com gradação etária consistente na comunidade (cf. Labov, 1994)

sociedade/comunidade emerge, “o indivíduo, necessariamente, deve ser secundário” (SEVERO, 2004, 13).

Com vistas a compreender o processo de variação e mudança da comunidade de fala, Weinreich; Labov; Herzog ([1968] 2006) propõem alguns princípios empíricos de pesquisa que devem nortear também esta investigação:

1) **O problema dos fatores condicionadores** – determinar os condicionadores possíveis para a possível mudança de uma determinada estrutura. No processo de variação e mudança, diversos fatores atuam como atores para determinar que direção o fenômeno lingüístico seguirá.

2) **O problema da transição** – todas as mudanças submetidas ao exame empírico cuidadoso até agora têm mostrado distribuição contínua através de sucessivas faixas etárias da população. Entre quaisquer dois estágios observados de uma mudança em progresso, normalmente se tentaria descobrir o estágio intermediário que define a trilha pela qual a estrutura A evoluiu para a estrutura B.

3) **O problema do encaixamento** – as mudanças lingüísticas sob investigação devem ser vistas como encaixadas no sistema lingüístico e na comunidade de fala. A pergunta é: como uma determinada mudança lingüística se encaixa no sistema lingüístico e no estrato social da comunidade de fala? Ou seja, há alguma relação entre o fenômeno de mudança e a estrutura sociolingüística (sexo, idade, localização geográfica, grupo sócio-econômico)?

4) **O problema da avaliação** – esse seria um estágio da pesquisa em que se busca investigar como os sujeitos de uma comunidade de fala avaliam o uso de determinada variante.

5) **O problema da implementação** – o processo global da mudança lingüística pode envolver estímulos e restrições tanto da sociedade quanto da estrutura da língua. Sugere-se que uma mudança lingüística começa quando um dos muitos traços característicos da variação na fala se difunde através de

um subgrupo específico da comunidade de fala. Esse estágio da pesquisa responde a questões como: por que, quando e onde determinada mudança ocorreu.

Estes princípios estão em foco porque consistem em fundamentos empíricos para uma teoria da mudança e constituem parte dos pressupostos que nos auxiliarão na investigação da alternância dos modos indicativo/subjuntivo, objeto de estudo desta tese.

Partimos do princípio de que a variação e a mudança lingüística são sistêmicas, condicionadas por fatores de natureza lingüística e extralingüística. Dessa forma, buscamos investigar de que forma a alternância indicativo/subjuntivo é motivada por variáveis internas e externas ao sistema lingüístico, em que estágio essa alternância se encontra na comunidade em estudo, como se encaixa nessa comunidade, ou seja, qual a relação do fenômeno em estudo com a estrutura social, ou melhor, sociolingüística (ex. sexo, faixa etária, nível de escolaridade). Não teceremos maiores considerações acerca do problema da implementação por estarmos lidando com dados sincrônicos, em tempo aparente. Pretendemos posteriormente desenvolver esse estudo numa perspectiva diacrônica, a fim investigar se há mudança lingüística, em que contextos e a partir de quando. Por enquanto, nossos resultados apenas lançam luzes para possíveis interpretações acerca da mudança lingüística da alternância indicativo/subjuntivo. Também não avaliaremos a atitude do falante. Essa etapa da pesquisa poderá ser realizada posteriormente por ocasião do desdobramento deste estudo.

Considerando, a discussão proposta por Lavandera (1978) acerca da aplicação da regra variável a fenômenos não-fonológicos, teceremos, a seguir, algumas considerações pertinentes à utilização do arcabouço da Sociolingüística em estudos cujos fenômenos não são de natureza fonológica.

Este estudo, a exemplo de diversos estudos variacionistas, (cf. POPLACK, 1992; ROCHA, 1997; PIMPÃO, 1999; DOMINGOS, 2004; SCHERRE et al., 2000), toma como ponto de partida uma variável de natureza

não fonológica cujas variantes apresentem o mesmo significado referencial (LABOV, 1978).

1.2 Aplicação da Abordagem Teórico-Methodológica da Sociolinguística a Fenômenos de Natureza Sintática

Como vimos, a Teoria da Variação Linguística capta a língua em uso num contexto social e busca entender as forças que estão em jogo no processo de variação.

Os primeiros trabalhos de Labov (1972) assumiam como objeto de análise fenômenos fonológicos. Os fenômenos de natureza linguística fonológica se encaixam, sem maiores problemas, nos critérios estabelecidos para a regra variável de que duas ou mais formas variantes ocorrem no mesmo contexto com o mesmo significado referencial.

Contudo, a aplicação do conceito de regra variável a fenômenos morfológicos, lexicais, sintáticos, semânticos e discursivos suscitou diversas discussões, dentre elas, a de Lavandera (1978), em que a autora discute o papel da significação na variação sintática.

A questão que se coloca é: como controlar os dados de natureza não-fonológica, no sentido de considerar a coexistência de duas ou mais formas linguísticas correspondentes, no mesmo contexto, com o mesmo “valor de verdade”?

Lavandera (1978), em artigo intitulado *Where does the sociolinguistic variable stop?*, chama a atenção para o fato de que é mais plausível aceitar a variação fonológica do que a não-fonológica, já que os fonemas não são dotados de significado referencial como os morfemas, itens lexicais e construções sintáticas. A autora sugere que se alargue o conceito de significado referencial e que seja levada em conta a “comparabilidade funcional” das variantes.

Labov (1978) argumenta que, em vez de estender o significado, deve-se limitá-lo sob pena de se perder a precisão da análise no âmbito da

variação. Não vê problema em estabelecer uma identidade de significado referencial para as variáveis sintáticas como, por exemplo, no caso da concordância múltipla negativa no inglês, em que tanto a negação simples como a negação múltipla apresentam o mesmo valor de verdade. Sugere, portanto, que se parta de dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas, ou seja, mesmo significado referencial.

Além disso, conforme Labov, é natural que duas formas lingüísticas não tenham necessariamente o mesmo significado referencial em todos os contextos de uso, daí a necessidade de definir de forma criteriosa a regra variável.

O autor retoma alguns trabalhos, entre eles, o estudo da alternância entre voz ativa com pronome generalizado e a passiva sem agente no inglês (WEINER; LABOV, 1977), com o objetivo de esclarecer a questão de que traços sintáticos e semânticos do ambiente podem restringir ou serem predominantes para a escolha por uma determinada forma. Weiner e Labov (1977) afirmam que as formas da passiva sem agente e da ativa são intercambiáveis no uso real da língua, sem acarretarem mudança no significado referencial. E defendem que muitas vezes o estudo de um fenômeno variável é parte do entendimento da estrutura lingüística maior na qual está inserido o fenômeno. Sendo assim, o autor considera que os elementos variáveis da língua estão em todos os níveis da estrutura lingüística, não havendo, portanto, razões para restringir o estudo da variação apenas a fenômenos de natureza fonológica.

Outra questão que Lavandera coloca em seu texto, é com relação ao fato de que muitos estudos sociolingüísticos têm deixado de lado o componente social e/ou estilístico. Critica, entre outros trabalhos, o estudo supracitado sobre a voz passiva, por não levar em consideração nenhum fator externo, ou seja, social ou estilístico, apresentando como relevantes apenas fatores lingüísticos. Para a autora, ao não estabelecer uma clara estratificação social, se priorizou o lingüístico em detrimento do sociolingüístico.

Labov (1978) argumenta que é também tarefa da Sociolingüística, além de medir o peso dos fatores sociais, investigar e captar as restrições da estrutura gramatical da língua.

Paredes da Silva (2003, p. 71), ao se referir às questões lingüísticas acima discutidas, acredita que as análises variacionistas aplicadas a fenômenos sintáticos ou discursivos têm impulsionado a busca de soluções para os problemas apontados. Essas questões, diz a autora, “à medida que desafiam os pesquisadores a encontrar novas soluções, acabam por atrair mais e mais a atenção dos variacionistas para os fatores internos, ultrapassando o interesse pelos fatores sociais convencionais, já estabelecidos e/ou mais testados”. Ainda para a autora, “não há perda do social, mas ganho com fatores internos mais elaborados”.

Assim, assumimos, com base em Labov (1968; 1972;1978; 1994;2001) que a estrutura lingüística é moldada por forças internas e externas, sendo a variação parte constitutiva do sistema lingüístico. Nesse sentido, os elementos variáveis estão em todos os níveis da estrutura lingüística. Nosso objeto de investigação se encaixa, portanto, na morfossintaxe da língua, cujo fenômeno é a alternância dos modos indicativo/subjuntivo. Buscaremos correlacionar fatores de natureza lingüística e extralingüística, a fim de captar as forças que moldam o uso do indicativo/subjuntivo em orações subordinadas substantivas.

No capítulo a seguir, apresentamos observações sobre o modo verbal e sobre o modo subjuntivo à luz da tradição normativa e estudos realizados sob a perspectiva da Lingüística e da Sociolingüística. Também retomamos algumas concepções de modo e modalidade que nos servirão de fundamento para a análise dos dados.

2 O MODO VERBAL

Este capítulo tem por objetivo tecer um quadro com alguns estudos que tratam do modo subjuntivo, a fim de contextualizar essa categoria no presente estudo. Apresentaremos a visão da Gramática Tradicional (doravante GT) e em seguida serão apresentados os estudos que tratam da questão do modo subjuntivo à luz da Lingüística e da Sociolingüística.

O termo subjuntivo tem sua origem no latim *subjunctivus* e significa “*subordinado, dependente*”, que serve para ligar e subordinar, criando uma relação de hierarquia na oração e ao qual está associado o significado de que uma ação, ainda não realizada, é concebida como dependente de outra.

Apolônio Díscolo apud Neves (1987) propõe que, no indicativo, estaria um *horismós*, uma definição; uma *katáphasis*, afirmação; uma *synkatáthesis*, assentimento, isto é, nesse modo, o verbo representa os fatos tidos como reais, certos. O subjuntivo estaria para o *hypotaktiké*, termo que significa subordinação, subjunto, por esse modo ser prioritariamente o da subordinação.

Em geral, a tradição gramatical atribui à categoria de modo às diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia (cf. CUNHA; CINTRA, 1985). Atribui ao modo indicativo a atitude de certeza do falante quanto ao que declara e ao subjuntivo atitude de incerteza, dúvida ou desejo frente ao conteúdo enunciado.

Barbosa (1875) define os modos como as diferentes maneiras de enunciar a coexistência do atributo do sujeito da proposição. Ao indicativo atribui o modo mais geral e dominante no discurso. O subjuntivo é dependente da afirmação de outro verbo e enuncia a *indecisão e incerteza própria da linguagem subjuntiva*.

Para Oliveira (1887), os modos são as diferentes maneiras como se enuncia a significação do verbo. O autor conceitua o modo conjuntivo⁹ como sendo aquele que exprime uma afirmação indireta e dependente de outra palavra ou oração, a que está subordinada, quase sempre pela conjunção **que**.

Coelho (1891, p.39), em sua *Grammatica Portugueza*, atribui ao modo conjuntivo a forma do verbo que exprime o que ele significa como apenas concebido (como suposição, possibilidade, desejo, etc.).

Em Ribeiro (1914), o autor lista os possíveis usos dos modos indicativo e subjuntivo em função do tipo de verbo da oração principal. Assim usa-se o indicativo quando o verbo da cláusula principal exprime modo de pensar, crença, aparência. Quando o verbo da cláusula principal exprime surpresa, admiração, vontade, desejo, consentimento, proibição, negação, dúvida, receio, apreensão, ordem, o verbo da cláusula subordinada põe-se no subjuntivo. Quando a sentença subordinada está ligada por um dos pronomes conjuntivos *que, qual, cujo*, o autor aconselha examinar se a sentença subordinada exprime *cousa positiva* ou *cousa incerta*. No primeiro caso, usa-se o indicativo:

(1) Quero a casa que me *agrada*.

No segundo caso, usa-se o subjuntivo:

(2) Quero a casa que me *agrade*.

O autor não faz menção acerca da possibilidade de alternância dos modos e estabelece uma relação dicotômica para os usos do indicativo e subjuntivo.

O modo indicativo é definido em Said Ali (1966) como sendo aquele em que se enuncia certeza ou realidade do fato; por *conjuntivo* o autor entende como sendo o modo da irrealidade, ou incerteza. O autor, todavia, reconhece certa insuficiência para essa oposição: “este conceito que só visa ao pólo contrário não basta para definir o emprego do conjuntivo”. Uma das

⁹ Termo utilizado antes da NGB (1959) para o que hoje denominamos subjuntivo. Esse termo é ainda adotado pela Norma Gramatical Portuguesa. Significa *que junta, que une orações ou palavras*, como fazem as conjunções.

razões para tal insuficiência é o fato de o conjuntivo ter acumulado também a função de optativo, o que teria ocorrido ainda no Latim. O autor afirma que poderia detalhar a classificação do conjuntivo em volitivo, potencial, optativo, deliberativo, concessivo, no entanto, não havia limites seguros para essa classificação.

Para Said Ali (1966) a alternância dos modos indicativo/subjuntivo pode ocorrer em orações subordinadas. O autor afirma que, nesses tipos de oração, ora se emprega o indicativo ora o subjuntivo. Para Ali, a escolha de um ou de outro dá-se em função de contextos tais como:

“[...] Em casos da negação ou dúvida acerca da existência de pessoas ou coisas, o verbo **poderá** ir para o conjuntivo. [...] Em orações substantivas com verbo *crer, cuidar, pensar, supor, imaginar, entender, presumir e achar* (no sentido de pensar, crer) cujo fato expresso é tido como real, **o verbo pode vir no indicativo ou no conjuntivo** (grifo nosso)”. (ALI, 1966)

A citação acima deixa entrever que há por parte do gramático o reconhecimento da alternância dos modos indicativo e subjuntivo em determinados contextos, o que demonstra a existência da variação já atestada pela tradição. Contudo, temos aí apenas uma sistematização mais geral das ocorrências, carente de um levantamento mais criterioso dos possíveis motivadores lingüísticos e sociais para tais usos.

Dias (1970, p. 183; 201) afirma que o modo indicativo é empregado “em todas as orações para as quais não há regra que exija outro modo”, ou seja, é o modo verbal mais geral, seu emprego não exige contextos de uso específicos. Já o modo conjuntivo é empregado em função de determinados tipos de verbo e requer contextos sintáticos específicos. No que se refere ao conjuntivo, o autor ao listar os possíveis empregos desse modo, em função dos tipos de verbo, afirma que “o conjuntivo emprega-se independentemente a par com o indicativo, nas orações de talvez e quiçá”. O exemplo que o autor nos oferece, reproduzido a seguir, ilustra a questão envolvendo o advérbio *talvez* e o uso dos modos verbais:

(3) No mundo todo talvez não se **ache** um paiz onde. se encontrem tam villans, tam ridiculas, e absurdas construcções públicas como essas todas que ha um século se fazem em Portugal (Garret, Viag.,

180). Talvez **foi** elle_ O primeiro cantor que..._ Soube entoar melodioso um hymno (201) Herc. Pões. Pag.23). (grifo nosso). (DIAS, 1970, p.201).

Embora as orações independentes não constituam o foco deste estudo, a citação referida merece nosso destaque porque atesta, de certa forma, a possível variação dos modos em português, considerando que o exemplo utilizado pelo autor é retirado da língua escrita, modalidade mais resistente às inovações da língua.

Melo (1978) afirma que o modo exprime a atitude do falante relativamente à ação, ao processo, ao movimento que o verbo traduz. Segundo o autor, o modo reflete a maneira como o falante vê o processo, a ação. O indicativo exprime uma constatação, o imperativo uma ordem, um comando e o subjuntivo um desejo, um convite, um pedido. Salienta, ainda, que essas considerações são úteis do ponto de vista teórico, entretanto não raro acontece que se altere ou desapareça o valor próprio do modo pelo jogo do mecanismo sintático, de tal maneira que ele acabe não sendo mais que uma forma gramatical desprovida de sentido próprio, mas imposta pela estrutura da língua.

Cunha; Cintra (1985), a exemplo de Said Ali (1966), listam alguns verbos que favorecem o emprego do indicativo. Assim, o indicativo é usado geralmente nas orações que completam sentido de verbos como afirmar, compreender, comprovar, crer e verbos que exprimem o fato como certo. O subjuntivo é o modo das orações que dependem de verbos cujo sentido está ligado à idéia de ordem, de proibição, de desejo, de vontade, de súplica, de condição e outras correlatas. O subjuntivo denota que uma ação ainda não realizada é concebida como dependente de outra, expressa ou subentendida, daí ocorrer preferencialmente em orações subordinadas.

O autor associa o emprego dos modos indicativo e subjuntivo, nas orações subordinadas substantivas, à carga semântica do verbo da oração principal e não faz menção à possibilidade de o modo indicativo poder ocorrer em contextos de uso do subjuntivo.

Para Bechara (1999), o modo é a posição do falante com respeito à relação entre ação verbal e seu agente ou fim, isto é, o que o falante pensa dessa relação. O falante pode considerar a ação como algo feito, como verossímil (indicativo), como fato incerto (subjuntivo), como desejada pelo agente (optativo), como um ato que se exige do agente (imperativo).

O gramático lista os possíveis contextos semânticos em que podem ocorrer o subjuntivo. Afirma que, nas orações subordinadas substantivas, ocorre o subjuntivo depois de expressões que denotam ordem, vontade, consentimento, aprovação, proibição, receio, desejo, probabilidade dentre outros. Assinala que o indicativo também pode ser usado nesses contextos sintático-semânticos, considerados do subjuntivo. Exemplifica tal possibilidade com uma frase retirada de um autor da literatura e coloca que o emprego do indicativo pode ocorrer quando o falante tem um certo grau de certeza em relação ao que está sendo enunciado. No exemplo a seguir, o autor atribui o uso do indicativo, na oração subordinada, ao fato de o falante ter a suspeita como coisa certa, ou nela acreditar. O exemplo a seguir foi retirado de Bechara (1999, p. 281).

(4) “*Suspeitava-se que era a alma da velha Brites que andava ali penada*”
(ALEXANDRE HERCULANO).

Bechara, a exemplo de Said Ali (1966), também reconhece a possibilidade de alternância indicativo/subjuntivo e apresenta como explicação para esse fato lingüístico a modalidade verbal, ou seja, o grau de certeza ou incerteza do falante em relação ao que enuncia. Segundo Bechara, sentenças como a (4) são possíveis quando o locutor tem, em relação à proposição, o fato tido como certo e o que expressa essa certeza é o verbo no modo indicativo.

Em geral, a tradição normativa apresenta o modo em português, em função do critério semântico, quando elenca os verbos que requerem ou não o subjuntivo e atribui ao modo do indicativo a noção de certeza e ao modo subjuntivo a noção de incerteza. E em função do critério sintático, quando atribui ao subjuntivo o modo da subordinação. Entretanto, se observarmos esse modelo de definição e a oposição certeza/incerteza perceberemos que ele

não resiste a uma apreciação mais crítica. São recorrentes os contextos em que a oposição certeza x incerteza não se estabelece. Senão vejamos:

(5) Parece que Raquel está doente.

(6) Suponho que Raquel esteja doente.

(7) Suponho que Raquel está doente.

A oposição semântica certeza (indicativo) x incerteza (subjuntivo) não se estabelece: embora o verbo do enunciado (5) esteja no indicativo, não se transmite idéia de indicativo; o enunciado (6), que tem o verbo no subjuntivo, não difere do primeiro quanto ao grau de certeza expresso. O mesmo grau de certeza pode ser sentido no enunciado (7), que difere de (6) apenas por ter o verbo no indicativo. A atitude de certeza ou incerteza parece concentrar-se muito mais em função do verbo da oração principal do que propriamente na seleção de um ou outro modo. Buscamos entender que outros possíveis fatores sintático-semânticos estariam condicionando o uso do indicativo nesses ambientes, além da carga semântica do verbo da oração principal. Bem como compreender de que maneira as noções de modalidade “incerteza/certeza” motivam a escolha do modo verbal nas orações subordinadas.

Alguns trabalhos realizados à luz da Lingüística e da Sociolingüística muito têm contribuído para o avanço dos estudos acerca dessa questão do subjuntivo. Na próxima seção, apresentamos um quadro com alguns desses estudos.

2.1 Estudos Descritivos sobre o Modo

O objetivo desta seção é situar este estudo em relação aos trabalhos que já trataram do modo subjuntivo sob a perspectiva da Lingüística e da Sociolingüística, especificamente acerca da variação nessa categoria verbal.

Com relação aos estudos semânticos do sistema verbal do português, Câmara Jr. ([1970]1991) afirma que este é muito complexo e que as

abordagens da gramática tradicional não evidenciam métodos adequados para se proceder a uma interpretação mais sistemática.

No que se refere aos modos verbais em português, considera apenas o indicativo e o subjuntivo. Para o autor, o imperativo não é mais que um subjuntivo sem o elo de subordinação sintática.

O autor conceitua modo como “um julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz” (CÂMARA JR. 1991, p. 98). Assim, o subjuntivo assinala uma tomada de posição subjetiva do falante em relação ao processo verbal comunicado e, sintaticamente, é dependente de uma palavra que o domina, seja o advérbio talvez, preposto, seja um verbo da oração principal; enquanto o indicativo é o modo não-marcado, ou seja, não apresenta nenhuma dessas características por definição, embora possa possuir um caráter subjetivo e uma subordinação sintática.

Câmara Jr. (1989) acredita que esses modos verbais tendem a se simplificar na língua ao afirmar que há uma tendência lingüística em se omitir a expressão de atitude psíquica do sujeito falante para com os fatos que enuncia. A tendência a que o autor se refere é no sentido de a noção de atitude constante da estruturação mórfica ser deslocada para outros elementos da sentença. O lingüista refere-se à tendência natural da língua de expressar as noções modais de dúvida, de vontade, de certeza não somente na morfologia dos verbos do modo subjuntivo e do indicativo, mas também em verbos, advérbios ou, muitas vezes, em toda a construção frasal. Os exemplos, a seguir, retirados do autor, ilustram essa reflexão.

(8) Não sei se ele partiu ontem. (dúvida)

(9) Ele deve ter partido ontem. (dúvida)

(10) Você parte amanhã de acordo com as minhas instruções. (vontade)

(11) Exijo sua partida. (vontade)

O subjuntivo, em português, é usado em contextos sintático-semânticos bem definidos e o indicativo, como bem diz o mestre, ficou tão predominante que interfere na área do subjuntivo e do imperativo.

Embora Câmara Jr. não desenvolva a discussão acerca da possível interferência do modo indicativo em contextos sintático-semânticos do subjuntivo, reconhece a abrangência de uso desse modo e aponta a falta de exigência da subordinação sintática para o indicativo como possível explicação para esse fato.

Pereira (1974), ao estudar o sistema modal, indicativo versus subjuntivo, nas orações subordinadas substantivas introduzidas pela conjunção **que**, verificou, a partir de testes de uso e de testes de interpretação, como a escolha por um determinado modo está relacionada a um valor de verdade específico e se a preferência por um determinado modo verbal trata-se apenas de tendências estilísticas. A autora detectou que o indicativo só ocorre em orações subordinadas explicitamente caracterizadas como verdadeiras, ou pressupostas como verdadeiras. O subjuntivo pode ocorrer em orações subordinadas com qualquer valor (verdadeiro, falso, indefinido).

A autora utiliza a noção de modo verbal em português expresso na morfologia do verbo e define a modalidade como sendo de natureza prosódica, lexical ou sintática. Em outras palavras, a expressão semântica de modalidade pode ser determinada por aspectos suprasegmentais ou por outros elementos lingüísticos presentes na oração.

No sentido mais geral, define o modo indicativo como sendo aquele que expressa valores positivos da proposição contida na oração subordinada, ou seja, que expressa fatos tidos como verdadeiros. O modo subjuntivo é o modo que expressa os valores falsos ou indefinidos, ou ainda as seguintes modalidades: emotividade/avaliação, suficiência, desejo e vontade, temor, probabilidade, conveniência e necessidade, causatividade e possibilidade.

No sentido mais restrito, a autora retoma a distinção entre **modos** indicativo/subjuntivo e **formas** indicativas/subjuntivas proposta por Lyons

([1977] 1979). Relembra que “tanto no grego como no latim, as flexões modais dos verbos eram entendidas não como puramente formais, mas como portadoras de valores semânticos capazes de se oporem entre si” (Pereira, 1974, p. 10). Contudo, há inúmeros casos em que essa oposição não se dá. A distribuição das formas do indicativo e do subjuntivo em alguns contextos se interseccionam, conforme exemplos 12 e 13, a seguir, apresentados por Pereira (1974, p. 9).

(12) A aparência do homem indica que ele é [seja] pobre.

(13) Caiu de modo que **quebrou** [quebrasse] a perna.

Em alguns contextos, ocorre *distribuição complementar*, ou seja, não há possibilidade de intersecção dos elementos lingüísticos em um determinado contexto de uso. Os exemplos 14 e 15, a seguir, retirados de Pereira (1974, p. 9), ilustram esses casos.

(14) Sei que **chove** [*chova]¹⁰.

(15) É sabido que ninguém **gosta** [*goste] dela.

O subjuntivo e o indicativo são caracterizados como modos verbais quando se opõem em contextos idênticos, ou seja, nos casos em que o uso de um pelo outro alterar o significado de uma oração conforme os exemplos a seguir.

(16) Deus te *pague*.

(17) Deus te *paga*.

Na frase (16), o subjuntivo expressa desejo e pode se opor ao indicativo, conforme se vê na frase (17), com alteração do valor semântico. Nesse caso, há apenas uma construção declarativa, cuja proposição pode ser atestada como falsa ou verdadeira.

Nos casos em que as formas se interseccionam, a autora concebe os dois paradigmas verbais como variantes morfológicas, condicionadas por contextos particulares, em orações subordinadas cuja significação modal já

¹⁰ O asterisco indica a impossibilidade dessa construção na língua.

está indicada na oração principal, sendo o indicativo e o subjuntivo teoricamente intercambiáveis. Nesses casos, ocupam os contextos as formas indicativas ou subjuntivas esvaziadas de sua significação própria para assumir qualquer outro significado de modalidade indicado na oração principal. Desse modo, pode não haver nenhuma correlação entre as formas modais usadas em certos contextos e a modalidade desses contextos. Partindo disso, a autora sugere atribuir o termo **modo**, com o sentido que lhe empregou o grego e o latim, quando essa categoria semântica opuser significados, ou seja, o subjuntivo será caracterizado como um modo nos casos em que se contrapor ao indicativo. Nos demais casos, Pereira sugere, baseada em Lyons (1977), usar o termo **forma** subjuntiva. Resta saber, diz Pereira (1974, p. 9):

[...] se existe, no português, uma oposição de duas correções de forma e significado onde as formas do subjuntivo conteriam um determinado valor semântico oposto ao das formas do indicativo, ou se existem apenas dois conjuntos de formas que se fracionam numa série de empregos específicos obedecendo a condicionamentos particulares.

Essa questão particularmente nos interessa aqui por que estamos partindo desses ambientes lingüísticos cujas formas modais são intercambiáveis e buscaremos os possíveis “condicionamentos particulares” dessa alternância. Além disso, essa distinção apontada por Lyons, seguida por Pereira, também serviu como orientação para o estudo que pretendemos desenvolver. A saber, verificar, em termos probabilísticos, até que ponto, nesses ambientes específicos de intercambialidade do indicativo e do subjuntivo, há a atualização do modo em português ou até que ponto o emprego dessas formas em orações encaixadas se neutraliza em função da carga semântica do verbo principal, sendo apenas variantes morfológicas condicionadas pelo verbo da oração matriz.

Este estudo, diferentemente do de Pereira, não adotará os testes de interpretação. Trabalhará com dados de uso efetivo da língua, por acreditarmos, embasados em Sankoff (1988), que o vernáculo retrata com mais segurança a língua em uso da comunidade de fala do que apenas testes de interpretação.

O estudo de Mattos e Silva (1989) descreve o modo e o tempo em português nos manuscritos dos *Diálogos de São Gregório*, que datam do século XIV. Segundo Machado Filho (2007, p.01):

[...] trata-se de um dos mais antigos documentos medievais em língua portuguesa que se encontram fora de Portugal, trazidos para o País pela oportuna mão de Serafim da Silva Neto, há mais de cinquenta anos, e que se encontra depositado na Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

A autora parte da concepção de Câmara Jr. (1991) de que o modo indicativo ou declarativo é uma forma “não-marcada” por não haver dependência sintática a verbos ou outras expressões. O modo subjuntivo expressa atitudes subjetivas de desejo, exortação, incerteza e pode estabelecer a existência de uma dependência sintática com verbos do tipo *desejar*, *exortar*, *pedir*.

A autora constata a alternância nos dados do *corpus* em análise e afirma que nessa superposição dos valores do subjuntivo e do indicativo em situações de dependência sintática explícita, pode-se depreender, em teoria, mas nem sempre na prática, que a escolha do subjuntivo ou do indicativo vai depender do menor ou maior grau de aproximação da realidade ou de certeza sobre o que se queira expressar.

Mattos e Silva (1989) recolhe alguns dados encontrados nos Diálogos de São Gregório, que ilustram essa alternância, como por exemplo:

(18) E creemos que Deus **faz** tan gram vendita;

(19) Praz-mi que ti demande se podemos creer que ora no mundo **haja** taes homens.

A autora esclarece que, em certos enunciados, os limites de valores das formas do indicativo em relação às formas do subjuntivo não são nítidos. Essa intercambialidade em que as duas formas co-ocorrem nos mesmos ambientes sintáticos e representam os mesmos “estados de coisas” é tomada, neste estudo, como uma regra variável, a fim de buscar compreender o que

está em jogo nesse envelope da variação, que nos parece tão antiga na língua quanto os escritos trecentistas a que tivemos acesso.

Para Bybee; Perkins; Pagliuca (1994, p. 181) o modo subjuntivo é o termo dado a formas verbais especiais ou marcadores que obrigatoriamente ocorrem em certos tipos de sentenças subordinadas.

Os autores salientam que, “em Espanhol, verbos como ‘querer’, ‘mandar’ e ‘sentir’ sempre têm um verbo subordinado no subjuntivo em que o sujeito não é o mesmo da sentença principal. Por outro lado, predicados principais afirmativos tais como ‘crer’, ‘é verdade’, ‘estar seguro de’ certamente apresentam o indicativo em sentenças subordinadas”¹¹. Os autores afirmam que essa distribuição acontece em boa parte das ocorrências do subjuntivo e que há poucos casos, em Espanhol, em que a oposição subjuntivo/indicativo produz distinção de significado, conforme mostram os exemplos.

(20) Dice que **vienen** ahora. (Disse que vêm agora)

(21) Dice que **vengan** ahora. (Disse que venham agora)

Os lingüistas Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) constataram que a distribuição do modo em sentenças de complementos é, sobretudo, determinada pelo contexto semântico do predicado principal.

Perini (1998) defende a hipótese de que a oposição de modo verbal, em especial a oposição indicativo/subjuntivo, em português, tende a se tornar puramente formal. O autor atribui essa oposição a motivações formais e semânticas, tais como a estrutura da oração subordinada, a presença do operador de negação, o tempo verbal e a posição do falante em relação ao que enuncia.

Do ponto de vista formal, orações subordinadas à preposição *para* aparecem no subjuntivo, não no indicativo, a preposição *até* aceita as duas

¹¹ Thus in Spanish, main verbs como *querer* ‘to want’, *mandar* ‘to order’, and *sentir* ‘to regret’ always have a subordinate verb in the subjunctive when its subject is not the same as the main clause subject. In contrast, affirmative main predicates such as *creer* ‘to believe’, *es verdad* ‘it is true’, *estar seguro de* ‘to be sure of’ always have indicative subordinate clauses.

formas, a forma **talvez** anteposta ao verbo aceita o subjuntivo. Quando o verbo está à esquerda do **talvez** só o indicativo é aceitável. Os exemplos abaixo são retirados de Perini (1998, p. 175) e esclarecem os contextos por ele elencados:

(22) Trouxemos este frango **para** que você o **mate**.

(23) Fiquei escondido **até** que você **chegou**.

(24) Ficarei escondido **até** que você **chegue**.

(25) Eu **talvez** o **procure** no escritório.

(26) Eu o **procurarei** no escritório **talvez**.

O autor aponta a negação verbal como outro fator que favorece o uso do subjuntivo, podendo ocorrer também o indicativo.

(27) O advogado **não** afirmou que você é inocente.

(28) O advogado **não** afirmou que você **seja** inocente.

Por fim, o autor afirma que o tempo verbal pode condicionar a ocorrência do modo da subordinada, contudo não tece comentários acerca desse possível condicionador formal.

Do ponto de vista semântico, Perini (1998, p.257) acredita que a oposição certeza vs. incerteza não desempenha um papel fundamental na determinação da ocorrência de cada um dos modos verbais, já que, a depender do contexto, o uso do indicativo ou do subjuntivo não provoca diferenciação de sentido. Os exemplos retirados do próprio autor ilustram o que foi dito acima:

(29) Tenho certeza que Selma **fuma** cachimbo.

(30) É trágico que Selma **fume** cachimbo.

Nas duas sentenças, a posição do falante é de certeza quanto ao fato de Selma fumar cachimbo. Na primeira frase, essa certeza é afirmada, e na segunda é pressuposta, mas em ambas está presente. Seguindo essa linha, o

autor assinala que há uma tendência na língua de se eliminar o papel semântico do subjuntivo e, conseqüentemente, uma eliminação gradativa do próprio subjuntivo. Nesses casos, observa Perini, nem sempre há uma correlação unidirecional entre a forma e o significado modal.

De forma semelhante à tradição, Perini (1998) lista alguns contextos de uso das formas, elenca alguns possíveis motivadores da alternância, mas não tece considerações mais profundas acerca do uso dessas formas. Os dados utilizados para análise e descrição são da escrita jornalística porque, segundo o autor, melhor refletem o padrão geral da língua. Contudo, a escrita jornalística ainda é muito conservadora e pode não revelar possíveis usos já implementados na fala.

Partindo das constatações de que a alternância indicativo/subjuntivo remonta a manuscritos do Século XIV, é atestada pela GT e continua presente na escrita técnico-jornalística mais atual, estaria o subjuntivo perdendo espaço para o indicativo? Trata-se de um processo de mudança em progresso? É possível, com base em dados sincrônicos, predizer a mudança, bem como obter, em termos probabilísticos, a produtividade de uso do subjuntivo. Este estudo seguirá, portanto, essa direção.

Oliveira (2003) afirma que não existe uma correspondência unívoca entre os modos indicativo e subjuntivo e suas respectivas distinções modais. Assim, cada modo pode associar-se a mais de uma modalidade. O subjuntivo, tradicionalmente considerado como do domínio da incerteza, eventualidade ou dúvida, pode surgir em construções em que, pela natureza, esperaríamos o modo indicativo e vice-versa. Para exemplificar esse fato, a autora apresenta como exemplo uma oração com o verbo factivo lamentar. O verbo lamentar é um verbo factivo, porque, conforme propõem Kiparsky & Kiparsky (1970), com o uso do verbo lamentar o falante pressupõe que a oração encaixada expressa uma proposição verdadeira e faz uma afirmação sobre essa proposição. Se negada, o conteúdo da subordinada continua verdadeiro. Portanto, tem-se uma asserção (Ana está doente) e o verbo que preenche a encaixada está no subjuntivo. Veja o exemplo.

(31) A Ana lamenta que **estejas** doente¹².

Em contrapartida, o exemplo, a seguir, demonstra uma oração em que a semântica do verbo *crer* da oração principal, contribui para não asseveração da verdade da proposição e tem-se a seleção do indicativo.

(32) O Rui crê que a Rita **está** em casa.

Oliveira (2003, p.258) ressalta que essas e outras razões tornam as análises do subjuntivo controversas, “uma vez que não está claro se de facto as suas formas são portadoras de significado ou se são semanticamente vazias, surgindo apenas por exigências das construções sintáticas”. Ainda, segundo a autora, o uso do subjuntivo depende, em grande medida, do contexto lingüístico quer de ordem lexical quer de ordem sintática, mas o fato de haver contextos em que a alternância de modo determina distinções semânticas advoga no sentido de se considerar que há um conteúdo semântico na distinção entre os modos.

De forma semelhante aos estudos aqui resenhados, a autora afirma que há verbos que admitem os dois modos, em outras palavras ela quer dizer que o verbo da oração principal condiciona o uso das formas modais. Lista alguns verbos que só admitem uma ou outra forma e alguns verbos que são criadores de mundos possíveis que admitem os dois modos na oração encaixada. Não encontramos uma descrição gramatical detalhada dos possíveis fatores condicionadores dessa alternância. Encontramos apenas menção ao fato de que a seleção do modo subjuntivos está dependente de outros fatores além da modalidade.

Os estudos acima mencionados servirão de parâmetro para a construção da análise de dados. Partiremos da posição de Pereira (1974) ao considerarmos os paradigmas verbais indicativo/subjuntivo como variantes morfológicas, condicionadas por motivações particulares. Assim, trataremos essas formas verbais como intercambiáveis em orações subordinadas substantivas. Abandonaremos, por enquanto, a oposição modal em que a seleção do modo opõe significados, por não constituir contextos de variação.

¹² Os exemplos 31 e 32 são de Oliveira (2003).

Por fim, assumiremos o termo mais neutro denominado de forma subjuntiva/forma indicativa, para os contextos variáveis.

Buscaremos testar, à luz da teoria da Variação e Mudança, fatores como tempo verbal, negação, carga semântica do verbo da oração principal e modalidade apontados pelos autores como condicionadores da alternância.

Na seção a seguir, apresentamos os trabalhos de cunho variacionista que nos serviram de fonte e inspiração para a realização deste estudo.

2.2 Alguns Estudos realizados no Âmbito Variacionista

Alguns trabalhos, na área da Sociolingüística, aqui resenhados, serviram-nos de parâmetro, no que se refere à testagem de hipóteses e comparações entre comunidades de fala, com o objetivo de oferecer um quadro da distribuição do subjuntivo na fala do português do Brasil e as possíveis motivações para o emprego variável do subjuntivo, tema pouco explorado nas gramáticas.

O estudo de Poplack (1992), a variação do modo subjuntivo no francês canadense, discute, sob a perspectiva variacionista, a posição da tradição gramatical francesa de que o modo verbal da oração encaixada é consequência do tipo de verbo da oração matriz, considerando o modo apenas uma marca redundante de subordinação sintática.

Poplack assume, em seu trabalho, a noção de variabilidade inerente (Labov, 1972; Sankoff, 1988) e parte do pressuposto de que o modo subjuntivo no Francês do Canadá é uma variante de uma variável lingüística que pode alternar-se com indicativo em orações condicionais e em sentenças encaixadas. Apresenta para essa língua basicamente três contextos verbais de uso do subjuntivo: subjuntivo categórico, casos em que nunca ocorre o subjuntivo e casos em que o subjuntivo varia com o indicativo. A autora acredita que essa variação tem sido estável por muitos séculos. Este estudo

também considera esses contextos de uso do subjuntivo como objeto de análise.

A autora realiza uma abordagem morfossintática para o emprego variável do modo subjuntivo. Assim, analisa os dados do francês com base em variáveis como grau de asserção do complemento encaixado (interrogativa, declarativa, negativa), presença de indicadores de expressão de modalidade, tempo verbal da matriz, correlação do tempo verbal da matriz e da encaixada, presença explícita ou não do complementizador **que**, presença ou não de material interveniente entre oração matriz e encaixada e estrutura morfológica do verbo da oração encaixada.

A análise evidenciou que esses fatores exercem um jogo de forças morfossintáticas favorecedoras do subjuntivo. Demonstrou, por exemplo, que a escolha do modo dos verbos da oração encaixada regidos por matrizes que pedem o subjuntivo é fortemente motivada pelos fatores sintáticos em concordância com o tempo do verbo da oração matriz. Constatou que matrizes com verbos volitivos, que normalmente pedem o subjuntivo, geralmente co-ocorrem com esse modo, entretanto, em todos esses casos há variação. Isso endossa a posição de que, de fato, são as propriedades léxicas do verbo matriz que definem a presença de um subjuntivo encaixado. Contudo, a autora prefere adotar uma análise de base morfossintática uma vez que o campo puramente semântico não consegue explicar por que, em muitos casos, para um verbo fortemente associado ao subjuntivo, há outro, em francês, basicamente sinônimo que não exige essa forma. Assim *préferer* (preferir), rege o subjuntivo em 100% dos casos enquanto *aimer mieux* (preferir, gostar mais), o faz em apenas 2%.

Com relação ao tempo verbal, a autora controla um grupo de fatores em que correlaciona os tempos verbais da matriz e da encaixada e constata que a presença do condicional na matriz e na encaixada desfavorece o subjuntivo. Observa que quando a matriz está no presente do indicativo ocorre neutralidade quanto ao uso do subjuntivo (.51) e que a presença do imperfeito na matriz favorece o subjuntivo (.65). Poplack afirma que muitos verbos estão fortemente associados com o subjuntivo, como, por exemplo, o verbo *falloir*

(‘ser preciso’, ‘ser necessário’) que ocorre em 89% dos casos com o subjuntivo.

Assumimos a concepção de variabilidade inerente do subjuntivo nas orações encaixadas, proposto por Poplack, e de sua constatação de que a variação que envolve os modos verbais é uma variação de natureza morfossintática, semântica e discursiva, afetada por traços contextuais morfológicos, sintático-semânticos e discursivos. Acreditamos que as propriedades semânticas do verbo da matriz constituem fortes motivações na seleção do modo da encaixada, entretanto, pretendemos investigar com mais propriedade as orações que apresentam a correlação verbal presente do indicativo x presente do subjuntivo e imperfeito do indicativo x imperfeito do subjuntivo, com o objetivo de captar até que ponto o tempo verbal se correlaciona com as formas modais.

Rocha (1997) também concebe o emprego dos modos como um fenômeno variável condicionado por fatores lingüísticos e sociais. Adota a perspectiva da Teoria da Variação e concebe os ambientes lingüísticos de ocorrência dos modos indicativo/subjuntivo como variáveis, condicionados por fatores de controle estruturais e extralingüísticos. Os dados de fala analisados foram retirados de entrevistas transcritas do Programa de Estudos sobre os usos da língua (PEUL), projeto sediado na UFRJ. A autora considerou também 21 dados de Brasília e 42 dados coletados em situações conversacionais diversas. Os exemplos, a seguir, retirados do trabalho de Rocha (1997, p. 60) ilustram seu objeto de estudo:

(33) Tem dias que a gente brinca lá porque tem que marcar, aí a gente vai lá fazer física, fica brincando de bola. Só uma professora que não gosta que a gente **fica**[fique] brincando de bola, **fica**[fique] fazendo brincadeira de um passar pra o outro e quando ela falar já tem que trocar a bola. (masc., 07/14 anos, 1^a a 4^a série)¹³

(34) E o que passou pela tua cabeça enquanto isso estava acontecendo? –Ah, sei lá, eu pensei que **ia**[fosse] perder meu filho, que ele ficou tão esquisito, sabe, virou o olho, ficou todo com choro preso. (fem, 15/25 anos, 1^a a 4^a série)

¹³ Informações sociais do informante.

A autora busca evidenciar quais fatores lingüísticos e extralingüísticos, além da influência exercida pelo verbo da oração matriz, condicionam a intercambialidade das formas subjuntivo e indicativo. Verificou, a exemplo de Poplack (1992), que a distinção semântica factividade e não-factividade não foi importante para o entendimento do fenômeno da variação, mas a distinção entre verbos volitivos, emotivos e de opinião. Ao cruzar os dados, constatou uma forte inter-relação entre factividade e verbos volitivos, emotivos, avaliativos que se revelaram duas classes semânticas favorecedoras do subjuntivo. Sua hipótese é que, em contextos de alternância, o modo que figura na oração subordinada é um elemento vazio de significado, podendo a noção modal estar expressa em outros elementos da oração ou do discurso. A autora conclui dizendo que o sistema modal em português aponta para uma direção variável, organizada e coerente.

Ao controlar a correlação verbal, Rocha percebeu que o subjuntivo é desfavorecido quando o tempo da matriz e da encaixada é o presente, com peso relativo de .43 e favorecido quando a correlação imperfeito do indicativo e imperfeito se dá na oração (.70). A correlação perfeito x imperfeito também favoreceu o subjuntivo (.70) nos dados em estudo. A autora ressalta que os tempos não-presente são os que mais contribuem para a ocorrência do subjuntivo, contudo faz uma ressalva sobre a necessidade de se investigar a correlação de tempo em relação a aspectos semânticos evidenciados pelo discurso, ou seja, as peculiaridades que envolvem a categoria de tempo, como delimitação do momento do evento, momento da fala e momento de referência. Essa ressalva nos orientou quanto ao recorte que fizemos em relação ao tempo verbal das orações.

O estudo desenvolvido por Pimpão (1999) discute a variação do presente do subjuntivo sob uma perspectiva discursivo-pragmática, à luz da Sociolingüística Variacionista e dos pressupostos funcionalistas de Givón (1984;1995). Realiza uma abordagem discursivo-pragmática que congrega o domínio morfofonológico e o domínio discursivo-pragmático. Por discursivo-pragmático compreende a abordagem da gramática integrada ao uso. Esse domínio contempla os níveis sintático-semântico, semântico-pragmático e

discursivo-pragmático, o domínio morfofonológico contempla os níveis morfológicos e fonológicos.

Observa que a variável modo subjuntivo apresenta os grupos de fatores tempo-modalidade, pessoa e paralelismo sintático como condicionadores mais gerais. Ao analisar as sentenças substantivas, constatou que a noção de certeza x incerteza é deslocada para o traço futuridade que se associa ao modo subjuntivo indicando um peso relativo de .67; em oposição, o traço de incerteza, desprovido de futuridade, manifesta um contexto desfavorável ao modo subjuntivo assinalado pelo peso relativo de .12, o que significa a presença do modo indicativo. A autora demonstra que há uma forte correlação entre o subjuntivo e o tempo, mais especificamente o tempo futuro; havendo, portanto, um deslocamento da modalidade para o tempo.

Ainda segundo Pimpão (1999), o modo subjuntivo está sofrendo um deslocamento: o subjuntivo está deixando de vincular-se a valores atitudinais de incerteza, de possibilidade, de hipótese, conforme prevê a norma gramatical, para vincular-se ao fator tempo.

O estudo desenvolvido por Pimpão servirá de parâmetro para este estudo à medida que revela resultados significativos no que se refere à dimensão sintático-semântica-pragmático-discursiva (tempo/modalidade) do uso variável do presente do subjuntivo, em orações substantivas. As observações da autora são concernentes a orações no presente do indicativo vs. presente do subjuntivo. Deveremos testar esses fatores também em construções no pretérito imperfeito do indicativo vs. pretérito imperfeito do subjuntivo, com o objetivo de investigar em que medida o fator tempo-modalidade se atualiza nesse tempo verbal e em que medida eles se correlacionam.

Domingos (2004) adota como variável dependente a variação no uso das formas verbais do pretérito imperfeito do indicativo e do pretérito imperfeito do subjuntivo, em orações subordinadas. A autora controla os contextos de orações subordinadas nos quais as gramáticas normativas prevêm o uso unicamente do pretérito imperfeito do subjuntivo, por se tratar

de uma situação irreal, da qual não se tem certeza ao falar. O exemplo, a seguir, retirado de Domingos (2004, p. 12), exemplifica o fenômeno.

(35) Eu achava que a Próspera *era* [fosse] uma loteria...

Domingos (2004) utilizou os bancos de dados do Projeto Variação Lingüística na Região Sul (VARSUL), sediado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Entrevistas Sociolingüísticas, sediado na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), composto por informantes de Criciúma. O estudo busca descrever a variação existente na codificação dos tempos/modos verbais: pretérito imperfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo, em orações subordinadas cujos traços semânticos associados aos verbos das orações principais carreguem o pressuposto de algo ainda não vivenciado/presenciado pelo falante no ato da fala. A autora avalia os condicionadores desse fenômeno e demonstra que o tipo de verbo da oração principal, de fato, exerce um forte condicionamento sobre a variação das formas.

Conforme demonstra seu estudo, as formas verbais do pretérito imperfeito do indicativo e do pretérito imperfeito do subjuntivo se comportam como variantes quando o contexto em que ocorrem é de cotemporalidade a um ponto de referência passado, ou seja, o momento do evento é simultâneo ao ponto de referência. A autora constatou que a noção de modalidade traduzida como incerteza, possibilidade, hipótese, irrealidade é apreendida do contexto e não da flexão verbal, assumindo, portanto, natureza discursiva e não morfológica. Considerando a possibilidade de comparações dos resultados em busca de generalizações, coletamos dados no pretérito imperfeito e tomamos como parâmetro os casos em que a correlação dos tempos verbais no imperfeito traduzissem a noção de cotemporalidade, a fim de investigar em que medida a alternância se correlaciona com esse tempo verbal. Contudo consideramos também contextos obrigatórios de subjuntivo com verbos do tipo *querer*, por exemplo, em que muitas vezes o subjuntivo da encaixada expressa posterioridade em relação ao momento de referência. Em,

(36) Ele **queria** que eu **estudasse** muito, agora onde eu morava não tinha aula pra mim até o tanto que eu quisesse, só teve até a terceira ... (msl, f, FIII,9-11)

No exemplo 36, a sentença “*ele queria que eu estudasse muito ...*” é anterior ao momento da fala, contudo o verbo ‘*estudasse*’ reflete um evento desejado, querido, portanto, situado no eixo do vir a ser, posterior ao momento de referência que, nesse caso, é o verbo *querer* da oração principal.

Como sabemos esses contextos não são de variação, mas interessantes porque estamos procurando captar a atuação do subjuntivo especialmente nos contextos de variação, como também sua distribuição no corpus em estudo.

O estudo de Domingos (2004) classifica os verbos que constituem o grupo de fatores tipo de verbo da oração principal em dois grupos, quais sejam, verbos cognitivos que incluem os verbos *pensar*, *achar*, *imaginar* e verbos não-cognitivos que incluem outros verbos que não possuem comportamento cognitivo como *fazer*, *gostar*, *querer*. O estudo apresenta os verbos **não cognitivos** como favorecedores do imperfeito do subjuntivo, com peso relativo (.72) e os **verbos cognitivos** favorecedores do imperfeito do indicativo.

Meira (2006) estudou a variação no uso do modo subjuntivo em português, verificando a frequência de emprego desse modo em quatro comunidades rurais afro-brasileiras, do estado da Bahia: Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé. A autora utiliza para análise dos dados dessas comunidades os *corpora* constituídos pelos pesquisadores do *Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*¹⁴. Foram analisadas 28 entrevistas, com cerca de uma hora de duração cada uma delas. O estudo tem como base o modelo teórico da Sociolinguística variacionista na sua vertente quantitativa.

O estudo é dedicado à discussão da alternância indicativo/subjuntivo em orações relativas e orações completivas e busca definir os parâmetros de uso do modo subjuntivo, bem como os critérios

¹⁴ O Projeto *Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*, ou simplesmente *Projeto Vertentes*, é Coordenado pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi, do Departamento de Letras Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e tem, como objetivo maior, estudar a realidade atual dos falares rurais do Estado da Bahia, buscando lançar luzes sobre os processos que constituem a história sociolinguística desses falares, particularmente os processos derivados do contato da língua portuguesa com as línguas indígenas e africanas, que marcam a formação da realidade linguística brasileira. (cf. < <http://www.vertentes.ufba.br/index.htm>> . Acesso em: 20 ago. 2007).

semânticos e sintáticos subjacentes ao seu uso nas comunidades de fala analisadas. No que se refere ao recorte das orações completivas¹⁵, foram controlados os seguintes grupos de fatores: tipo da oração em que a completiva está encaixada; tipo do verbo da oração em que a completiva está encaixada; avaliação do falante acerca do nível de realidade do evento referido na oração completiva; morfologia verbal e tempo verbal. A variável tempo verbal foi dividida em: (i) tempo do verbo da oração em que a completiva está encaixada; (ii) tempo do subjuntivo previsto no uso culto.

O grupo de fatores tipo de verbo da oração principal se mostrou significativo e aponta que o subjuntivo é requerido quando na matriz há a verbos volitivos, avaliativos e inquiritivos (43%). Os verbos cognitivos não constituem contextos favoráveis ao subjuntivo (09%).

Quanto aos tempos do verbo da oração em que a completiva está encaixada, foram escolhidos do indicativo: o presente, o pretérito perfeito, o pretérito imperfeito, o pretérito mais-que-perfeito (composto), o futuro do pretérito, o futuro do presente; além do infinitivo, do gerúndio e do particípio. Do subjuntivo, o presente, o imperfeito e o futuro. Contudo só o presente, o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito do indicativo foram controlados, dado o número de ocorrências suficientes nos corpora em estudo. A tabela abaixo reproduz os resultados encontrados:

TABELA 1

O uso do subjuntivo nas orações completivas no português afro-brasileiro segundo o tempo do verbo da oração em que a completiva está encaixada

TEMPO DO VERBO	n.º de ocorrências/Total	Frequência
1. Pretérito Imperfeito do Indicativo	04/11	36%
2. Presente do Indicativo	12/41	29%
3. Pretérito Perfeito do Indicativo	05/19	26%
TOTAL	21/71	30%

Fonte: Tabela 23 – Uso do subjuntivo nas orações completivas no português afro-brasileiro segundo o tempo do verbo da oração em que a completiva está encaixada. Meira (2006, p. 236)

¹⁵ A autora adota o nome oração completiva para o que estamos chamando de orações substantivas, termo clássico que remonta à GT.

Os resultados demonstrados na tabela 1 evidenciam que as orações com tempo verbal no pretérito imperfeito são mais favoráveis ao uso do subjuntivo do que com outros tempos verbais. A análise considera o tempo verbal de forma mais geral, considerando os tempos dos verbos como um grupo de fatores condicionador da alternância nas completivas.

Neste estudo optamos por controlar o tempo verbal como variável lingüística dependente correlacionada ao modo. Pretendemos realizar rodadas separadas por tempo verbal e testarmos os grupos de fatores lingüísticos e sociais em relação aos tempos presente do indicativo x presente do subjuntivo e pretérito imperfeito do indicativo x pretérito imperfeito do subjuntivo. Acreditamos que o tempo verbal da oração se entrecruza ao modo verbal condicionando o uso do indicativo e/ou do subjuntivo, de forma que a seleção dos fatores pode estar correlacionada ao tipo de verbo da matriz, mas também ao tempo verbal da oração.

A autora controlou a variável avaliação do falante acerca do nível de realidade do evento, com o objetivo de verificar quais os contextos semânticos poderiam em maior intensidade influenciar o uso do subjuntivo. Assim, foram postulados cinco situações: fato considerado irreal, hipotético, (in)desejado, ocorrido e pressuposto. A expectativa era a de que “as formas de subjuntivo fossem mais recorrentes nos contextos de irrealidade, visto que há tradicionalmente uma associação entre este contexto e o modo subjuntivo” (cf. MEIRA, 2006, p. 238). Essa hipótese se confirma na análise empreendida de forma que:

a forma de subjuntivo nas comunidades de fala analisadas é também desencadeada pelo fator semântico, ou seja, o contexto a mostrar maior influência no uso da forma do subjuntivo foi a idéia de irrealidade. Assim, a partir de nossos resultados, observamos que a forma de subjuntivo vem sendo também condicionada por um parâmetro semântico (MEIRA, 2006, p. 239).

O trabalho de Meira (2006) desperta nosso interesse na medida em que focaliza o mesmo fenômeno deste estudo e t esta variáveis também

controladas aqui, o que pode contribuir para compreendermos a distribuição e descrição da alternância modal no Português do Brasil e buscar generalizações acerca da alternância modal em contextos de variação.

Fagundes (2007) faz um estudo em torno da alternância indicativo/subjuntivo. O autor controla as variáveis lingüísticas: tempo verbal, tipo de oração, modalidade e tempo verbal da oração principal. As variáveis sociais sob controle são: localidade, faixa etária, grau de escolaridade e sexo. Essas variáveis já fazem parte da estratificação do projeto VARSUL, banco de dados utilizado pelo autor para compor sua amostra. O grupo de fatores *localidade* cobre as cidades de Curitiba, Irati, Londrina e Pato Branco, do estado do Paraná, região Sul do país.

O grupo de fatores tipo de oração se subcategoriza em orações principal, subordinada adverbial, subordinada adjetiva, isolada, subordinada substantiva e frases feitas. Faremos um recorte e nos deteremos nos resultados e discussões relativos às orações substantivas, objeto de investigação deste estudo, com o objetivo de comparar os resultados, investigar de que forma a variação do fenômeno é motivada pelos mesmos grupos de fatores e o que pode significar isso para o entendimento da regularidade da variação. O autor constatou que das 431 orações subordinadas substantivas 412 (95,6%) apresentaram o MS na encaixada e 19 (4,4%) o MI. Ressalta que, embora não tenha controlado a classe semântica do verbo principal, esse tipo de oração parece constituir contexto favorável ao MS, em seus dados.

Os resultados do grupo denominado *modalidade* demonstraram que o MS está mais relacionado à *conduta* e *desejo*, que envolve além da modalidade deôntica, também a expressão do desejo e da vontade.

Os resultados demonstraram que cada cidade do *corpus* em estudo apresenta características próprias quanto à alternância indicativo/subjuntivo: em Londrina, há indefinição quanto à escolha e uso dos modos verbais, já que os pesos relativos referentes ao uso de subjuntivo e indicativo se encontram muito próximos de .50; em Curitiba e Pato Branco a alternância no uso dos

modos verbais encontra-se em um estágio mais avançado com pesos relativos de .62 para o subjuntivo e .58 para o uso do MI; na cidade de Irati o MS é favorecido com um peso relativo .68. O autor ressalta que, se tomar a alternância como um fenômeno inovador, a cidade de Irati é a que apresenta um perfil mais conservador já que mais favorece o MS.

O autor não controla a variável tipo de verbo da oração principal, nem detalha o papel do tempo verbal na alternância. Por outro lado, trabalha com orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais e constata que foram as orações substantivas e as orações adverbiais as que mais favoreceram o uso do subjuntivo, em seus dados.

O estudo de Fagundes nos interessa por testar variáveis também controladas neste estudo, apresentar resultados da fala do Sul do país que muito poderá contribuir para a compreensão das regularidades da alternância em função do espaço geográfico. Nesse sentido, resultados já obtidos e hipóteses já testadas nesses estudos são de muita valia para o desenvolvimento deste trabalho.

A próxima seção apresenta alguns conceitos que nos servirão de parâmetro para a análise de dados desta investigação.

2.3 Tempo, Modo e Modalidade

O objetivo desta seção é retomar alguns conceitos das categorias verbais envolvidas neste estudo: tempo, modo e modalidade. Com relação à modalidade, focalizaremos basicamente algumas concepções acerca das modalidades *realis* e *irrealis* que nos servirão como ferramenta de trabalho para a análise e compreensão dos dados da pesquisa.

Lyons ([1977]1979) define o tempo verbal como uma categoria dêitica, bem como uma categoria que também pode ser depreendida da sentença, que tem como característica essencial relacionar o tempo da ação, do acontecimento ou do estado referidos na frase no momento da enunciação, que é estabelecido pelo “agora”.

Para Givón (1984; 1995; 2001), as categorias de Tempo (Tense), Aspecto e Modalidade (T-A-M) são categorias obrigatórias que se situam em distintos pontos de partida do Time. Para o autor, esse complexo sistema T-A-M constitui feixes de traços semânticos e pragmático-discursivos. Como traços semântico-lexicais eles refletem a estrutura significativa dos verbos. Como traços semântico-proposicionais eles codificam diversas facetas de estado, evento ou ação. E como traços pragmático-discursivos eles têm um papel crucial na seqüência de proposições no discurso, em figura ou fundo, e em indicação das modalidades de tempo/certeza/probabilidade face ao contrato entre falante e ouvinte.

O autor salienta que, em geral, essas categorias expressam uma gramática diferente entre as diferentes línguas e define cada categoria da maneira apresentada abaixo:

Tense: Envolve nossa experiência ou o conceito de nossa experiência de pontos numa seqüência; acarreta, portanto, noções de antecedência e subsequência. Os traços fundamentais do Time que se refletem no *Tense* são:

(a) Seqüencialidade: sucessão de pontos com posição fixa na ordem linear. Tem precedência (existe/ocorre antes); subsequência (existe/ocorre depois).

(b) Ponto de referência: constitui o eixo temporal. O momento de fala ou o momento não-marcado é o ponto de referência mais comum nas línguas. Assim, situações no passado, no presente e no futuro, associados ao tempo de fala, o tomariam como ponto de referência. Contudo, nem sempre o tempo de fala servirá como ponto de referência. Este pode também estar fixado em outros elementos da oração como advérbios ou outros eventos. No caso das orações subordinadas o ponto de referência estará na oração principal e, em alguns casos, no contexto discursivo. A figura 1 ilustra o eixo temporal e situa os tempos lingüísticos se tomarmos como parâmetro o tempo absoluto que tem como parte de seu significado o momento presente como centro dêitico.

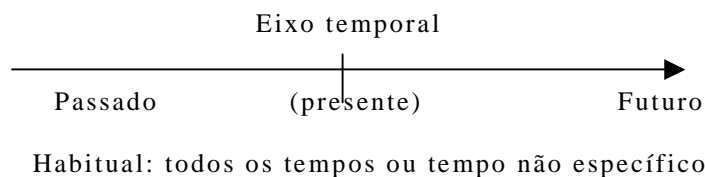


Figura 1: figura referente ao *Tense*

Os tempos relativos têm como ponto de referência algum outro ponto da oração ou o contexto discursivo semântico-pragmático. Mateus et alii (1983) afirmam que, em enunciados que descrevem mais do que um estado de coisas, a ordenação temporal é mais complexa, visto que os estados de coisas descritos são relativamente ordenados ao momento da enunciação e uns relativamente aos outros.

Nas palavras de Coan (2003, p. 93), as formas verbais podem indicar um tempo relativo-absoluto que:

Combina localização de tempo absoluto de um ponto de referência com localização de tempo relativo de uma situação. A existência de tempo verbal relativo-absoluto decorre da existência de um ponto de referência antes ou depois do momento de fala e da localização da situação anterior, simultânea ou posteriormente a esse ponto.

Estes conceitos particularmente nos interessam aqui porque estamos tratando de orações subordinadas e, como bem lembra Fiorin (1996), o tempo verbal das orações subordinadas é condicionado pelo tempo da principal, que nesse caso, serve de ponto de referência. Nas orações subordinadas substantivas, é comum que os verbos que introduzem orações substantivas estabeleçam concordância de tempo-modo com o verbo da oração subordinada.

No caso dos tempos do modo subjuntivo ocorre, em geral, a dependência de alguma palavra ou do verbo da oração principal. Assim, estaremos lidando com tempos relativos-absolutos, pois estarão em jogo, nas orações subordinadas substantivas, o tempo verbal da oração principal e o tempo verbal da oração subordinada que se correlacionam para constituir o *tense* da oração. Vejamos o exemplo (37), abaixo, com o respectivo diagrama (cf. figura 2):

(37) Eu pensava assim ... no beijo eu ia ficar grávida mais aí eu fui descobrindo, aos poucos, que não era assim como eu tava pensando... aí eu namorei com ele dois anos e dez meses. Eu gostava muito dele (+) e eu eu **achava** que ele **gostava** de mim, mas eu acho que ele nunca gostou de mim porque se ele gostasse de mim ele não tinha feito o que ele fez comigo ...(MDS, f, F2, E1).

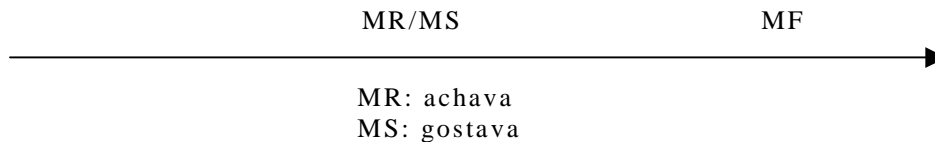


Figura 2: figura referente ao eixo temporal

Os tempos verbais relativo-absolutos se caracterizam por situar um ponto de referência antes ou depois do momento de fala e localizar o momento da situação seja anterior, posterior ou simultâneo a esse ponto.

Em (37), a oração “eu achava que ele gostava de mim” é anterior ao momento de fala (MF) onde ‘achava’ se situa como momento de referência (MR) em relação ao momento da situação (MS) ‘gostava’ que é cotemporal ao MR.

Em linhas gerais, a tradição normativa identifica a categoria gramatical de tempo e de modo em um só paradigma flexional do modo verbal, ou seja, o modo, concebido como o julgamento do falante acerca do enunciado, e o tempo são expressos pelo morfema cumulativo de tempo/modo.

Palmer (1986) associa o modo a uma categoria gramatical e a modalidade uma categoria nocional ou semântica que pode vir expressa na morfologia verbal, no léxico da língua, na sintaxe ou via entonação.

Bybee; Perkins; Pagliuca (1994) afirmam que modo e modalidade não são categorias facilmente definidas como tempo e aspecto. Atribuem à modalidade um domínio conceptual, sendo o modo uma categoria formalmente gramaticalizada, expressa, geralmente, em um conjunto de paradigmas distintos, ou seja, indicativo, subjuntivo, optativo, imperativo, condicional.

Bybee (1998) retoma alguns estudos (p.ex. Chafe, 1995), descritos em Bybee; Perkins; Pagliuca (1994) com o objetivo de discutir se a categoria *irrealis* pode ser considerada universal. A autora relata dados de algumas línguas e busca demonstrar que não há um morfema gramatical específico para marcar essa categoria nas línguas em estudo, tratando-se muito mais de um domínio conceptual¹⁶. Cita que o tempo é um domínio conceptual universal e relevante nas línguas e pode ser expresso através do léxico e gramaticalmente. Contudo, comparada à expressão lexical, a expressão gramatical do conceito de tempo é extremamente limitada aos morfemas gramaticais. A modalidade é um amplo domínio funcional ou conceptual e em alguns casos algumas línguas apresentam morfemas específicos para a expressão de realidade e irrealidade, ou *realis* e *irrealis*, como é o caso da língua Caddo estudada por Chafe (1995). Em alguns casos a modalidade é expressa por outros elementos da sentença e cobre uma vasta área de significados modais não-assertivos. Para esse autor, a dimensão *realis-irrealis* tem uma consistência funcional baseada no julgamento das pessoas conforme o que elas querem exprimir e o que elas entendem como realidade objetiva. Assim, eventos experienciados pelo falante em determinado tempo passado retido na memória e eventos que estão sendo experienciados no momento da fala são considerados como *realis*. Já eventos que estão no mundo do possível, eventos imaginados mais do que experienciados ou lembrados são considerados *irrealis*. Por *irrealis* entende-se uma categoria semântica que cobre uma vasta área de significados não-assertivos.

Bybee; Fleischman (1995) ressaltam a dificuldade em determinar, em muitas instâncias, se o significado modal de uma expressão está contribuindo especificamente para marcar a modalidade *irrealis* ou se essa modalidade é expressa por algum outro elemento (lexical ou morfossintático) do contexto discursivo, já que as línguas diferem em termos de como elas classificam o *realis* e o *irrealis*. Isso põe em questão a classificação de certas formas específicas na língua como marcador *irrealis*. Ressalta que cada

¹⁶ Given, then, this lack of strict correspondence between the notional domain and grammatical expression, what can we make of the *irrealis* notion? Clearly, there is a conceptual domain that contains many ways in which a situation can be conceived of as unreal. (...) But perhaps lack of reality is not the most important feature of these domains; perhaps from the point of view of what people want to communicate, the more specific meanings such as obligation, permission, imperative, and possibility are more useful.

língua que opera com essa categoria parece realizar sua própria determinação de como será considerada essa categoria nocional, sendo, portanto, difícil circunscrever um significado específico que possa ser classificado como um morfema na gramática. As autoras ressaltam que muitas das funções de modalidade são encaixadas no contexto de interação social e, conseqüentemente, não podem ser descritos adequadamente à parte do contexto discursivo.

Para Bybee (1998), *realis-irrealis* não apresenta uma distinção nocional correspondente à realidade-irrealidade. Propõe, então, buscar o que essa categoria quer expressar, do ponto de vista do que as pessoas querem comunicar: obrigação, permissão, possibilidade, ou seja, como o falante avalia sua proposição no discurso. Assim, sugere correlacionar *realis* à asserção e *irrealis* à *não-asserção*, em função de como o falante se posiciona no discurso.

Para Givón (2001, p.300), a modalidade codifica a atitude do falante em relação à proposição. Por atitude o autor entende o julgamento epistêmico e deôntico que o falante faz concernentes à informação que a proposição carrega na sentença. Por julgamento epistêmico estão pressupostas as noções de probabilidade, evidência, verdade possível. Por julgamento deôntico estão as noções de desejo, obrigação, intenção, preferência. Essas duas sub-modalidades podem se interseccionar e admitem, em princípio, uma gradação escalar

O autor relembra que a tradição lógica tratou a modalidade como uma propriedade da proposição desvinculada do contexto comunicativo. Observa que tradicionalmente se estabelece uma relação entre *realis* e *irrealis* com eventos reais e irrealis, ou seja, asserções com ou sem valor de verdade respectivamente. Para o autor, *realis* e *irrealis* devem ser definidos em termos cognitivos e comunicativos. Nesse sentido, o autor apresenta, no quadro 1, a classificação das quatro modalidades epistêmicas tradicionais mais importantes codificadas pela língua:

a) Pressuposição	P é verdade por acordo prévio
b) Asserção <i>realis</i> (1) Afirmativo (2) Negativo	P é fortemente assertada como verdade. P é fortemente assertado como falso.
c) Asserção <i>irrealis</i>	P é fracamente assertada como verdade possível.

Quadro 1: Modalidades mais importantes da linguagem humana. **Fonte:** Givón (1984, p. 284)

Em Givón (1995; 2001), o autor retoma essa classificação fortemente ancorada na tradição aristotélica e propõe uma redefinição para a modalidade epistêmica com base na situação comunicativa. O quadro 2 ilustra a abordagem lógica da modalidade epistêmica e a interpretação em moldes comunicativos.

MODALIDADES EPISTÊMICAS	
TRADIÇÃO LÓGICA	EQUIVALÊNCIA COMUNICATIVA
a. verdade necessária	pressuposição
b. verdade factual	asserção do <i>realis</i>
c. verdade possível	asserção do <i>irrealis</i>
d. não-verdade	negação da asserção

Quadro 2: Modalidades epistêmicas. **Fonte:** Givón, (1995; p. 114).

No quadro acima, o autor apresenta quatro proposições modais, baseadas na tradição Aristotélica, que são funcional e gramaticalmente predominantes na linguagem humana. Assume a definição de modalidade epistêmica usada para linguagem natural em termos de suas funções cognitivas e/ou comunicativas.

Dada a possível correlação *realis/irrealis* e indicativo/subjuntivo, consideramos, para efeito de codificação e análise dos dados, as modalidades (b,c e d) do quadro acima sob uma interpretação proposicional e comunicativa.

Assim, a asserção do *realis* tem a propriedade de exprimir a proposição como fortemente declarada para ser verdade. O falante dispõe de evidências e argumentos para defender sua crença. Na asserção do *irrealis* a proposição é fracamente declarada e o falante não possui evidências para

defender a informação proposicional já que essa é asserida como possível, provável, incerta, desejável.

Associada a essas noções semânticas, Givón (2001) estabelece uma relação entre Tempo, Aspecto e Modalidade. Para ele o traço mais importante da asserção *realis* é que ela situa eventos específicos que ocorrem ou ocorreram em algum tempo determinado. O quadro 3 demonstra a possível distribuição das categorias tempo-aspecto-modalidade.

Modalidade	Tempo	Aspecto
Factual	Passado Presente	Perfectivo Perfeito
Não-factual	Futuro	Progressivo Habitual Repetitivo

Quadro 3: Distribuição da modalidade em tempo e aspecto. Givón (2001, p. 305)

Ao centrar o foco no tempo e na modalidade, o autor relaciona os tempos passado e presente com a modalidade factual por exprimirem eventos/estados que ocorreram ou estão em processo simultâneo ao momento de fala, portanto *realis*; e o tempo verbal futuro com a modalidade não-factual por exprimir eventos ou estados hipotéticos, possíveis, incertos que ainda não ocorreram e se situam no momento posterior ao momento da fala, portanto *irrealis*.

O autor ressalta que, em orações subordinadas, as funções pragmáticas e semânticas da categoria T-A-M variam em função da dependência semântica das orações principais e da integração sintático/estrutural entre oração principal e oração subordinada. Nesses casos, as categorias T-A-M podem ser inferidas a partir da informação pragmática ou semântica da oração principal ou do contexto discursivo. Assim, quanto mais dependente for oração subordinada semântico/pragmaticamente, em relação à oração principal, menos provável será que as marcas de TAM apareçam independentemente na sentença subordinada.

O autor constatou que orações subordinadas substantivas com verbos de cognição (e.g. ‘pensar’, ‘saber’) frequentemente restringem as noções de tempo-aspecto.

Tais relações foram evidenciadas em um estudo preliminar (cf. Carvalho, 2006) em que controlamos o grupo de fatores aspecto verbal, contudo tivemos dificuldade em categorizar os verbos do ponto de vista aspectual dada o baixo número de ocorrência de verbos que exprimissem situações dinâmicas que envolvem duração. Os tipos de verbos mais recorrentes no *corpus* utilizado foram verbos modais, de estado e cognitivos, o que já era esperado pela natureza das orações subordinadas em estudo e pela presença do modo subjuntivo que atualiza noções de desejo, possibilidade, hipótese muito mais do que situações dinâmicas.

Neste estudo, desconsideramos o grupo de fatores aspecto verbal por observarmos, com base nos dados investigados, que as orações subordinadas com verbos da principal do tipo ‘achar’, ‘querer’, ‘ter certeza’, ‘crer’, ‘esperar’ expressam intenções, projeções, avaliações do falante, não atualiza a noção aspectual das orações. Segundo Givón (2001), as orações que exigem complementos verbais constituem escopo de *irrealis*.

Para Givón (2001), o subjuntivo é uma sub-categoria do *irrealis*, uma especificação do *irrealis*. Nesse sentido, o falante expressa um julgamento na proposição, em sentenças que emitem avaliações em graus de crença e de obrigação. O autor evoca algumas sentenças complexas encaixadas e não encaixadas que envolvem noções de *irrealis*. Os seguintes contextos exemplificam o escopo do *irrealis*:

A. Sentenças principais declarativas com operadores *irrealis* (futuro, advérbios modais, auxiliares modais).

B. Atos de fala não-declarativos *irrealis* (Ex.: Será que ele parte amanhã?)

C. Sentenças com complementos verbais *irrealis* (Ex.: Ele mandou que João se calasse).

D.Sentenças relativas *irrealis* (Ex.: Procurava uma mulher que conhecesse sua mãe).

E.Sentenças adverbiais *irrealis* (Ex.: Logo que chegar a ser ministro ficará contente).

O estudo aqui proposto se voltará para sentenças do tipo C e assumirá, com base em Givón (1984; 1995; 2001), que os traços tempo e modalidade se entrecruzam, sendo as modalidades *realis* e *irrealis* categorias que se realizam na proposição em relação à situação comunicativa.

A análise a ser empreendida tomará como parâmetro os conceitos delineados acima e buscará, à luz de estudos já desenvolvidos, contribuir para a compreensão acerca do uso e da alternância do subjuntivo em português.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentaremos o fenômeno em estudo, os objetivos, as questões e as hipóteses que norteiam esta investigação. Detalharemos a constituição do *corpus*, a delimitação da variável dependente e os encaminhamentos metodológicos necessários para a efetivação da pesquisa na área da Sociolingüística.

3.1 Objetivos, Questões e Hipóteses

Ao conceber a língua como um sistema adaptável, dinâmico, e a gramática da língua como a codificação lingüística do mundo externo que nos cerca resultante de forças internas e externas ao sistema, descreveremos e analisamos, sincronicamente, a variação do subjuntivo em alternância com o indicativo em orações subordinadas substantivas introduzidas pela partícula **que**, na língua falada do Cariri.

Assim procuraremos:

1) Demonstrar que, em ambientes específicos de intercambialidade do indicativo e do subjuntivo, o emprego dessas formas em orações encaixadas se neutraliza principalmente em função da carga semântica do verbo da principal, sendo apenas variantes morfológicas condicionadas pelo verbo da oração matriz.

2) Controlar orações subordinadas substantivas no presente do indicativo x presente do subjuntivo e imperfeito do indicativo x imperfeito do subjuntivo, com o objetivo de analisar a correlação do tempo e do modo verbal na alternância indicativo/subjuntivo.

3) Demonstrar que a alternância no português é motivada pela interação de fatores de natureza diversas: morfossintáticas (estrutura da

assertividade da oração), semânticas (tipo de verbo da oração matriz, modalidade), formais (padrão morfofonológico do verbo) e discursivas (pessoa verbal da matriz e da encaixada).

4) Arrolar os fatores sociais, sexo, faixa etária e escolaridade que favorecem ou restringem o uso variável do presente do indicativo x presente do subjuntivo e imperfeito do indicativo x imperfeito do subjuntivo.

5) Investigar se o fenômeno em estudo reflete um estado de variação estável ou mudança em progresso.

6) Contribuir para a descrição da variável em questão no Português do Brasil, especificamente, na língua falada do Cariri, região que fica ao sul do estado do Ceará.

Apresentamos, a seguir, algumas questões que nortearão a investigação do presente estudo:

1) Até que ponto, em contextos de alternância de orações subordinadas, o modo verbal se atualiza? Podemos falar de modo nesses ambientes ou a forma modal se neutraliza em função da carga semântica do verbo principal?

2) Em que medida o tempo verbal da oração é um fator importante para a alternância modal?

3) Que fatores entram em competição no uso variável da alternância modal em orações subordinadas substantivas?

4) O fenômeno é sensível às variáveis sociais sexo, escolaridade e faixa etária?

5) O padrão de uso dessa variável reflete uma variação estável ou mudança em progresso? Em que ambientes lingüísticos o subjuntivo ainda é preservado?

Como possíveis respostas às questões formuladas, em geral, propõem-se as seguintes hipóteses:

1) Em contextos de alternância, em orações subordinadas substantivas, a força modal da oração se concentra no verbo da oração principal, sendo a noção semântica de modo da oração encaixada neutralizada, em função, principalmente, da carga semântica do verbo principal. Nesses contextos, as formas do indicativo e do subjuntivo propensas a receber a noção semântica do verbo principal funcionam como variantes morfológicas condicionadas pelo verbo da matriz.

2) O tempo verbal da matriz condiciona o modo da encaixada, contudo a força propulsora da alternância reside na complexa interação de muitos fatores, especificamente, no tipo de verbo da oração principal.

3) O tipo de verbo da matriz, a estrutura de assertividade da oração matriz (oração declarativa negativa e afirmativa), a modalidade (futuridade, certeza, incerteza/avaliação, *dicendi*), a pessoa verbal da matriz são fatores que interagem em favor da seleção do modo da encaixada. Acreditamos que a primeira pessoa restringe o modo subjuntivo na encaixada por envolver maior comprometimento do falante e a terceira pessoa promove o subjuntivo dado o distanciamento do falante com o que enuncia. Acreditamos que o padrão morfofonológico do verbo (verbos regulares e irregulares), ou seja, a influência fonético-fonológica dos verbos influencie no uso dos modos indicativo e subjuntivo. O modo subjuntivo recobre a modalidade *irrealis*, modalidade que envolve noção de incerteza, futuridade, hipótese. Com base nesse pressuposto, a escolha do modo subjuntivo será mais favorável em contextos que expressem traços semântico-pragmáticos de incerteza, conjectura, desejo e futuridade.

4) Acreditamos maior o nível de escolaridade mais favorecimento da forma subjuntiva, nos contextos de alternância, por essa forma requerer contexto sintático mais específico, mais delimitado do que o indicativo e ser a escola o espaço onde supostamente se tem acesso a modalidades mais formais da língua. Embora, estudos da Sociolinguística (Labov, 1966; Silva & Paiva, 1996) apontem as mulheres como favorecedoras da norma padrão, acreditamos que não teremos essa confirmação em nossos dados, em virtude de a alternância, em orações subordinadas substantivas, não constituir estigma

social, sendo a definição de norma padrão ou não-padrão de difícil decisão. Acreditamos que a alternância dos modos em português é sensível à variável faixa etária e que falantes mais jovens favorecem o uso do indicativo, por ser essa a forma mais geral, não-marcada na língua.

5) É possível que a alternância indicativo/subjuntivo reflita mudança em tempo aparente para mais indicativo nos contextos de alternância por ser essa a forma mais geral na língua portuguesa, contudo acreditamos que, nos dados em estudo, o uso do subjuntivo é resistente em ambientes lingüísticos considerados de uso obrigatório, como por exemplo, com verbos volitivos do tipo *querer, desejar, esperar* (ter expectativa).

Os dados serão rodados separados, por tempo verbal, a fim de aferir os condicionamentos em função de cada tempo, em outras palavras, os condicionadores da variação do subjuntivo no presente do subjuntivo podem não ser os mesmos dos condicionadores em construções no pretérito imperfeito.

Na próxima seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

3.2 Constituição da Amostra

Os encaminhamentos metodológicos serão dados com a finalidade de atender aos objetivos propostos para este estudo. O material lingüístico analisado será extraído do Banco de Dados do Estudos da Língua Oral do Ceará – O Português não padrão no Ceará, sediado na Universidade Federal do Ceará, no Programa de Pós-Graduação em Lingüística. A amostragem desse *corpus* se constitui de, aproximadamente, 125 horas de gravação correspondentes a 176 entrevistas realizadas com informantes de diferentes cidades, faixas etárias, sexo, escolaridade. O *corpus* foi coletado na região do Cariri, no Ceará. Essas entrevistas seguem o modelo laboviano de coleta de dados e encontram-se transcritas e armazenadas eletronicamente.

Esse banco de dados faz parte do Projeto Variação e Processamento da Fala e do Discurso: Análises e Aplicações (PROFALA)¹⁶ que visa a disponibilizar um banco de dados sobre o português falado no Ceará que possibilite a descrição e análise dos aspectos fonético-lexicais, morfossintáticos, semânticos e pragmáticos da fala cearense, numa visão sociolingüística e discursiva.

As entrevistas foram feitas em cidades e lugarejos da região do Cariri, especialmente Barbalha, Nova Olinda, Juazeiro, Várzea Alegre, Altaneira, Crato e Mauriti, em áreas geográficas da zona urbana e da zona rural, compreendendo as seguintes cidades e distritos:

Zona Urbana: Crato (Pimenta, Alto da Penha, Batateira), Barbalha, Nova Olinda, Juazeiro do Norte, Várzea Alegre, Altaneira e Mauriti.

Zona Rural: Distritos de Crato e Juazeiro (Santa Fé, Dom Quintino, Sítio Romualdo, Vila Arajara, São Vicente, São Miguel, Buritizinho, Vila Três Marias, Sítio Cajazeiras e São Gonçalo).

A microrregião¹⁷ do Cariri cobre grande parte das cidades acima pesquisadas, incluindo Jardim, Missão Velha e Porteiros, se situa ao sul do Ceará e se caracteriza, entre outras coisas, por sua situação geográfica fronteira com os estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí. Essa região do estado fica cerca de 600 km da capital, se tomarmos como parâmetro Crato e Juazeiro do Norte, cidades de referência cultural e econômica da região.

É importante ressaltar que essa região se caracteriza também pela proximidade das cidades entre si (cf. ANEXO 1), de forma que zona rural e zona urbana se interpenetram, compondo uma espécie de cornubação, conforme ressalta Seraine (1972, p. 11):

“A verdade, porém, é que, não só nas duas cidades referidas acima (**Crato e Juazeiro**), mas em todas as outras do Cariri, as partes urbana e rural dos municípios se acham em intercâmbio permanente,

¹⁶ Cf. < <http://www.profala.ufc.br>>. Acesso em: 31 out. 2007.

¹⁷ **Microrregião** é, de acordo com a [Constituição brasileira de 1988](#), um agrupamento de [municípios](#) limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por [lei complementar](#) estadual .
(cf. [http:// wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o](http://wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o))

se interpenetram culturalmente, de maneira contínua, cabendo ainda notar a realização, na maioria delas, de feiras semanais, que são ponto de atração dos rurícolas, moradores em vilas, sítios e fazendas próximas”.

Optamos pelo estudo da comunidade do Cariri dada sua importância histórica, sua reconhecida “cultura popular” tradicional que preserva traços regionais específicos que já se perderam em outras regiões do Ceará, bem como pela autonomia da região em relação à capital do estado.

Do ponto de vista lingüístico, Seraine (1972) aponta o Cariri como uma região do Ceará que apresenta traços fonético-fonológicos (ex. não-palatalização diante de /t/ e /d/), morfossintáticos (ex. não antepõe o artigo antes de nome próprio), lexicais que diferem do falar de Fortaleza.

Como observador participante, verificamos que o falar do Cariri normalmente é bem marcado e facilmente reconhecido pelos falantes de Fortaleza, especificamente pela ausência da palatalização diante do /t/ e /d/. Considerando todos esses aspectos da comunidade de fala do Cariri, sua relevância histórica, sua identidade lingüística, os poucos estudos lingüísticos acerca dessa comunidade de fala (cf. Seraine, 1972) e sua importância para a constituição cultural do estado, surgiu o interesse de investigar a distribuição e a variação sintática do subjuntivo nessa comunidade de fala.

Historicamente, a região do Cariri é reconhecida como o “oásis do sertão”, por ser banhada por correntes perenes como o Caldas em Barbalha, Granjeiro e Batateira no Crato, por sua tradição religiosa e cultural.

A amostra selecionada constitui-se de sessenta informantes estratificados em função das características sociais sexo, faixa etária, anos de escolarização.

Os quadros 4 e 5 abaixo demonstram a estratificação por informante da amostra selecionada do *corpus* Português não-padrão do Ceará.

Informantes	Sexo	Faixa Etária			Anos de Escolarização				
	F	15-25 (FI)	26- 49 (FII)	+ de 50 (FII)	0 (E0)	1-4 (E1)	5-8 (E2)	9-11 (E3)	11 (E4)
1.CMLS									
2.MAL									
3.VLNS									
4.MFAS									
5.FCO									
6.MSLO									
7.RMAS									
8.ILO									
9.MDS									
10.RES									
11.OAA									
12.MAC									
13.MMS									
14.ESS									
15.JEBB									
16.MLO									
17.ALA									
18.HTL									
19.FAA									
20.MEA									
21.MCA									
22.AFNS									
23.MSL_122									
24.LMS									
25.MLL									
26.MSL_50									
27. MLA									
28. FBO									
29. SMCA									
30.EMN									
Total	30	10	10	10	6	6	6	6	6

Quadro 4: Características sociais dos informantes – sexo feminino

Informantes	Sexo	Faixa Etária			Anos de Escolarização				
	M	15-25 (FI)	26-49 (FII)	+ de 50 (FIII)	0 (E0)	1-4 (E1)	5-8 (E2)	9-11 (E3)	11 (E4)
1.SFS									
2.RSO									
3.RDS									
4.AAF									
5.JBR									
6.JRS									
7.ABR									
8.ERS									
9.FDO									
10.IGA									
11.JRG									
12.MBES									
13.FAS									
14.APSN									
15.RBF									
16.LGA									
17.FAC									
18.FHR									
19.JBX									
20.APT									
21.MBS									
22.JAF									
23.JWP									
24.AT									
25.AAMN									
26.MRSS									
27.PTRA									
28.FCPS									
29.VJS									
30.JNS									
Total	30	10	10	10	6	6	6	6	6

Quadro 5: Características sociais dos informantes – sexo masculino

3.3 Envelope da Variação

Neste item, apresentaremos a delimitação da variável dependente, bem como das variáveis independentes a ela correlacionadas que servirão de parâmetro para a análise e descrição do objeto de estudo.

3.3.1 Delimitação da variável dependente

Como já foi dito, o ponto de partida deste projeto é o uso da forma subjuntiva em alternância com o indicativo, em orações subordinadas substantivas, cuja comutação não altere o significado representacional da oração.

A primeira restrição será a substituição para verificar se as duas formas em estudo encontradas no *corpus* são realmente intercambiáveis no mesmo contexto, com o mesmo significado representacional para serem consideradas variantes de uma mesma variável. Os exemplos abaixo especificados ilustram o contexto de alternância considerado como recorte deste estudo.

(38) *Eu acho que SEJA [é] a falta de formação, falta de emprego, é donde surge tudo isso, todo esse horror que tá acontecendo no mundo* (MSL, f, F1, E4)¹⁸.

Nessa troca efetuada, a suposição acerca do fato de a falta de informação ser a causa do “*horror que tá acontecendo no mundo*” permanece a mesma nos dois casos. Portanto, a alternância do modo não altera o significado referencial da sentença, independentemente da forma verbal utilizada na oração subordinada.

Assim, a variável dependente é constituída por duas formas modais: a forma subjuntiva em variação com a forma indicativa, sendo a forma subjuntiva considerada como a aplicação da regra. As rodadas foram realizadas considerando os tempos presente do indicativo vs presente do subjuntivo e rodadas com os tempos pretérito imperfeito do indicativo vs. pretérito imperfeito do subjuntivo. O exemplo, a seguir, ilustra os dados no tempo imperfeito.

(39) *Achava que ERA mais fácil mais acessível o aprendizado de espanhol* (AAMN, m, F1, E4).

¹⁸ As letras maiúsculas identificam o informante, f, m, sexo, as letras F1, F2, F3 indicam a faixa etária e E0, E1, E2, E3, E4, anos de escolaridade.

Incluimos, para análise do conjunto de dados, com base em Poplack (1992), o uso do subjuntivo categórico (cf. ex. 40) e os casos em que nunca ocorre o subjuntivo (cf. ex. 41). Os exemplos, a seguir, ilustram esses contextos de uso.

(40) *Espero que esse país MELHORE em alguma coisa, mais não pra os que já têm dinheiro, melhore pra gente, pra senhora também (MBS,m,F1,E3).*

(41) *Eu sabia que eu num IA saí daqui pra ir terminar meus estudos ter uma profissão muito boa aí inventei logo de casar, mas eu queria ter uma profissão pra mim trabalhar (MDS,f, FII,E1).*

Correlacionadas à variável dependente, serão analisadas variáveis independentes de natureza lingüística e social. Serão testados os seguintes grupos de fatores lingüísticos:

1. Tipo de verbo da oração principal – nesse grupo codificamos os verbos da oração principal em:

1.1 Verbos volitivos – querer, esperar (ter expectativa), desejar, torcer (desejar).

1.2 Verbos cognitivos – achar, pensar, julgar, crer, acreditar.

1.3 Verbos factivos – saber, lamentar.

1.4 Verbos *dicendi* – dizer, contar, falar.

2. Padrão morfofonológico do verbo – controlamos o padrão em:

2.1 Verbos regulares – achar, pensar, acreditar, desejar, etc..

2.2 Verbos irregulares – querer, saber, dizer, etc..

2.3 Verbos anômalos – ir, vir, ter, ser, estar, haver, etc..

3. Estrutura da assertividade da oração matriz – as orações foram codificadas conforme classificação, a seguir:

3.1 Negação da matriz/afirmação da encaixada

(42) *Eu não sinto que elas (as crianças) são mais carentes (FAA, f, FI, E3).*

3.2 Negação em ambas

(43) *Eu num acredito que: não seja só na minha cidade ... (APT, m, F2, E3).*

3.3 Afirmação em ambas

(44) *É: eu acredito que: ela seja/ ela seja ótima pra vida... (APT, m, F2, E3).*

3.4 Afirmação na matriz/negação na encaixada

(45) *Eu via que num dava tão certo assim ... (JBX, m, FI, E3).*

4. Tempo-modalidade – Esse grupo foi pensado a partir da proposta de Pimpão (1999, p. 70) e Coan (2003, p. 144)¹⁹. Da proposta de Coan (2003) controlamos, em nossos dados, o que a autora chama de Realis 4 que corresponde às construções com verbos *dicendi*.

4.1 Futuridade – modalidade dos casos em que o falante projeta idéias, desejos, anseios.

(46) *Eu TORÇO e PRETENDO que a escola pública daqui a quinze anos ela seja resgatada, esteja melhorada ... vai ser bem eu não preciso colocar os meus filho em escola particular (MBS, m, F1, E3).*

4.2 Incerteza/avaliação – o falante avalia, opina através de construções que apresentem verbos na matriz cujo traço semântico não

¹⁹ Pimpão (1999) codifica o grupo de fatores tempo-modalidade em função da seguinte subcategorização: futuridade (itens lexicais indutores de *irrealis*); incerteza (adv. Talvez, desde que não haja um indicador de futuridade), atemporalidade e pressuposição.

Coan (2003) propõe a seguinte escala para a modalidade *realis/irrealis*: REALIS 1: quando não há nenhum indício de dúvida (advérbio de dúvida, verbo *dicendi*, traço de futuridade); REALIS 2: nos casos em que a situação é dada, mas seu ponto de referência, este é pressuposto; REALIS 3: em dados com verbo *dicendi*. Esses casos ficam na fronteira porque a verdade ou falsidade é atribuída ao outro. REALIS 4: aqui, incluem-se os casos em que o mais-que-perfeito composto é usado no lugar do perfeito a fim de indicar distância modal; REALIS 5: modalidade dos casos de projeção em que uma situação é apresentada como hipotética no passado (projeção passada) e REALIS 6: há uma projeção futura. Quando a forma chega a indicar o + *irrealis*, está em vias de ou sofreu mudança categorial.

assevera fatos, mas auxiliam na expressão da posição do falante em relação à proposição enunciada.

(47) *Eu **PENSO** que toda era de sete é ruim porque sofri muito nos anos setenta* (MFAS, f, F2, E0).

4.3 Certeza – o falante expressa certeza sobre o que enuncia através de verbos na matriz, cujo traço semântico conduz a encaixada a fatos dados como conhecidos, certos, ou seja, não há indício de dúvida (verbo *dicendi*, traço de futuridade, advérbio de dúvida).

(48) *Quem assiste noticiário, repórter **SABE** que a crise é no Brasil* (MCA, f, F1, E4).

4.4 Verbos *dicendi* – proposições com verbos *dicendi* em que muitas vezes a verdade ou falsidade é atribuída ao outro.

(49) **DOC:** *O que a senhora acha do purgatório?*

INF: *O purgatório eu acho que existe' tem pessoas que diz que não EXISTE, mas eu acho que existe' num sei assim/ eu acho que não é assim/ como a gente às vezes fala/ é um fogo tão quente e queima aqui/ que apaga o daqui e daqui é serve de água pra ele né?* (MLO, f, F2, E2).

5. Pessoa verbal da oração matriz

5.1 1ª. Pessoa

(50) **EU** *acho que seja a falta, a falta de formação, falta de emprego donde surge tudo isso, todo esse horror que ta acontecendo no mundo* (MSL_122, f, FIII, E3).

5.2 2ª. Pessoa

(51) **TU** *sabe que a mente cansada, né? A mente cansada não é mesmo brincadeira, aqui (no interior do Ceará) a gente tem a paz, tranquilidade* (ALA, f, FIII, E2).

5.3 3ª. Pessoa

(52) *Quem assiste ao noticiário **SABE** que a crise é no Brasil* (MCA, f, FI, E3).

6. Pessoa verbal da oração encaixada

6.1 1ª Pessoa

(53) *Tu faz isso porque você não quer que **EU** vá de jeito nenhum (MAC, f, FIII, FI)*

6.2, 2ª Pessoa

(54) *Eu sei que A **SENHORA** tá brincando... (RMAS, m, FI, E2).*

6.3 3ª Pessoa

(55) *Eu achava que aquilo ali **ERA** uma diversão, gostava daquilo, né? (FCO, f, FIII, E0).*

Os grupos de fatores sociais controlados neste estudo são:

A. Sexo

B. Faixa etária

C. Escolaridade

3.4 Dados excluídos da Análise

A seguir apresentamos os contextos lingüísticos que foram excluídos da análise.

a) Construções com pausa longa interveniente não foram incluídos em nosso estudo por não termos certeza se a expressão é parte da oração seguinte ou é um marcador discursivo com função apenas de introdutor do tópico discursivo.

(56) “... **eu num acho**:: nada que atrapalhe os estudos ...” (MSL,f,F3,E4).

b) Expressões cristalizadas na fala, quiçá já cristalizadas no sistema, foram excluídas para que houvesse maior rigor no recorte do objeto. Nesses casos, o subjuntivo é sempre recorrente.

(57) DOC: *Me fale um pouco do que você acha dessa educação realizada através da televisão?*

INF: *é boa, pra quem quer :: é bom, nu:m resta dúvida porque facilita (+) facilita eh:: aquelas pessoas (+) que não tem condições de ir a uma sala de aula, e se a pessoa não tem condições de ir a: a uma sala de aula' seja lá por motivo qualquer' eu poderia até citar um exemplo' a pessoa via:já é: e naquele horário não tem condição*

de assistir a aula' mais tem a condição de ter na sua residência um vídeo' um aparelho de vídeo' e:le pode gravar (+) e: através do módulo' acompanhando (+) as aulas na televisão' ele vai desenvolver o seu nível de escolaridade tra:nqüilamente, não tenho dúvida ... (JAF, f, F3, E4).

(58) DOC: *Há outros sítios perto desse sítio Logradouro?*

(...)

DOC: *Há outros fora esse?*

INF: *que eu saiba aqui perto ' não (CB, m, F2, E0).*

(59) INF: *[...] seja o que Deus quiser estamos aí na luta ... (FHR, m, F3, E3)*

c) Construções com **talvez** por não constituir oração subordinada substantiva introduzida pela partícula **que**.

(60) DOC: *Você acha que isso (mudança no estilo das provas do vestibular) vai melhorar mais o conhecimento do aluno, ele vai se preocupar em estudar mais?*

INF: *vai vai/ ele vai se preocupar em estudar mais porque agora vai ficar mais difícil a/ o acesso à universidade com duas fases' vai ter uma mais difícil e outra/ a a primera fase talvez seja no nível do vestibular de agora e a segunda mehmo para selecionar mesmo os melhores alunos ... (AAMM, f, F1, E5).*

A seleção dos dados foi efetivada com o objetivo de recortar objetivamente a variável dependente. Os dados selecionados serão submetidos a um programa estatístico de regra variável aplicado à sociolinguística quantitativa. A seção, a seguir, apresenta as diretrizes e funções do programa na análise dos dados.

3.5 Análise Quantitativa

A abordagem teórico-metodológica da Variação e Mudança dispõe de um suporte metodológico que fornece, através de modelo matemático, a frequência e também o índice de aplicação de uma regra condicionada por restrições lingüísticas e sociais.

Os dados, depois de selecionados, foram submetidos ao modelo estatístico que opera com regras variáveis. O programa computacional VARBRUL (PINTZUK, 1988), que associa um peso relativo a cada um dos fatores, indica seu efeito sobre um dado fenômeno de realização variável e

prevê a probabilidade global de “aplicação da regra” na presença de um conjunto de fatores.

O modelo introduzido por Cedergren; Sankoff (1974), denominado modelo multiplicativo de aplicação, propõe uma interpretação probabilística: calcula o efeito relativo dos diversos fatores com base nas freqüências observadas.

Este modelo considera que o resultado mais significativo é aquele que reflete a comparação entre os valores associados ao peso relativo e não os valores absolutos. Isso o torna mais adequado do que os que utilizam apenas percentagens, porque ele quantifica a influência relativa de cada variável, atribuindo pesos devidos aos seus diversos fatores (SILVA & SCHERRE, 1996, p. 45).

A função desse programa é calcular o peso relativo de cada variável independente e apresentar uma seleção estatística dos diversos grupos de fatores analisados. O programa opera com diversos níveis de análise em que são feitas comparações entre os valores estatísticos atribuídos a cada grupo de fatores, a fim de selecionar os mais relevantes no processo de variação. Permite ao investigador observar cada nível de análise e, a partir disso, constatar as interferências entre os grupos de fatores que se relacionam de forma particular em cada fenômeno analisado.

Sankoff (1988b) salienta que a análise estatística não depende da origem da variabilidade dos dados, mas sim de se saber de que maneira se deu o processo de escolha pelo falante. Antes de submeter os processos de escolha do falante ao programa computacional, já deverão ter sido tomadas as decisões sobre a coleta e codificação dos dados, sobre qual fenômeno será estudado, que contextos serão considerados. É importante salientar que os números estatísticos não falam por si, restando ao pesquisador da linguagem a atribuição dos valores lingüísticos e a interpretação dos resultados.

Enfim, os estudos resultantes dessas análises quantitativas fornecem informação acerca da estrutura lingüística de uma determinada variável em uso na comunidade de fala, bem como revela expressões padrão ou não-padrão

estatisticamente válidas sobre a influência de fatores lingüísticos e extralingüísticos.

Apresentados os procedimentos metodológicos, o que estamos denominando como variável dependente, os possíveis grupos de fatores que condicionam o fenômeno em estudo, os dados que não serão considerados, nesta tese, para efeito de análise e os parâmetros da análise estatística, passaremos, então, para a análise dos dados.

4 ALTERNÂNCIA INDICATIVO/SUBJUNTIVO EM FUNÇÃO DO TEMPO PRESENTE: DISCUSSÃO E ANÁLISE

Apresentado o nosso objeto de estudo, estabelecidos os pressupostos teóricos e a metodologia, passamos, então, a descrever a parte que constitui o cerne do nosso trabalho: analisar a alternância dos modos indicativo e subjuntivo em orações subordinadas substantivas introduzidas pela partícula **que**.

Nosso objetivo é compreender a atuação das categorias lingüísticas na variabilidade dos modos indicativo e subjuntivo em português, bem como investigar a distribuição do subjuntivo do ponto de vista da Sociolingüística laboviana, entendendo a variação como uma tendência que codifica motivações de ordem morfossintático, sintático-semântica e discursivas.

A análise que vamos empreender será realizada em função dos tempos verbais. Coletamos os dados em função do tempo presente do indicativo x presente do subjuntivo e em função do tempo pretérito imperfeito do indicativo x pretérito imperfeito do subjuntivo.

Em seguida, serão apresentados os resultados referentes às rodadas cuja variável dependente é a alternância em orações subordinadas substantivas introduzidas pela partícula **que** no tempo presente.

Conforme colocamos anteriormente, uma análise baseada na Teoria da variação considera entidades lingüísticas como fenômenos variáveis decorrentes de fatores internos e externos; subjacentes a esses fatores levantam-se hipóteses que podem ou não ser refutadas. A análise empreendida concebe a língua como um sistema heterogêneo e visa ao estudo da gramática no discurso, sendo a estrutura maleável, contínua, passível de variação e mudança.

Ao submeter os fatores, em forma de conjunto de variáveis, ao modelo estatístico de que o modelo teórico-metodológico de variação e mudança dispõe, têm-se revelado quais fatores são mais significativos no processo variável do fenômeno sob estudo e quais não exercem forte condicionamento sobre a variável em questão.

O item, a seguir, apresenta-nos a descrição e alguns exemplos da variável dependente e o conjunto de variáveis estruturais e sociais a serem analisadas nesse trabalho.

4.1 Variáveis Lingüísticas sob Controle

Os grupos de fatores lingüísticos testados neste trabalho foram: tipo de verbo da oração matriz, estrutura de assertividade da oração, pessoa verbal da matriz, pessoa verbal da encaixada, padrão morfofonológico dos verbos da encaixada e modalidade.

Com relação às variáveis sociais trabalhamos com os grupos de fatores já considerados clássicos: sexo, anos de escolaridade e faixa etária.

Vejamos, então, o quadro ilustrativo da descrição das variáveis.

4.1.2 Variáveis Dependentes

A seguir apresentamos as variáveis dependentes em foco nesse trabalho, seguidas de exemplos retirados do *corpus*.

1. Alternância dos modos indicativo e subjuntivo em orações substantivas introduzidas pela partícula **que** em função do tempo verbal presente do indicativo x presente do subjuntivo:

(43) *Eu acho que SEJA[é] a falta a falta de formação' falta de emprego' é donde surge tudo isso' todo esse horror que tá acontecendo no mundo, eu vejo' meu ponto de vista. (MSL_122 ,f, F3, E3)*

(44) *Doc: Mas a senhora acha que a televisão tem culpa em alguma coisa?*

INF: Não. Eu acho assim que ela É[seja] um é uma via de comunicação que ela hoje tá muito avançada, né? (MSL_122, f, F3, E3).

Consideramos como aplicação da regra a presença da forma do subjuntivo na oração encaixada e a forma modal do indicativo como não aplicação. Afora os exemplos citados acima, que prevêm a alternância sem alteração do significado referencial da sentença, controlamos orações cujos verbos requerem preferencialmente o subjuntivo, como, por exemplo, orações com verbos do tipo *querer, desejar, esperar (expectativa)* na oração principal e verbos que requerem preferencialmente o indicativo como verbo do tipo *saber*. Ou seja, alguns dos contextos levantados para este trabalho têm uma ocorrência mais associada a um determinado modo, não cabendo, por vezes, o critério da substituição das formas verbais para a verificação da possível ocorrência da outra forma correspondente. Os exemplos, a seguir, ilustram esses contextos de uso.

(61) *Espero que esse país MELHORE em alguma coisa, mais não pra os que já têm dinheiro, melhore pra gente, pra senhora também (MBS,m,F1,E3).*

(62) *Eu sabia que eu num IA saí daqui pra ir terminar meus estudos ter uma profissão muito boa aí inventei logo de casar, mas eu queria ter uma profissão pra mim trabalhar (MDS,FII,1-4,F).*

Controlamos esses contextos, supostamente não variáveis, porque acreditamos que, embora o indicativo na fala seja muito produtivo, há ambientes lingüísticos considerados obrigatórios que requerem quase categoricamente o subjuntivo, como também há ambientes de alternância indicativo/subjuntivo e ambientes preferencialmente de uso do indicativo. Gostaríamos, portanto, de investigar essa distribuição no *corpus* em estudo, a fim de entendê-la e compreender até que ponto a carga semântica do verbo matriz potencializa a função dos modos nas orações subordinadas em estudo, ou seja, em que medida ela impõe a força modal da sentença. Há na literatura a constatação da seguinte distribuição para as formas do indicativo e do subjuntivo: uma área de alternância indicativo/subjuntivo, uma área de contexto obrigatório do subjuntivo e ambientes lingüísticos em que ocorre preferencialmente o indicativo.

A seguir apresentamos os grupos de fatores controlados para a investigação do fenômeno, considerando apenas os dados do tempo presente.

4.1.3 Variáveis Lingüísticas Independentes

As variáveis independentes controladas foram:

- a) Tipo de verbo da oração principal
- b) Estrutura de assertividade da oração
- c) Pessoa verbal da matriz
- d) Pessoa verbal da encaixada
- e) Padrão morfofonológico dos verbos da encaixada (regulares, irregulares, anômalos)
- f) Modalidade

4.2 Variáveis Sociais

As variáveis sociais controladas foram:

- a) Anos de escolaridade
- b) Faixa etária
- c) Sexo

No item, a seguir, apresentamos a análise dos dados coletados concernentes às orações substantivas introduzidas por **que** cujo tempo verbal das orações são presente do indicativo vs. presente do subjuntivo. A primeira variável lingüística selecionada pelo VARBRUL foi tipo de verbo da oração principal, detalhada, a seguir.

4.3 Tipo de Verbo da Oração Principal

Como vimos (cf. cap. 2), O tipo de verbo da oração principal tem sido amplamente considerado como relevante no tratamento da alternância dos modos indicativo e subjuntivo.

O tratamento da GT (cf. ALI, 1966; CUNHA e CINTRA, 1985; BECHARA, 1999) atribui o uso do subjuntivo na encaixada ao tipo de verbo da oração principal. Atesta que o indicativo é usado geralmente nas orações que completam o sentido de verbos como *afirmar*, *compreender*, *comprovar*, *crer* e verbos que exprimem o fato como certo. A Gramática Tradicional atribui ao subjuntivo o modo das orações que dependem de verbos cujo sentido está ligado à idéia de pedido, de ordem, de proibição, de desejo, de vontade, de súplica, de condição e outras correlatas.

Nos estudos lingüísticos, Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) afirmam que o subjuntivo é o termo dado a formas verbais especiais que obrigatoriamente ocorrem em certos tipos de sentenças subordinadas. Para os autores, a distribuição do modo em sentenças de complementos não é arbitrária, mas determinada pelo conteúdo semântico do predicado principal.

Diversos trabalhos realizados no Brasil (cf. PEREIRA, 1974; ROCHA, 1997, MEIRA, 2006), em torno da alternância dos modos, também consideram o grupo de fatores “Tipo de verbo da oração matriz”. Esses estudos evidenciam a forte correlação do subjuntivo a traços semânticos do verbo da oração principal. Em nossos dados, esse grupo de fatores foi o primeiro grupo selecionado pelo Varbrul.

A seguir, apresentamos, na tabela 2, os tipos de verbos recorrentes no *corpus* e o percentual de ocorrência, em seguida os resultados da primeira rodada com todos os grupos de fatores sem amalgamamentos.

TABELA 2

Tipo de verbo da oração matriz no uso do subjuntivo

Fatores	Nº de ocorrência do subjuntivo	Total	%
Querer	11	11	100%
Achar	19	168	11%
Dizer	2	16	13%
Crer	2	2	100%
Ver	11	1	9%
Parecer	0	1	Não ocorre
Acreditar	13	31	42%
Esperar	21	20	95%
Lamentar	0	1	Não ocorre
Saber	0	20	Não ocorre
Desejar	1	1	100%
Ter pressentimento que	0	1	Não ocorre
Contar	0	1	Não ocorre
Pensar	2	6	33%
Poder dizer	0	3	Não ocorre
Acontecer	0	1	Não ocorre
Certo que	4	14	29%
É importante que/É bom que/	6	6	100%
Pedir/rezar	2	2	100%
Sentir/perceber	0	1	Não ocorre
Exigir	1	1	100%
Total	84	319	26%

Foram feitos alguns ajustes nos fatores inicialmente arrolados para esse grupo. Amalgamos os seguintes tipos de verbos: verbos volitivos (querer, desejar, esperar), cognitivos (crer, acreditar) cognitivos (achar, pensar) *dicendi* (dizer, contar), perceptivos (sentir) e factivos (saber, ver).

Retiramos da rodada os seguintes verbos e/ou construções: *sentir*, *parecer*, *lamentar*, *ter pressentimento que*, *poder dizer que*, *acontecer*, *é*

importante que, é bom que, pedir, sentir e exigir em função dos knockouts¹⁸ e do pouco número de ocorrências.

Separamos as ocorrências com o verbo ‘achar’ dada sua produtividade no *corpus*. Os verbos volitivos englobam as 21 ocorrências do verbo ‘esperar’ e as 11 ocorrências do verbo ‘querer’. O fator verbo factivo é contemplado pelos verbos ‘saber’ e ‘ver’. Os grupos de fatores “pessoa verbal da matriz”, “pessoa verbal da encaixada” e “padrão morfofonológico dos verbos da encaixada” não foram selecionados pelo programa Varbrul.

Os grupos de fatores selecionados foram tipo de verbo da oração principal, estrutura da assertividade da oração e a modalidade. Na tabela 3 encontram-se os resultados do primeiro grupo de fatores selecionado pelo VARBRUL, o tipo de verbo da oração principal. A rodada corresponde a todos os contextos de uso do subjuntivo coletados no *corpus*.

TABELA 3

Atuação do tipo de verbo da oração matriz no uso do subjuntivo em orações substantivas

(Nível de significância .037)

Tipo de verbo da matriz	Nº de ocorrência do subj.	Total	%	P.R
Verbos volitivos (querer, esperar)	31	32	97%	.98
Verbos cognitivos (crer, acreditar, pensar)	15	33	45%	.84
Verbo cognitivo ‘achar’	21	173	12%	.40
Verbo <i>Dicendi</i> (dizer, contar)	2	17	12%	.34
Verbo factivo (saber)	1	31	3%	.05
Total	70	286	24%	-

Conforme demonstram os resultados da tabela acima, o uso do subjuntivo é amplamente favorecido quando os verbos da oração matriz são verbos volitivos (.98) e cognitivos (crer, acreditar, pensar) (.84). Percebe-se, nesse caso, que as propriedades semânticas do verbo da matriz exercem forte influência sobre a seleção da forma modal da oração subordinada: verbos volitivos, verbos cognitivos que exprimem, no nível da proposição, um fato

¹⁸ Knockout – terminologia usada pelo Varbrul. Trata-se de um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente (cf. GUY; ZILLES, 2007).

possível que é desejado e/ou pode ser percebido pela mente, condiciona o uso do subjuntivo na encaixada, modo verbal da subordinação, da “incerteza”, da conjectura. Nesse caso, o traço semântico imposto pelo verbo matriz identifica o grau de integração dos eventos codificados pela oração principal e pela oração subordinada, já que as orações partilham do mesmo tempo verbal e da mesma carga semântica modal. O exemplo abaixo ilustra essa asserção:

(63) [...] *e essa minha irmã com quem eu moro' Michele' tem treze anos, é espero que ela **TERMINE** o estudo dela' já está fazendo a 8ª série tudo que eu posso fazer por ela eu estou fazendo e quero que ela (+) **CHEGUE** a uma Universidade e **CONSIGA** fazer (+) uma um / (+) **TENHA** um emprego bom pra ela sobreviver'* (MLA, f, F2, E5).

O exemplo acima, extraído do *corpus*, revela uma certa simetria entre as orações. A forma subjuntiva que normalmente exprime não-asserção harmoniza-se com os verbos volitivos *querer e esperar* da oração principal cujos traços semânticos sinalizam *expectativa, desejo, perspectiva*. *Querer e esperar* conjugam-se sintática e semanticamente de forma simétrica com “termine o estudo”, “chegue à universidade” e “tenha um emprego bom para sobreviver”.

A carga semântica imposta pelo verbo matriz parece articular o grau de integração dos eventos expressos na oração. Nas palavras de Givón (1990, p.516) isso significa que quanto mais forte o encaixe semântico entre dois eventos, maior a integração sintática das duas proposições em uma única cláusula¹⁹.

Os dados revelam que os verbos volitivos apresentam uma alta probabilidade de uso do subjuntivo, revelando-se como ambiente gramatical prototípico do subjuntivo em que oração principal e encaixada estão integradas sintática e semanticamente.

Já contextos com verbos factivos (tipo saber) não constituem ambiente gramatical do subjuntivo, conforme podemos conferir na tabela 3.

¹⁹ The stronger the semantic bond is between the two events, the more intimately is the syntatic integration of the two propositions into a single clause (Givón, 1990, p.516).

Representam, portanto, o que Popalck (1992) denominou contexto obrigatório do indicativo.

Os verbos cognitivos como ‘crer’, ‘acreditar’, ‘achar’ e os verbos *dicendi* (dizer, contar) correspondem a área de variação, com pesos relativos de .84, .40 e .34, respectivamente, numa escala de mais favorável para menos favorável.

O verbo *achar* foi controlado separadamente porque sua produtividade no *corpus* poderia mascarar os resultados referentes aos verbos cognitivos. Incluímos, nesse fator, 6 ocorrências do verbo ‘pensar’, das quais 2, ou seja, 33 % ocorreram com o indicativo. Com esses verbos, verificamos um baixo índice de subjuntivo (.40).

Com relação ao verbo *achar* especificamente, Galvão (1999) realizou uma extensa pesquisa com esse verbo e evidenciou que essa forma passa por um processo de gramaticalização. Para a autora, o verbo *achar* está deixando de manifestar, gradativamente, as propriedades de verbo pleno, decategorizando-se. Os indícios desse processo são: a gradativa perda da variabilidade de tempo e modo e o uso restrito na primeira pessoa do singular. A autora explicita que à medida que apresentam um caráter modalizador mais forte, os tipos de *achar* tendem a não manifestar variabilidade modo-temporal:

Esta cristalização de modo, tempo e pessoa deve estar relacionada ao fato de que o momento da enunciação é simultâneo à modalização do conteúdo enunciado, quando o falante chama para si a responsabilidade sobre o que diz, posicionando-se em relação à avaliação do valor de verdade do que enuncia (GALVÃO, 1999, p. 109).

Embora os dados de Galvão sinalizem para a tendência de gramaticalização do ‘achar’ com o modo indicativo, nossos dados apresentam uma variabilidade com peso relativo de .40.

De posse dos resultados, evidencia-se que a área de variação dos modos indicativo/subjuntivo está concentrada nos verbos cognitivos e

dicendi. Orações com verbos volitivos se apresentaram como ambientes gramaticais prototípicos do subjuntivo e orações com verbos factivos como ambientes preferenciais do indicativo.

Há uma forte integração sintático-semântica entre oração principal e oração encaixada de forma que os traços semânticos da oração principal selecionam o modo da encaixada ou são determinantes, favorecendo a variação indicativo/subjuntivo.

Considerando a variação do indicativo/subjuntivo objetivo deste estudo, apresentamos a tabela 4, a seguir, com resultados da rodada sem os verbos volitivos e factivos.

TABELA 4

Tipo de verbo da oração em função dos verbos cognitivos

Nível de significância .16				
Tipo de verbo da matriz	Nº de ocorrência do subj.	Total	%	P.R
Verbos cognitivos (crer, acreditar)	15	33	45%	.87
Verbo cognitivo 'achar'	19	170	11%	.42
Verbo <i>Dicendi</i> (dizer, contar)	2	16	13%	.40
Total	36	219	16%	-

Os resultados apontam para a mesma direção, ou seja, verbos cognitivos e verbos *dicendi* constituem contextos de variação dos modos em orações subordinadas substantivas. Se concebermos a variação como um processo escalar, podemos dizer que os dados de fala da comunidade em estudo apontam para uma alta variação com verbos cognitivos 'crer' e 'acreditar' (.87) e uma baixa variação com verbos 'achar' (.42) e '*dicendi*' (.40).

Considerando que houve apenas duas ocorrências com verbos '*dicendi*' na principal e subjuntivo na encaixada (cf. tabela 4), resolvemos voltar aos dados para verificar quais são esses contextos de uso. As duas

ocorrências foram enunciadas por falantes de escolaridades que se postas no *continuum* pode ser descrita em termos de polaridade: um falante sem escolaridade e um falante com nível universitário. Vejamos, então, essas ocorrências:

(63) *Sempre eu **DIGO** pra ela (a filha) que **SEJA** boa pra ele, pra dar certo, que eu tenho fé em Deus de :: viver até o final, né?* (MFAS, f, FII, E0).

(64) *os médicos sempre **DIZEM** que eu **TRATE** ela normal como toda pessoa, também ela é normal, mas por sinal ela trabalha, ela tem esse problema, mas ela trabalha, agora mehmó ela ela tava trabalhando e saiu ...* (EMN, f, FIII, E4).

Nos dois contextos supracitados, o critério da substituição não se aplica. Em 63 e 64, o emprego do indicativo alteraria o significado referencial das sentenças, vejamos como essas sentenças ficariam se utilizarmos o critério da substituição:

(63a) *Sempre eu digo pra ela que **É** boa pra ele, pra dar certo ...*

(64a) *Os médicos sempre dizem que eu **TRATO** ela normal como toda pessoa...*

A substituição do subjuntivo pelo indicativo, nas sentenças supracitadas, torna a sentença uma asserção, contrariando, assim, o sentido de aconselhamento, portanto, de não-asserção, proposto pelo enunciador: ‘sempre eu digo pra ela que **seja** boa’, ‘os médicos sempre dizem que eu trate ela normal’.

Assim, os ambientes gramaticais explicitados apresentam-se preferenciais do subjuntivo. Essa dado ilustra, do ponto de vista gramatical, isto é, morfossintático, a função subordinante do subjuntivo, bem como corrobora para a afirmação de PALMER (1986, p. 131) de que o papel subjuntivo em uma sentença subordinante é não somente indicar a subordinação, mas freqüentemente indicar um tipo particular de sentenças subordinadas. Nesses ambientes, o critério da substituição não se aplica, conseqüentemente, a alternância altera o significado referencial da sentença.

Os resultados evidenciam a forte integração morfosintática e sintático-semântica que envolve o fenômeno em estudo, nesse sentido, apresentamos, na próxima seção, os resultados do segundo grupo de fatores selecionado pelo VARBRUL.

4.4 Estrutura de Assertividade da Oração

Nesse grupo de fatores, o segundo selecionado pelo Varbrul, procuramos verificar em que estrutura ocorre maior variação dos modos se em orações declarativas afirmativas ou em orações declarativas negativas. Também interessa-nos compreender em que medida a presença do operador de negação se entrecruza à carga semântica do verbo principal no sentido de favorecer o uso da alternância indicativo/subjuntivo.

Para verificarmos o efeito do grau de assertividade da oração, consideramos quatro tipos de estruturas declarativas:

A. Negação da matriz/afirmação da encaixada

(65) *Eu não sinto que elas (as crianças) SÃO mais carentes* (FAA, f, F1, E3).

(66) *Eu não acho que eles (os professores) ESTEJAM tão preparados, às vezes, a gente nota um professor tratando um aluno mal...* (MCA, f, F1, E1).

B. Negação em ambas

(67) *Eu num acredito que não SEJA só na minha cidade, na cidade onde eu moro em TUDO, em toda parte' com certeza' a desejar'* (APT, m, F2, E3).

(68) *Num acho que eles num DEVE seguir assim com tanta violência* (MLO, f, FII, E2).

C. Afirmação em ambas

(69) *DOC: O que você acha da Igreja Católica?*

INF: É: eu acredito que: ela SEJA/ ela SEJA ótima pra vida... (APT, m, F2, E3).

(70) *Eu acho que (a TV) ESCANDALIZA muito as crianças devia ser como antes que tinha um horário só para adultos, né?* (MLO, f, F2, E2).

D. Afirmação na matriz/negação na encaixada

(71) *Eu via que num DAVA TÃO certo assim, que eu tinha que mudar meu jeito, comecei a ler livros ... assim... introduzir um pouco mais na minha vida/ a filosofia, assim as poesia de vida, filosofia de vida' então eu aceitei o Kung Fu (JBX, M,FI, 9).*

(72) *Eu comento muito com meus filhos como era o respeito que a gente tinha pelo pai da gente, pela mãe, num olhava nem com cara feia assim e hoje as crianças já querem é gritar a gente. Aquela minha netinha menor é:: danada que só, é uma coisa que num sei é...*

DOC: Será conseqüência de quê?

INF: Meu pai sempre dizia que essa essa mudança que houve que foi a televisão que fez isso. Ele só botava a televisão em frente, e eu tem hora que eu acho que é a televisão, mas na mehma hora eu acho que não SEJA a televisão. Eu num sei não. Eu, pode crer como eu num sei nem definir isso aí não, mas eu acho que num É isso, só televisão não porque eu tiro logo por essa minha neta menor que ela só tem cinco anos e ela nem gosta de televisão ... (EMN, f, F3, E4).

Para efeito de análise controlamos, além das construções exemplificadas acima, orações introduzidas pela expressão 'não é que/não que', construção muito corrente na língua portuguesa e que, em geral, apresenta o emprego do subjuntivo. Na primeira rodada que realizamos, encontramos 7 ocorrências desse tipo de construção, todas no subjuntivo. Considerando a presença do operador de negação na oração principal e o emprego categórico do subjuntivo, amalgamamos esse fator com o fator negação na matriz/afirmação na encaixada. A tabela a seguir apresenta o resultado da rodada com todos os contextos de uso do subjuntivo e do indicativo considerados neste estudo.

TABELA 5
Atuação da estrutura de assertividade da oração no uso do subjuntivo

(Nível de significância .041)

Fatores	Nº de ocor. do subj.	Total de casos	%	P.R
Negação na matriz/afirmação na encaixada	9	13	69%	.99
Negação na matriz/negação na encaixada	3	4	75%	.96
Afirmação na matriz/negação na encaixada	6	23	26%	.73
Afirmação na matriz/afirmação na encaixada	52	246	21%	.41
Total	70	286	24%	-

De acordo com a tabela acima, percebemos que as asserções negativas (40 ocorrências) são menos freqüentes nas entrevistas estudadas do que as asserções afirmativas (246). A presença do operador de negação favorece o subjuntivo, sendo as construções negativas as mais favorecidas por esse modo com pesos relativos de (.99), (.96) e (.73) em relação as orações declarativas afirmativas (.41).

Os resultados evidenciam, apesar de basearem-se em poucos dados, que estruturas com a presença do operador de negação favorecem mais subjuntivo do que estruturas afirmativas. Conforme anunciamos, esse grupo de fatores foi o segundo selecionado pelo programa como um forte motivador do emprego do subjuntivo em todas as rodadas que realizamos.

Do ponto de vista do estatuto da negação, Givón (2001, p. 375) afirma que o membro negativo comporta-se como *marcado*, no sentido restrito, denotando apenas o pólo extremo da escala. O membro positivo comporta-se como um caso *não marcado* denota a escala inteira.

Um número de fatores, por vezes competindo, parece entrar em jogo sempre que um falante precisa fazer a escolha de um modo. Nesse sentido, embora a negação incida fortemente sobre a escolha do modo, acreditamos ser importante olhar para as sentenças sem perder de vista o grupo de fatores “tipo de verbo da matriz”.

O fato de o programa selecionar o grupo de fatores “tipo de verbo da oração matriz” e o grupo “estrutura de assertividade da oração” indica que eles têm efeitos independentes sobre o fenômeno, contudo realizamos um cruzamento desses dois grupos a fim de captar a atuação dessas variáveis sobre o fenômeno em estudo, já que estamos estudando orações complexas com forte integração sintático-semântica.

No primeiro grupo de fatores, tipo de verbo da oração principal (cf. tabela 3), vimos que o tipo de verbo da oração principal condiciona o emprego da forma modal da encaixada. Podemos exemplificar esse fato com os verbos com traços [+factivo]²⁰ do tipo ‘saber’ que potencializam muito mais o indicativo do que o subjuntivo (.02) na oração encaixada, indicando uma baixa variação do modo subjuntivo com o indicativo. O verbo ‘saber’ está associado a ‘existência de fatos considerados como dados pelo enunciador’, a fatos que são dados como certos, vivenciados pelo falante, portanto, associado ao indicativo.

(73) *Eu sei que a violência só **GERA** violência, num leva a nada, o Kung Fu me ensinou isso realmente...* (JBX, m, F1, E3).

No exemplo acima, o falante assevera que “a violência só gera violência” como algo certo, vivenciado em sua experiência com a arte marcial do Kung Fu.

Por outro lado, sentenças com verbos volitivos do tipo ‘querer’, ‘desejar’, ‘esperar’ (ter expectativa), na oração principal, selecionam quase categoricamente a forma do subjuntivo, em orações subordinadas substantivas no presente indicativo vs. presente do subjuntivo.

Considerando essa articulação sintático-semântica e visando a uma compreensão acerca da inter-relação desses dois fatores, apresentamos a tabela, a seguir, com os resultados do cruzamento realizado entre o tipo de verbo vs. estrutura de assertividade da oração.

²⁰ Verbos factivos são verbos que introduzem orações subordinadas que representam um fato que é pressuposto. Em outras palavras, os factivos introduzem fatos que são dados como certos (Moura, 1999)

TABELA 6
Cruzamento dos grupos de fatores tipo de verbo da oração matriz e
estrutura de assertividade da oração

Fatores	Achar	<i>Dicendi</i> 'dizer'	Cognitivos 'crer'/'acreditar'	Factivos 'saber'	Volitivos 'querer'	Total
Afirmativa	13/149=9%	2/14=14%	9/27=33%	0/27=0%	28/29=97%	52/246= 21%
Afirmativa na matriz com negação na encaixada	3/17=18%	0/3=0%	2/2=100%	Não ocorre	1/1=100%	6/23= 26%
Negação na matriz	4/5=80%	Não ocorre	2/2=100%	1/4=25%	3/3=100%	9/13= 69%
Negação na matriz e na encaixada	1/2=50%	Não ocorre	2/2=100%	Não ocorre	Não ocorre	3/4= 75%
Total	21/174=21%	2/17=12%	15/33= 45%	1/31=3%	32/33= 97%	70/286= 24%

Os resultados do cruzamento tipo de verbo e negação nos autorizam a falar em integração sintático-semântica entre os dois grupos. Os contextos favoráveis ao subjuntivo são aqueles que apresentam negação na oração principal com verbos volitivos e cognitivos, com percentual de 69% e 75%. Orações principais afirmativas desfavorecem o uso do subjuntivo, com percentual de 21% e 26%.

Os verbos volitivos apontam como favorecedores do subjuntivo independente da presença do operador de negação: orações principais declarativas afirmativas com verbos volitivos apresentam um total de 97% de uso do subjuntivo.

Verbos cognitivos, apesar da quantidade de dados, são sensíveis à negação: orações principais declarativas negativas apresentam 100% de uso do subjuntivo.

Não houve ocorrência de orações principais negativas com verbos *dicendi*. Apesar dos poucos dados, a negação também favorece o uso do subjuntivo com o verbo ‘achar’.

Os resultados do cruzamento evidenciam o papel morfossintático da negação. Segundo Mateus et al. (1983), formalmente, a negação é “uma operação de modificação” que atua quer em nível dos elementos constituintes de uma proposição, quer em nível sintático-semântico de uma frase, quer ainda em nível pragmático. As autoras observam que, em frases complexas, se a negação atua sobre o verbo da oração matriz criador de um universo de referência ou estado de coisas expresso pela oração encaixada, a modificação opera-se na modalidade atribuída ao referido estado de coisas. Sentenças dependentes dos verbos do tipo ‘achar’, ‘pensar’, ‘ter certeza’, ‘querer’ e ‘desejar’ podem apresentar o verbo da encaixada quer no indicativo quer no subjuntivo, sempre que o verbo da matriz seja negado, em outras palavras a atuação da negação dá-se principalmente em função do tipo de verbo da oração principal. Resta saber como se dá a atuação do operador em contextos exclusivos de variação.

A tabela, a seguir, é o resultado da rodada só com verbos cognitivos e *dicendi*, área favorável à alternância. Nessa rodada, o grupo de fatores estrutura da assertividade da oração foi o primeiro selecionado, seguido do tipo de verbo. A tabela, a seguir, apresenta os resultados dessa rodada.

TABELA 7

**Atuação da estrutura da assertividade da oração matriz em
função dos verbos cognitivos e *dicendi***

Nível de significância .016

Tipo de oração	Nº de ocor. do subj.	Total de casos	%	P.R
Negação na matriz	6	7	86%	.98
Negação na matriz e na encaixada	3	4	75%	.94
Afirmação na matriz com negação na encaixada	5	22	23%	.72
Afirmação	22	186	12%	.42
Total	36	219	16%	-

Do ponto de vista estatístico, os resultados da rodada sem os verbos volitivos se mantiveram: o operador de negação na oração matriz favorece o uso do subjuntivo e a ausência do operador de negação na oração matriz desfavorece o uso desse modo verbal.

Palmer (1986, p. 145), ao estudar a alternância no Espanhol, coloca que as condições sob as quais o subjuntivo é ou pode ser usado nessa língua são muito variadas. Em linhas gerais, o *indicativo* é usado quando o sujeito mostra algum grau positivo de opinião na proposição: total como com verbos de tipo *afirmar*, *declarar*, ou parcial como com verbos do tipo *pensar*, *julgar*, *supor*. O subjuntivo é usado quando não há um grau de crença positiva, uma não crença como expressões do tipo *ser possível* ou quando o verbo da matriz é negado.

O autor coloca que geralmente nas línguas românicas o operador de negação com verbos cognitivos parece requerer a escolha do modo subjuntivo. Ilustra com dados do Espanhol, Francês e Italiano. Observa também que o subjuntivo geralmente é usado no Latim e no Espanhol com sentenças negativas.

Em nosso *corpus*, composto por orações subordinadas, a interação dos grupos de fatores é evidenciada até mesmo com o verbo cognitivo do tipo ‘achar’ já considerado em via de gramaticalização com o modo no indicativo. A presença do operador de negação na matriz apresentou 80% de seleção da forma subjuntiva (cf. tabela 6). Acreditamos que o grupo de fatores modalidade exerce forte condicionamento na seleção das formas indicativo/subjuntivo. Mais detalhe acerca da variável modalidade poderá ser conferida no item 4.5.

No *corpus* em estudo, a presença do operador de negação em predicação com verbos não-factivos parece entrecruzar-se. Os maiores índices de presença de subjuntivo, na encaixada, ocorrem quando a negação incide sobre verbos volitivos. Vimos (cf. tabela 3), que o percentual mais baixo de aplicação do subjuntivo encontra-se no verbo factivo do tipo ‘saber’, com 3% de emprego do subjuntivo, tipos de verbo condicionadores e desfavorecedores do subjuntivo, respectivamente.

A integração semântica se dá quando os dois eventos, o da oração principal e o da sentença de complemento, estão integrados em um único evento e a integração sintática quando as duas sentenças estão integradas dentro de uma única sentença complexa. As orações subordinadas substantivas constituem um desses casos.

Essa relação aplicada à forma subjuntiva em orações complexas com verbos volitivos, parece imbricar-se sintaticamente. Em outras palavras, observamos, em nossos dados, que a escolha do subjuntivo em orações subordinadas substantivas é motivada do ponto de vista semântico por verbos cujo traço semântico é [não- factivo], do ponto de vista sintático pela negação [contrafactual] e do ponto de vista pragmático-discursivo por verbos deônticos (querer, esperar, desejar) em que o enunciador projeta uma situação desejada, portanto, ancorada numa projeção futura, *irrealis*; e verbos epistêmicos (pensar, achar, julgar) que expressam suposições, apreciações.

Pereira (1974), ao estudar a alternância modal, opta por uma análise semântica e apresenta uma relação entre o tipo de verbo da oração principal e

o modo da subordinada. Assim verbos não-factivos que expressam desejo e vontade, temor, probabilidade, necessidade, relacionam-se a não-asserção e favorecem o subjuntivo, verbos factivos relacionam-se à asserção e à pressuposição e favorecem o indicativo.

Os resultados de Rocha (1997, p. 68) também evidenciam o grau de importância da variável tipo de verbo da oração: verbos não-factivos volitivos e verbos de opinião como *pensar*, *supor*, *acreditar* são favorecedores do subjuntivo e o verbo factivo *saber* apresenta uma baixa variação. Em seus dados, a negação também incide favoravelmente ao uso do subjuntivo ao passo que orações principais afirmativas desfavorecem o emprego desse modo verbal.

Meira (2006), ao estudar a fala de algumas comunidades rurais afro-brasileiras (Rio de Contas, Sapé, Cinzento, Helvécia) situadas na Bahia, conclui que o subjuntivo é favorecido por verbos na matriz com traços [+volitivos] e desfavorecido por verbos com traços [+cognitivos].

Os resultados corroboram esses estudos já realizados e indicam a forte atuação da carga semântica do verbo da oração principal. As estratégias de uso do subjuntivo no Português do Brasil, do ponto de vista do princípio funcional da marcação (GIVÒN, 1995), herdado da lingüística estrutural desenvolvido pela Escola de Praga, apontam o subjuntivo como um elemento lingüístico [+ marcado], do ponto de vista estrutural, ou seja, a forma subjuntiva ocorre preferencialmente em sentenças subordinadas. Para Câmara Jr. ([1970] 1979, p. 99), o subjuntivo tem “a característica sintática de ser uma forma verbal dependente de uma palavra que o domina, seja o advérbio *talvez*, preposto, seja um verbo de oração principal”. Do ponto de vista da distribuição da freqüência, os resultados demonstram que o uso do subjuntivo é menos freqüente, ou seja, menos produtivo nos dados de fala estudados do que o indicativo, forma mais recorrente no *corpus*: nas rodadas com dados do presente, do total de 286 ocorrências, apenas 70, ou seja, apenas 24% referem-se ao uso subjuntivo, conforme demonstra a tabela 7:

TABELA 8
Percentual de aplicação de uso dos modos indicativo/subjuntivo

Fatores	Nº de ocorrências	Total
Indicativo	216	76%
Subjuntivo	70	24%
Total	286	-

Do ponto de vista cognitivo, o subjuntivo exige mais esforço mental por ocorrer preferencialmente em orações subordinadas e referir-se a estado de coisas, muitas vezes, não experienciados pelo enunciador, ou seja, por representar estruturas não-asseverativas. Segundo Givón (1995), eventos que estão no universo da irrealidade, da conjectura são processados com menos rapidez e facilidade, por se referir, em geral, a assuntos do universo *irrealis* do que asserção de fatos, eventos narrados, experienciados no cotidiano do falante.

Assim, a variação indicativo/subjuntivo, em orações subordinadas introduzidas pela partícula **que**, está correlacionada ao tipo de verbo da matriz e associada à presença do operador de negação de forma que essas duas variáveis se entrecruzam para favorecer o uso do subjuntivo.

Embora este estudo focalize o componente morfossintático da alternância, controlamos a variável modalidade, a fim de compreender em que medida as noções de modalidade interagem com a estrutura morfossintática na variação indicativo/subjuntivo.

Para Givón (1995, p. 150), a distribuição do modo em sentenças de complementos não é governada por uma simples regra. O autor associa o subjuntivo à categoria *irrealis*, categoria essa que é definida pelo autor como um complexo multi-dimensional no domínio semântico-pragmático.

Partimos desse pressuposto associado às duas variáveis mais significativas selecionadas pelo Varbrul, aqui apresentadas, para a análise do grupo de fatores modalidade.

4.5 Variável Modalidade

Controlamos essa variável com o objetivo de investigar em que medida a alternância indicativo/subjuntivo se entrecruza com as noções semânticas de temporalidade e modalidade. Tomamos como parâmetro o grupo de fatores tempo-modalidade proposto por Pimpão (1999) para a variação no presente do subjuntivo e por Coan (2003), que propõe uma escala para a modalidade em que matiza os traços de *realis/irrealis* a partir de critérios contextuais. Incluímos nesse grupo o traço semântico ‘certeza’ e os verbos *dicendi*. A subcategorização dos traços desse grupo pode ser conferida no capítulo referente à metodologia.

Vejamos então os resultados dessa variável, na tabela seguinte. A tabela apresenta resultados da primeira rodada em que consideramos todos os contextos de uso dos modos indicativo e subjuntivo.

TABELA 9
Atuação da modalidade no uso do subjuntivo em orações substantivas no presente

(Nível de significância .037)

Fatores	Nº de casos do subj.	Total de ocorrência	%	P.R
Futuridade	25	26	96%	.98
<i>Dicendi</i>	3	17	18%	.59
Incerteza/avaliação	41	220	19%	.49
Certeza	1	23	4%	.01
Total	70	286	24%	-

Observamos, na tabela acima, que o modo subjuntivo está estritamente associado ao traço futuridade, indicado pelo peso relativo de .98. O traço incerteza/avaliação apresenta peso relativo de .49, enquanto os verbos *dicendi* .59. O subjuntivo não é favorecido por construções com alto grau de certeza, asserção dos fatos (.01).

Os resultados referentes aos traços de futuridade e incerteza/avaliação assemelham-se, em termos de tendência, aos encontrados

por Pimpão (1999). Segundo a autora, o modo subjuntivo associado ao traço futuridade tem peso relativo de .67, o traço referente à incerteza manifesta um contexto desfavorável ao modo subjuntivo assinalado pelo peso relativo de .12. Para Pimpão, essa correlação do subjuntivo com o tempo futuro aponta um deslocamento dessa categoria da modalidade para o tempo.

Nossos resultados demonstram uma forte relação entre o tipo de verbo e seus complementos. Assim, o traço futuridade está correlacionado principalmente com os verbos volitivos. O peso relativo de .98 referente à modalidade está fortemente associado à força semântica dos verbos da oração principal. Realizamos, então, um cruzamento entre o grupo de fatores “tipo de verbo da oração” e “modalidade”, a fim de investigar se não há sobreposição de fatores e captar em que medida os traços semânticos [+ volitivo, + cognitivo, + *dicendi*] dos verbos da oração principal correlacionam-se com os traços [+futuridade, +incerteza, +certeza] categorizados para o grupo modalidade. Os resultados desse cruzamento podem ser evidenciados na tabela 9.

TABELA 10

Cruzamento dos grupos de fatores tipo de verbo da oração e modalidade

(Nível de significância . 000)

Fatores	Achar	<i>Dicendi</i>	Cognitivos	Factivo	Volitivos	Total
Futuridade	2/2=100%	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre	23/24=96%	25/26=96%
Dicendi	Não ocorre	2/16=13%	Não ocorre	Não ocorre	1/1=100%	3/17=18%
Incerteza/ avaliação	19/170= 11%	Não ocorre	15/33= 45%	1/11=9%	6/6=100%	41/220=19%
Certeza	0/1=0%	0/1=0%	Não ocorre	0/20=0%	1/1=100%	1/23=4%
Total	21/173=12%	2/17=12%	33/15=45%	1/31=3%	31/32=97%	70/286=24%

O cruzamento dos grupos de fatores segue a tendência já apontada pelos resultados dos outros grupos de fatores selecionados. A relação do subjuntivo com a futuridade concentra-se no tipo de verbo com traço [volitivo] da oração matriz num ponto da tabela, 96% de ocorrência. O subjuntivo é desfavorecido com verbos com traços [factivos] do tipo ‘saber’, subcategorizado pelo fator certeza. O fator incerteza/avaliação está circunscrito a verbos de opinião do tipo ‘achar’, ‘crer’, ‘acreditar’, com

traços [cognitivos], com 45% de ocorrência. Esses resultados nos autorizam a dizer que, nos dados do presente, o uso do subjuntivo envolve a articulação de três fatores importantes, o tipo de verbo da oração, a negação e a modalidade. Contudo, é o grupo de fatores tipo de verbo da oração principal quem concentra a força semântica da modalidade, ou seja, da projeção futura, da incerteza, da certeza.

Isso pôde ser evidenciado quando rodamos os dados sem os verbos volitivos e factivos, contextos em distribuição complementar, cuja alternância, quando ocorre, é incipiente ou praticamente não ocorre como é o caso de orações principais com verbos volitivos. Em outras palavras, a rodada, que será apresentada na tabela a seguir, foi realizada apenas com verbos cognitivos e *dicendi*. O traço futuridade apresentou apenas 02 ocorrências com 100% de aplicação, o traço certeza não favorece o subjuntivo, os traços relacionados à variação do subjuntivo estão circunscritos à incerteza/avaliação que são os verbos cognitivos. Na rodada só com os contextos de variação, o grupo de fatores modalidade não foi selecionado. Razão porque a tabela, a seguir, apresenta os resultados apenas em termos percentuais.

TABELA 11

Percentual do grupo de fatores modalidade

Verbos cognitivos e *dicendi*

Fatores	Nº de casos do subj.	Total de ocorrência	%
Futuridade	2	2	100%
<i>Dicendi</i>	2	16	13%
Incerteza/avaliação	34	203	17%
Certeza	0	2	Não ocorre
Total	38	223	17%

Os resultados acima indicam que o traço modal de futuridade apresenta 100% de uso do subjuntivo e que o subjuntivo não ocorreu em contextos com verbos com traço de certeza.

Esses resultados evidenciam que os traços semânticos de futuridade, de certeza e de incerteza concentram-se principalmente no verbo da oração principal que, em orações complexas, transfere essas noções para o modo da encaixada propenso a recebê-los.

Do ponto de vista discursivo, Givón (1995) associa o *locus* do subjuntivo a duas dimensões escalares de *irrealis*, cobrindo a seção mais baixa da escala de sub-modalidades, ou seja, força deôntica mais fraca e baixa certeza epistêmica.

Os verbos *acreditar*, *pensar*, *achar* (opinião, suposição) recobrem o traço incerteza/avaliação (.49) do grupo de fatores modalidade e instauram o escopo de baixa certeza epistêmica. Em nossos dados, esses verbos contemplam a área de alternância subjuntivo/indicativo no tempo presente. Os exemplos a seguir retirados do corpus ilustram esses contextos.

(74) DOC: *Você acha que a Igreja católica é uma instituição rica, como costumam falar?*

INF: *Com certeza, (+) eu ACREDITO que ela sej/ SEJE[É] riquíssima. (APT, m, F2, E4).*

(75) DOC: *Você gosta dessa prática que a igreja tem de opção pelos pobres ou você acha que a igreja só faz usar essa terminologia para conseguir fiéis ?*

INF: *Não, eu acredito que: tudo que a igreja faz é: tentando ajudar aos pobres, agora: tem muita gente aí que não pensa como eu, acha que aí é só pra conseguir fiéis, mas eu não, eu PENSO que elas QUEREM [QUEIRAM] ajudar todo mundo (ERS, m, F1, E1).*

Segundo Givón (1995) verbos não-factivos cognitivos ou de opinião, percepção e declarativos induzem ao modo *irrealis*. Nos contextos acima o enunciador utiliza estratégias lingüísticas que conduzem a oração subordinada à não asseveração de fatos, ou seja, os verbos cognitivos de opinião não-factivos *acreditar*, *pensar* e *achar* assinalam o não-comprometimento do enunciador com o que é enunciado. O falante avalia, conjectura com base na pergunta feita pelo entrevistador, contudo isenta-se de qualquer afirmação, de qualquer compromisso com o dito.

Com relação ao emprego de verbos *dicendi* na 3ª pessoa, normalmente o falante transfere a declaração dos fatos a outrem ou se

posiciona perante o que enuncia, casos em que a proposição ocorre em 1ª pessoa. Orações com esses verbos favorecem a alternância modal em .59, contudo, nesses contextos, a forma indicativa se mostrou mais recorrente do que a forma subjuntiva. Num total de 17 ocorrências com verbos dicendi apenas 2 selecionaram o subjuntivo. Os exemplos abaixo apresentam alguns desses contextos de uso.

(76) *DOC: A senhora acha que a televisão ela pode prejudicar o pensamento das crianças atualmente?*

*INF: ... a televisão por um ponto o povo **DIZ** que isso **É** muito ruim, mas por um ponto eu acho melhor a televisão do que outras coisa' sabe por quê? Por que você tendo uma televisão em casa se empalha tudim (as crianças) assistindo televisão e não vivem pelo mundo caçando briga ... (OAA, f, F3, E1).*

(77) *INF: ... aí aonde eu **DIGO** que hoje **TEM** mais facilidade pros aluno, né? E tem mesmo' porque o aluno faz só estudar e ainda num passa, num é mesmo? (LMS, f, F3, E4)*

Evidenciamos, com base no grupo de fatores modalidade, que o uso da forma do subjuntivo, na comunidade de fala em estudo, é desencadeado pelo fator sintático-semântico e amplamente favorecido pelo traço semântico [+futuridade, + irrealis].

Neves (2006) concorda com a idéia de Givón de que a noção de *realis* x *irrealis*, na proposição, está claramente ligada com a relação temporal. Afirma que os enunciados modais com situação referencial no presente ou no passado têm leitura preferencialmente epistêmica. Os enunciados que representam uma situação referencial de tempo futuro, podem ser epistêmicos, mas, muito comumente, têm leitura não-epistêmica. A autora associa a habilidade e a volição ao tempo futuro.

Em linhas gerais, os resultados com dados do presente sinalizam para o uso do subjuntivo em contextos sintático-semântico e discursivos de *irrealis*, em outras palavras, em orações subordinadas substantivas, cujos verbos não implicam a existência de seus objetos, representam modos, estados ou eventos imaginários, assinalando o não-comprometimento do falante com o

que é dito, vimos que o subjuntivo foi requerido produtivamente. Givón (1995) concebe a categoria *irrealis* como um domínio semântico-pragmático complexo e multidimensional que envolve uma dimensão escalar deôntica (preferência, obrigação, volição...) associada a uma dimensão de projeção futura e uma outra epistêmica que envolve uma dimensão escalar de certeza.

Essa relação evidencia-se, em nossos resultados, em função de três grupos de fatores que se entrecruzam para a seleção das formas indicativa/subjuntiva da oração encaixada: tipo de verbo da oração principal, estrutura de assertividade da oração e modalidade, sendo este último grupo codificado basicamente em função dos verbos da oração principal.

Os cruzamentos realizados, em que há uma inter-relação de fatores entre as variáveis “tipo de verbo”, “estrutura da assertividade da oração” e “modalidade”; a evidência de que a força modal encontra-se instaurada principalmente no tipo de verbo da oração; a pressão da presença do operador de negação na oração matriz na seleção do subjuntivo na encaixada; a noção de modalidade subcategorizada pelos traços de futuridade, incerteza/avaliação, certeza também marcada pelo verbo da matriz; os estudos da alternância realizados em comunidades de fala do Brasil (Rocha, 1997; Meira, 2006, Oliveira, 2006) em que atestam a força da carga semântica do verbo matriz; a possibilidade de alternância nos contextos em estudo sem que as formas modais indicativo/subjuntivo oponham significados, evidenciam que, em orações subordinadas substantivas, a alternância indicativo/subjuntivo na oração da encaixada é fortemente motivada por fatores de ordem sintática e semântica que se articulam na inter-relação verbo da oração principal e forma modal da encaixada. Nesses casos, a função semântico-discursiva de modo é instaurada na articulação sintática e semântica da oração. Nos contextos de alternância, as formas indicativo/subjuntivo são desprovidas de sua função precípua, atuando como variantes morfológicas condicionadas pelo verbo principal.

A língua, para Givón (1995), é uma arena interativa, onde subsistemas competidores encontram seu equilíbrio na resolução de várias pressões concorrentes. Para Du Bois (1985), padrões discursivos recorrentes

exercem pressões sobre padrões estruturais. Nesse sentido, a língua é uma estrutura maleável que se constitui numa constante tensão entre forças internas e externas, que são matizadas nas pressões do uso.

Concebemos, neste estudo, a variação lingüística como o reflexo dessa dinâmica constante do sistema lingüístico. Com o objetivo de entender como essa dinâmica funciona no sistema, recortamos ainda mais nosso objeto e separamos as orações no presente das orações no imperfeito. Assim realizamos rodadas separadas, cujos resultados referentes às orações no pretérito imperfeito serão apresentados no capítulo 5, a seguir.

5 ALTERNÂNCIA INDICATIVO/SUBJUNTIVO EM FUNÇÃO DO TEMPO PRETÉRITO IMPERFEITO: DISCUSSÃO E ANÁLISE

Como dissemos anteriormente, a coleta de dados do *corpus* em estudo foi realizada em função do tempo verbal da oração encaixada. Inicialmente realizamos uma coleta com todos os contextos que continham a alternância indicativa subjuntivo, contextos preferenciais de subjuntivo e contextos preferenciais de indicativo. Realizamos rodadas diversas, contudo, com base em Givón (1984), que considera a categoria verbal uma categoria complexa que envolve *tense*, aspecto e modalidade, julgamos importante separar esses dados em função do tempo, já que outro significado referencial está em jogo. Este capítulo é referente à análise com dados do imperfeito.

Consideramos, para os dados do imperfeito, os mesmos grupos de fatores testados nos dados do presente. Buscamos compreender em que medida esses grupos motivam ou não o uso da alternância nos dados do imperfeito, em busca de uma generalização acerca da alternância.

Os exemplos, a seguir, ilustram os tipos de ocorrências considerados como objeto para análise da alternância dos modos indicativo e subjuntivo em orações substantivas introduzidas pela partícula **que** em função do tempo verbal pretérito imperfeito do indicativo x pretérito imperfeito do subjuntivo:

(78) *Eu tinha impressão que **ERA** dinheiro que tava faltando, mais geralmente sair nas rádios chegou tantos mil reais na prefeitura, noventa mil reais, e onde é que tá esse dinheiro (MCA, f, F2, E3).*

(79) *Achava que **ERA** mais fácil mais acessível o aprendizado de espanhol (AAMN, m, F1, E5).*

Partimos da hipótese, com base em Givón (1984), de que há um cruzamento entre as categorias de tempo e modalidade. Para Givón, o tempo verbal da matriz é uma das categorias responsáveis pela seleção de um modo ou outro na encaixada dada sua relação com a expressão de eventos factuais/*realis* e eventos não-factuais/*irrealis*. Sendo assim, acreditamos que o recorte em função do tempo verbal poderá demonstrar condicionamentos e motivações do uso do presente do indicativo na variação presente do indicativo x presente do subjuntivo e do uso do imperfeito, na variação imperfeito do indicativo x imperfeito do subjuntivo.

Inicialmente, contávamos cerca de 380 dados ao todo, contudo quando segmentamos o *corpus* em função de duas variáveis dependentes e, conseqüentemente, realizamos rodadas separadas, o *corpus* do imperfeito fez um total de apenas 66 ocorrências. Após a retirada dos *knockouts* e os amalgamamentos necessários para a análise, restaram apenas 48 ocorrências. Sabemos que são poucos dados para que possamos generalizar e aferir tendências de uso, mas apesar disso resolvemos rodar o Varbrul. Nosso objetivo consiste em testar os grupos de fatores, a fim de compreender o jogo de forças que subjaz a esse fenômeno e entender em que medida o tempo verbal corrobora para o funcionamento da variação. Os resultados, porém, nos fornecerão apenas indícios da variação no imperfeito do indicativo vs. imperfeito do subjuntivo, pois sabemos ser a quantidade de dados muito relevante para a análise sociolingüística. Contudo, esperamos, assim mesmo, sinalizar para algumas generalizações que poderão ser feitas a partir das duas análises aqui empreendidas, associadas às descrições já realizadas acerca do fenômeno.

Os grupos de fatores lingüísticos selecionados foram semelhantes aos da análise no presente, ou seja, tipo de verbo da oração matriz, modalidade e a variável social sexo.

A seguir, apresentaremos os grupos de fatores que se mostraram influentes, por ordem de significância, no uso do pretérito imperfeito com as discussões dos resultados.

5.1 Tipo de Verbo da Oração Principal

Os grupos de fatores lingüísticos selecionados foram “tipo de verbo da oração principal” e “modalidade”. A variável estrutura da assertividade da oração não foi selecionada como estatisticamente relevante.

A variável “tipo de verbo”, já atestada na variação do presente, foi selecionada em todas as rodadas feitas. Apresentamos, na tabela a seguir, os tipos de verbo encontrados no *corpus* e o percentual de ocorrência do subjuntivo.

TABELA 12
Tipos de verbo da oração principal

Tipo de verbo da oração	Nº de ocorrência do subj.	Total de ocorrências	%
Querer	27	27	100%
Ver (observar)	1	2	50%
Achar	Não ocorre	10	-
Julgar	Não ocorre	1	-
Pensar	1	4	25%
Sentir (perceber)	Não ocorre	2	-
Saber	Não ocorre	9	-
Ter medo de	2	2	100%
Ser bom que/ser importante que	1	1	100%
Total	32	65	49%

Os verbos mais produtivos foram os verbos ‘querer’ (27 ocorrências), ‘achar’ (10 ocorrências), e ‘saber’ (9 ocorrências), curiosamente esses verbos cobrem os três contextos de uso encontrados nos dados do presente, a saber, respectivamente: contextos de uso obrigatório do subjuntivo, contextos de alternância indicativo/subjuntivo e contextos de uso obrigatório do indicativo.

Os dados representam a mesma tendência apontada nos dados do presente: os verbos volitivos constituem contexto obrigatório de subjuntivo (100%). Os verbos cognitivos *achar, julgar, pensar* não foram produtivos no *corpus*. Faz-se necessário um maior número de dados no imperfeito para melhor compreendermos a distribuição variável do indicativo/subjuntivo em orações substantivas no imperfeito e o verbo *saber* só ocorre em orações com indicativo na encaixada.

Considerando essa polarização dos dados, conseqüentemente, o número reduzido de dados, a análise para avaliar parâmetros de variação torna-se inviável, razão porque a análise com dados do imperfeito não serão apresentados com base no VARBRUL, em termos probabilísticos.

Givón (2001), em um item denominado gramaticalização primária e secundária da categoria T-A-M, trata, ainda que de forma muito sintética, da possível gramaticalização gradual por que pode passar essas categorias. Em linhas gerais, o autor fala que, do ponto de vista semântico, um pequeno grupo de verbos fonte gramaticaliza primeiro qualquer aspecto ou marcador de modalidade, em um determinado estágio que ele considera como uma gramaticalização primária. Somente depois ele passa por uma gramaticalização secundária em direção ao marcador de tempo. O quadro a seguir, retirado do autor, ilustra o dito acima. Utilizaremos para ilustração apenas parte do quadro proposto, especificamente aquele que se refere aos verbos volitivos do tipo *querer*.

Quadro 6

Trajetória de gramaticalização dos marcadores T-A-M

<i>palavra fonte</i>	<i>estágio primário</i>	estágio secundário
Want, go, can, must, need, have (to)	<i>Irrealis</i>	Futuro

Fonte: Givón (2001, p. 367)

O grupo de verbos aqui classificado como volitivo (*querer, desejar, esperar*) mostrou-se significativo, tanto nos dados do presente quanto nos

dados do imperfeito, com peso estatístico .77. Como já vimos, esses verbos encerram também propriedades modais *irrealis*, traço expresso pelo modo subjuntivo.

Quanto à noção temporal, os resultados referentes ao tempo presente desse estudo demonstraram que o subjuntivo, em orações encaixadas com verbo principal volitivo, encerram muito mais uma projeção futura do que a noção de incerteza. Apesar dos poucos dados referentes ao imperfeito do subjuntivo, percebemos que nos dados com verbos volitivos, em especial o *querer*, também encontramos casos em que o imperfeito expressa futuridade. Vejamos os exemplos.

(80) Eu **QUERIA** dizer para eles (os jovens) que pela necessidade dos dias de hoje né? Necessidade desse capitalismo agitado, o mercado de trabalho cada vez menor, cada um dele **BUSCASSE** cada vez mais é:: tudo para que eles consiga é ser cada vez melhores no que escolherem, né? (MRRS, m, F1, E4).

(81) Eu **QUERIA** assim que meu marido **DEIXASSE** mais de ser o que ele é, ignorante, de beber, eu acho que era tão bom pra gente, pra mim, pra minhas filhas, né? Porque ele é ignorante demais pra nós todas em casa, né? (MFAS, f, F2, E0).

Nos exemplos acima, o enunciador projeta uma situação hipotética, desejada que se encontra ancorada no mundo do possível, do vir a ser, portanto, futura. Contudo, a tendência à expressão de futuridade parece ser própria de contextos específicos, ou seja, o traço futuridade mostrou-se preferencialmente em construções substantivas com presença de verbos volitivos na matriz e subjuntivo na encaixada. Com base nos dados coletados, podemos afirmar que o subjuntivo caminha para marcação de temporalidade, com indicação de futuro apenas em determinados contextos de uso.

Givón (1979) alarga o termo gramaticalização e concebe-o como um modo mais pragmático de comunicação que dá lugar a um modo mais sintático. Assim considera não somente a reanálise de itens lexicais em gramaticais, como também a reanálise de padrões discursivos em gramaticais e de funções discursivas em semânticas sentenciais.

Bybee; Perkins; Pagliuca (1994) também não restringem o termo gramaticalização à transição de um status lexical para mais gramatical. Afirmam que o processo de mudança pode ser de natureza semântica, funcional, gramatical e fonológica. Para os autores, esses processos estão intimamente conectados entre eles. Citam a harmonização entre os mecanismos de gramaticalização que consiste em usos similares, por exemplo, usos modais na oração principal e na subordinada.

Observamos, ainda que com dados escassos, que nesses contextos em foco há uma articulação sintático-semântica dos verbos volitivos da oração matriz sobre a noção semântica do subjuntivo. O verbo da matriz em conjunção com o subjuntivo exprime a noção de futuridade na oração complexa. Nesses casos, a forma modal da oração subordinada funciona como elemento de subordinação e exprime uma modalidade já matizada na oração principal. O encaixamento sintático da oração articula a seleção da forma modal.

5.2 Modalidade

Seguimos para esse grupo de fatores os mesmos parâmetros utilizados para os dados do presente. Esse grupo de fatores revelou-se importante nos dados do presente. Investigaremos em que medida a modalidade atua na alternância das formas indicativo/subjuntivo.

O grupo ficou assim subcategorizado: certeza, incerteza, futuridade e *dicendi*. A seguir, apresentaremos novamente os traços que serviram de parâmetro para a codificação, agora, com exemplos de orações no pretérito imperfeito.

a) **Certeza** – o falante expressa certeza sobre o que enuncia através de verbos na matriz cujo traço semântico conduz a encaixada a fatos dados como conhecidos, certos, ou seja, não há indício de dúvida. Foram excluídos desse controle construções com verbos *dicendi*, traço de futuridade e o advérbio de dúvida *talvez*.

(68) *Essas crianças que tão encarnando agora são umas crianças completamente (...) são uns espíritos completamente diferente ... (antes). Elas **SABIAM** que **ERA** assim e num faziam, essas de agora pode é castigar, eles num ligam muito não, né? aquilo dali' quando eles saem dali eles fazem a mesma coisa as crianças de agora' num adianta. Criar assim/(+) é::: prender uma criança demais' cê num vai fazer isso' cê num vai fazer assim, num adianta' porque eles num obedecem não' e se eles não fizer assim na presença dos pais, eles faz na ausência (FCO, f, F3, E0).*

b) **Incerteza/avaliação** – o falante avalia, opina através de construções que apresentem verbos na matriz cujo traço semântico não assevera fatos, mas auxiliam na expressão da posição do falante em relação à proposição enunciada.

(69) *Eu optei por Espanhol porque **ACHAVA** que **ERA** mais fácil, mais acessível o aprendizado de Espanhol (AMMN, f, F1, E4).*

c) **Futuridade** – o falante projeta idéias, desejos, anseios. Esses casos se restringiram basicamente aos verbos do tipo querer, desejar, esperar (ter expectativa). Na sentença abaixo, tomada como exemplo, a situação se situa anterior ao momento da fala, contudo, o verbo ir é posterior ao momento de referência, nesse caso, a querer.

(70) *Eu **QUERIA** que minha casa **FOSSE** assim de tijolo, bem feitinha, **QUERIA** que **TIVESSE** televisão colori::da, geladeira, som, essas coisa tudo ... (RES, f, F2, E1).*

Do ponto de vista semântico-pragmático, esse momento de referência se situa no contexto discursivo, o falante partilha desejos, projeta seus sonhos com o interlocutor.

d) **Dicendi** – proposições com verbos *dicendi* em que muitas vezes a verdade ou falsidade é atribuída ao outro.

(71) [...] *O povo **DIZIA** que ele (Chico Romão) **ERA** homem valente (incompreensível), mas muito servidor (FHR, m, F3, E2).*

Como já dissemos anteriormente, controlamos contextos de uso do subjuntivo que não constituem regra variável nos moldes labovianos. As ocorrências com verbos *dicendi*, em orações substantivas no imperfeito, não

apresentaram variação nas formas modais. Todas as ocorrências apresentaram a forma indicativa na oração subordinada. Nesses casos o falante narrava e/ou relembrava fatos, situações experienciadas por ele.

A tabela abaixo demonstra, em termos percentuais, os resultados da rodada realizada sem amalgamamentos, nesse grupo de fatores.

TABELA 13
Atuação da modalidade no uso do imperfeito do subjuntivo

Fatores	Nº de ocorr. subj.	Total de dados	%
Futuridade	11	11	100%
Incerteza/avaliação	17	32	53%
Certeza	4	15	27%
<i>Dicendi</i>	Não ocorre	7	-
Total	32	65	49%

Os resultados apresentados na tabela acima confirmam a mesma tendência dos resultados no presente: os traços futuridade e incerteza favorecem o subjuntivo, em 100% e 53%, respectivamente. Se associarmos ao traço *irrealis* as noções de incerteza e futuridade, os resultados indicam a mesma direção dos resultados encontrados por Pimpão (1999).

Como já foi evidenciado, a forte presença do subjuntivo correlacionada ao traço futuridade, em nossos dados, está associada às propriedades semânticas dos verbos volitivos das orações principais analisadas. Sabemos que os dados que cobrem esses contextos analisados são verbos do tipo *querer* que possuem em sua base semântica propriedade intrínseca identificada à futuridade. Para Givòn (1984) o efeito cumulativo da categoria T-A-M não contempla apenas o nível estrutural, podendo um mesmo morfema acumular funções de natureza lexical, semântica e pragmática, constituindo, assim, um domínio complexo. Nos casos em foco, a noção de futuridade se dá no contexto lexical e discursivo.

É interessante observar que o tempo gramatical imperfeito exprime formalmente um tempo passado de uma situação não acabada, contudo a noção de futuridade que lhe é atribuída se realiza na correlação modo temporal entre verbos da matriz e da encaixada e intenção proposicional do enunciador. Do ponto de vista discursivo, a modalidade *irrealis* exprime situações incertas, contrafactuais. Vejamos os fragmentos retirados do *corpus*.

(86) *Eu QUERIA assim que meu marido DEIXASSE mais de ser o que ele é' ignorante, de beber, eu acho que era tão bom pra gente, pra mim, pra minhas filhas' né? Porque ele é ignorante demais pra nós toda em casa' né?* (MFAS, f, F2, E0)

(87) *INF: Então você pensa assim', a meu modo de ver era eu TINHA IMPRESSÃO que ERA dinheiro que tava faltando, mais (+) geralmente sai nas rádios' chegou TAN:tos mil reais na prefeitura, noventa mil reais, e onde é que tá esse dinheiro? Aí eu paro pra pensar onde é que está indo esse dinheiro que nós (+) trabalhamos porque precisamos do dinheiro', atrasamos nossos compromissos', nossas/ NOSSA VI:DA (+) tá lá embaixo, porque sem dinheiro ...*

(...)

INF: Mas eu QUERIA que essa situação ACABASSE, isso é muito triste, é dramático mesmo... (MCA, f, F2, E4).

Os fragmentos acima assinalam uma articulação sintático-semântica entre o verbo volitivo *querer* e o subjuntivo de forma que o falante se utiliza desses elementos lingüísticos para expressar anseios, desejos, conjecturas. Como componente discursivo, a modalidade *irrealis* instaura-se nessa conexão de traços semânticos e pragmático-discursivos (cf. GIVÓN, 1984).

Domingos (2004, p. 104), ao controlar a variável modalidade, considerou que quando o falante discorre sobre algo que já vivenciou e sabe o que realmente aconteceu tende a usar o pretérito imperfeito do indicativo, já quando discorre sobre algo imprevisível, improvável de acontecer tende a usar o pretérito imperfeito do subjuntivo. A autora só trabalhou com sentenças que permitissem a alternância, excluindo da análise construções preferenciais do subjuntivo. Detectou que o subjuntivo foi usado em eventos não acontecidos, irrealis, imprevisíveis, improváveis, distantes do conhecimento do falante. Essa constatação ratifica a função *irrealis* do subjuntivo, nos dados estudados, conseqüentemente, sua função não-factual,

forma de expressão de intenções proposicionais não-asseverativas, bem como delimita a direção e a funcionalidade dessa forma modal em situações efetivas de uso.

Meira (2006) considerou a variável “avaliação do falante”, com o objetivo de investigar quais os contextos semânticos que poderiam em maior intensidade influenciar o uso do subjuntivo. Foram postulados cinco situações: fato considerado irreal, hipotético, (in)desejado, ocorrido e pressuposto. A expectativa da autora era de que as formas de subjuntivo fossem mais recorrentes nos contextos de irrealidade, dada a tradicional associação entre este contexto e o modo subjuntivo.

A autora desconsiderou os contextos de situações controlados como fatos ocorridos e pressupostos, por estarem diretamente relacionados ao uso categórico do indicativo. Observou que o subjuntivo está diretamente associado ao contexto de irrealidade, sendo esse fator o que obteve maior percentual de ocorrência correlacionado à forma subjuntivo.

Esses dados corroboram a premissa proposta por Givón (1995) de que “o entendimento da distribuição funcional e gramatical do modo subjuntivo depende do entendimento da distribuição funcional e gramatical do *irrealis*”¹⁹.

O autor entende por *irrealis* uma categoria gramatical válida com um domínio semântico-pragmático multidimensional complexo e estabelece uma correlação entre o tempo futuro e a modalidade *irrealis*. O autor afirma, ainda, que verbos não-factivos de percepção ou cognitivos também induzem ao modo *irrealis*. A análise variável da alternância indicativo/subjuntivo no imperfeito, ainda que com poucos dados e resultados em percentuais, aponta para essa direção.

¹⁹ Our understanding of the functional and grammatical distribution of the subjunctive mood depends on our understanding the functional and grammatical distribution of *irrealis* (p. 115).

5.4 Distribuição da Regra Variável do Subjuntivo em Função dos Tempos Verbais da Oração

Após as análises realizadas, evidenciamos um forte cruzamento entre os grupos de fatores lingüísticos selecionados. O tipo de verbo e a estrutura de assertividade da matriz constituem uma articulação forte na seleção do subjuntivo em orações no presente. O grupo tipo de verbo da oração se mostrou relevante na análise das orações independentemente do tempo verbal em foco. A seleção das formas modais está intrinsecamente correlacionada à carga semântica expressa pelo verbo principal, contudo há um jogo de forças sintático-semântico que se soma a essa variável. Assim, a presença do operador de negação favorece muito mais a forma subjuntiva do que a forma indicativa. Não foi possível evidenciar a atuação desse grupo de fatores nos dados do imperfeito porque o número de ocorrências encontrado no *corpus* foi muito reduzido.

Os resultados demonstram que a expressão de futuridade do subjuntivo é decorrente de contextos específicos de uso e emanado principalmente do tipo de verbo da oração principal. Os verbos volitivos guardam em seu componente lexical e discursivo o traço de futuridade e parte dos verbos que contemplam esse traço é constituída por verbos do tipo ‘querer’, ‘desejar’ e ‘esperar’ (no sentido de ter expectativa). Importante se faz relatar que o recorte deste estudo está delimitado às orações substantivas, esperamos, portanto, em estudo posterior testar essa variável em outros tipos de oração, a fim de investigar se existe relação do subjuntivo com a noção de temporalidade/futuridade em outros contextos de uso.

Embora não tenhamos controlado como grupo de fatores o traço *irrealis* (GIVÓN, 1995) de forma mais matizada, o grupo modalidade revelou a correlação da forma subjuntiva e essa categoria. Vimos que o traço modal de incerteza expressa noção modal de avaliação, opinião e determinados verbos exprimem noção de futuridade, traços semânticos de expressão *irrealis*. Nas orações subordinadas em estudo, os contextos de uso com

expressão do traço incerteza/avaliação selecionaram tanto o indicativo quanto o subjuntivo, configurando-se como área de alternância. Esse dado confirma o que a literatura lingüística (cf.e.g. SAID ALI, 1966; PERINI, 1998) afirma quando diz que a oposição certeza vs. incerteza não parece ser suficiente para determinar a ocorrência dos modos verbais em português.

É possível afirmar, com base neste estudo e nos estudos citados, que a alternância é motivada por um jogo de força sistêmico que envolve variáveis de natureza morfossintática, sintático-semântica e discursiva. Em contextos de alternância, o valor próprio do modo da oração encaixada se harmoniza semanticamente com o verbo da oração principal ou desaparece em função do jogo do mecanismo sintático da oração, de tal maneira que ele não é mais do que uma forma gramatical desprovida de seu sentido próprio, sendo o significado modal imposto muito mais pelos componentes lingüísticos e discursivos da proposição principal do que pelas formas modais do subjuntivo e do indicativo da encaixada.

No quadro sete, a seguir, apresentamos os grupos de fatores lingüísticos selecionados pelo programa VARBRUL e suas correlações com os tempos verbais em estudo.

Quadro 7

Grupos de fatores condicionantes em função dos tempos verbais

Alternância indicativo/subjuntivo em orações subordinadas substantivas	
TEMPO VERBAL	TEMPO VERBAL
Presente do indicativo vs. Presente do subjuntivo	Pretérito imperfeito do indicativo vs. Pretérito imperfeito do subjuntivo
Tipo de verbo da matriz	Tipo de verbo da matriz
Estrutura de assertividade da matriz (Negação)	Modalidade
Modalidade	

As variáveis selecionadas demonstram sua relevância nos dois tempos verbais controlados, refutando nossa hipótese de que o tempo verbal condiciona o modo da encaixada. Acreditamos ser importante ampliar o estudo da alternância e testar essa hipótese em orações com outros tempos verbais, a fim de investigar em que medida ele contribui para instaurar a noção modalidade e qual a sua relação com essa variável.

Para GIVÓN (1995, P. 127), o subjuntivo cobre uma noção pragmático-discursiva de baixa certeza epistêmica²⁰, ou seja, os conteúdos proposicionais expressos pelo subjuntivo assinalam expressões não-asseverativas, o não-comprometimento do enunciador perante o que é enunciado. A análise empreendida confirma essa assertiva como também demonstra a intrínseca correlação do uso do subjuntivo com o tipo de verbo da oração em orações subordinadas substantivas e a função precípua desse elemento lingüístico na proposição. Do ponto de vista do grupo de fatores

²⁰ “... the subjunctive covers the lower section of the sub-modality scale – weaker deontic force e lower epistêmica certainty”.

modalidade, os traços de incerteza/avaliação podem ser expressos tanto pelo indicativo quanto pelo subjuntivo, área considerada de alternância modal.

6 VARIÁVEIS SOCIAIS

Controlamos três variáveis sociais clássicas para análise: sexo, faixa etária e nível de escolaridade. A análise das variáveis anos de escolarização e faixa etária corresponde à seleção feita pelo programa VARBRUL nas rodadas referentes aos dados do presente do indicativo vs. presente do subjuntivo.

6.1 Anos de Escolarização

Para a análise deste grupo de fatores, partimos da hipótese de que o fenômeno em estudo é sensível a fatores externos. Assim, acreditamos que quanto maior o nível de escolaridade do falante maior a probabilidade de o subjuntivo ser usado. Sendo assim, esperamos que falantes que tiveram mais acesso ao ensino sistematizado e formal da língua portuguesa tendem a usar mais o subjuntivo, categoria considerada mais elaborada do ponto de vista estrutural e cognitivo e que requer ambientes sintático-semânticos de uso mais específicos do que o indicativo, forma considerada mais geral na língua, não-marcada (cf. CÂMARA, 1970).

Contudo, os resultados desse grupo de fatores referente às rodadas do presente não demonstram essa intrínseca correlação entre a influência da escola, conforme podemos verificar na tabela a seguir.

TABELA 14
Atuação do nível de escolaridade no uso do presente do subjuntivo

(Nível de significância .037)

Escolaridade	Nº de ocorrências do subj.	Total de dados	%	P.R
0 ano de escolaridade	15	48	31%	.76
1 a 4 anos de escolaridade	7	38	18%	.38
5 a 8 anos de escolaridade	8	71	11%	.20
9 a 11 anos de escolaridade	23	79	29%	.64
+ de 11 anos de escolaridade	17	57	30%	.52
Total	70	286	24%	-

A tabela supracitada representa a primeira rodada que realizamos com todos os contextos de uso das formas indicativo/subjuntivo. Os resultados evidenciam claramente que a escolarização parece não exercer controle sobre esse fenômeno. Falantes sem escolaridade apresentam maior possibilidade de empregar o subjuntivo (.76) do que pessoas com 9 a 11 anos (.64) e mais de 11 anos de escolaridade (.52). Esses resultados contrariam nossa hipótese para esse grupo de fatores, ou seja, não existe a suposta correlação entre anos de escolarização e uso do subjuntivo.

Partindo desses resultados, voltamos ao *corpus* para investigar quais seriam esses dados que estariam favorecendo o subjuntivo. Perguntamo-nos se os contextos de uso seriam os considerados de uso obrigatório do subjuntivo, ou seja, se esses 15 dados dos analfabetos seriam predominantemente com verbos volitivos. Dos 15 dados 8 são verbos volitivos como *querer, desejar* e 7 verbos cognitivos de opinião do tipo *achar e acreditar*, em outras palavras há praticamente a mesma quantidade de dados para os tipos de verbos, o que rejeita a possibilidade de estar essa probabilidade de aplicação relacionada a contextos de uso categórico de subjuntivo. Nossa expectativa era a de que os falantes com + de 11 anos de escolarização favorecessem mais o uso do subjuntivo e que falantes sem escolaridade formal usassem menos o subjuntivo por não terem tido contato de forma convencional com o ensino formal dos usos desses modos na escola.

Na rodada realizada sem verbos volitivos (*querer, desejar*) e sem verbos factivos (*saber*) o VARBRUL não selecionou esse grupo de fatores como significativo no fenômeno em estudo. Assim, os resultados desse grupo será apresentado apenas em termos percentuais, na tabela, a seguir.

Os dados da tabela a seguir correspondem a construções com verbos “*achar*”, “*dicendi*” e “*acreditar*” que cobrem a área da alternância modal.

TABELA 15
Atuação do nível de escolaridade no uso do presente do subjuntivo:
verbos cognitivos e dicendi

Escolaridade	Nº de ocorrências do subj.	Total de dados	%
0 ano de escolaridade	7	32	22%
1 a 4 anos de escolaridade	4	30	13%
5 a 8 anos de escolaridade	5	54	9%
9 a 11 anos de escolaridade	15	61	25%
+ de 11 anos de escolaridade	5	42	12%
Total	36	219	16%

Os resultados apresentam em termos de tendência a mesma direção apontada na rodada com todos os fatores. Falantes sem escolarização apresentam praticamente o mesmo percentual de uso do subjuntivo (22%) que pessoas com 9 a 11 anos de escolaridade (25%). Falantes com 1 - 4 e + de 11 anos de escolarização utilizam o subjuntivo praticamente com a mesma frequência, ou seja, 13% e 12%, respectivamente.

Voltamos ao *corpus* com o objetivo de recuperar os contextos favorecedores do subjuntivo. Dos 7 dados dos falantes sem escolaridade, 5 são com verbo *achar*, 1 com o verbo *acreditar* e 1 com verbo *dizer*. Chamou-nos atenção os contextos com verbo *achar*, considerados em via de gramaticalização, contudo apresenta-se muito presente nos dados de falantes sem escolaridade formal acompanhado da forma subjuntiva. O exemplo apresentado, a seguir, ilustra o contexto com verbo *achar*.

(88) *Eu acho que a perdição do mundo SEJA o dinheiro, qual foi o caso hoje lá:: um horror de gente correndo atrás do ladrão aí :: pra pegar :: pegou, a mulher tava contando o dinheiro da/da lojinha, é uma loja de revista, o ladrão chegou:: pá no dinheiro, correu:: quer dizer: correu mais de vinte pessoas atrás dele iam pegar:: pra quê? pra matar, o que é que ele ia fazer com trezentos reais? Ia perder a vida, eu/ eu/ a senhora dá a vida da senhora por um por um mundo todo? a senhora não dá, e o caba' era perigoso a morrer por trezentos reais, porque inclusive até a dona do dinheiro vinha correndo atrás, é por isso que eu digo' o dinheiro é a perdição (AAF, m, FII, E0).*

Tínhamos como hipótese que falantes com + de 11 anos de escolarização favorecessem mais o uso do subjuntivo e que falantes sem escolaridade formal usassem menos o subjuntivo por não terem tido contato de forma sistemática e convencional com o ensino formal dos usos desses modos na escola. A literatura sociolingüística em geral evidencia a forte correlação desse grupo de fatores a fenômenos de natureza fonológica e sintática, contudo, neste estudo, constatamos que a variável níveis de escolaridade exerce motivações diferentes, em função do nível de escolaridade do falante. Em outras palavras, não se evidencia um sentido crescente de uso em função dos anos de escolarização. Como vimos, falantes que nunca freqüentaram a escola apresentam, em ambientes de alternância modal, praticamente a mesma freqüência de uso que falantes que têm cerca de 11 anos de escolaridade. Falantes não escolarizados favorecem mais o subjuntivo do que falantes que freqüentaram a escola por mais de 11 anos, inclusive com o verbo *achar*, apresentado na literatura como em vias de gramaticalização dada a baixa variabilidade das formas modais. Tal resultado pode indicar que o emprego do subjuntivo, na fala dos não escolarizados do Cariri, é preservado nessa comunidade de fala.

No estudo realizado por Rocha (1997), essa variável não foi selecionada como relevante estatisticamente. A autora trabalhou com falantes com o antigo 2º grau, falantes com 1º grau completo e falantes de 1ª a 4ª séries. Os resultados estatísticos para o 2º grau e 1ª a 4ª séries seguem a mesma direção, apresentam peso relativo de (.55) e (.51) respectivamente, ou seja, a variável reflete um valor neutro em sua atuação sobre a regra.

Com relação aos contextos com verbos no pretérito imperfeito, evidenciamos, na rodada sem amalgamamentos, ou seja, com todos os grupos de fatores testados, os seguintes resultados. Lembramos que a análise das orações no imperfeito foi realizada apenas em termos percentuais dada a reduzida quantidade de dados encontrados no *corpus*.

TABELA 16

Atuação do nível de escolaridade no uso do imperfeito do subjuntivo

Escolaridade	Nº de ocorrências do subj.	Total de dados	%
0 ano de escolaridade	13	26	50%
1 a 4 anos de escolaridade	11	17	65%
5 a 8 anos de escolaridade	2	8	25%
9 a 11 anos de escolaridade	3	6	50%
+ de 11 anos de escolaridade	3	8	38%
Total	32	65	49%

Curiosamente os resultados do pretérito imperfeito apontam a mesma direção do resultado com dados no presente: falantes sem escolaridade e com 9-11 de escolarização apresentam o mesmo percentual de uso do subjuntivo; falantes com 1-4 anos de escolaridade se utilizam mais da forma subjuntiva do que falantes com 5-8 anos de escolarização e os mais escolarizados mantêm o baixo uso de subjuntivo em suas construções com imperfeito, independentemente do tempo verbal empregado no enunciado produzido.

Na rodada sem os verbos volitivos (querer, desejar, esperar) e factivos (saber), contextos preferenciais do subjuntivo e do indicativo, recortamos a análise em função exclusivamente da área de variação. Evidenciamos que não houve ocorrência do subjuntivo em orações com esse tempo verbal. A tabela, a seguir, ilustra os resultados dessa rodada.

TABELA 17
Atuação do nível de escolaridade no uso do imperfeito do subjuntivo com verbos cognitivos

Escolaridade	Nº de ocorrências do subj.	Total de dados	%
0 ano de escolaridade	Não ocorre	8	-
1 a 4 anos de escolaridade	Não ocorre	2	-
5 a 8 anos de escolaridade	Não ocorre	6	-
9 a 11 anos de escolaridade	Não ocorre	1	-
+ de 11 anos de escolaridade	Não ocorre	3	-
Total	-	20	0%

O reduzido número de ocorrências de orações com verbos cognitivos no pretérito imperfeito, encontrado no *corpus* em estudo, não nos autoriza dizer que não há variação em orações subordinadas substantivas no pretérito imperfeito. O que podemos afirmar é que não ocorreu variação com os verbos que recobrem os resultados da tabela, verbo *achar* (10 ocorrências), verbos *dicendi* (7 ocorrências), verbo *perceber* (2 ocorrências) e *julgar* (1 ocorrência), que permitem a alternância indicativo/subjuntivo na encaixada.

Os trabalhos variacionistas apontam a variável anos de escolarização no processo de variação e mudança, como um fator extremamente relevante (cf. SILVA, 1996; p. 337-50) e evidenciam que falantes de maior escolarização tendem a privilegiar mudanças que implementam uma forma socialmente aceita e desfavorecem mudanças que se opõem ao padrão. Neste estudo, vimos que os anos de escolaridade dos informantes não apresentam nenhuma correlação proporcional entre si, contrariando, assim, esse dado sociolingüístico.

Também o estudo de Gryner (2003) constatou que o uso do futuro do subjuntivo em orações condicionais na comunidade do Rio de Janeiro é liderado pelo grupo menos escolarizado. A autora afirma que esse resultado contraria as atitudes sociolingüísticas correntes sobre o subjuntivo tido como mais elaborado, mais planejado e mais abstrato e, portanto, atribuído aos falantes de maior instrução formal. Em segundo lugar, porque contraria a

tendência diacrônica atestada nas línguas indo-européias, que faz supor a obsolescência ou mesmo o desaparecimento do subjuntivo na fala informal.

Oliveira (2006), ao realizar um estudo comparativo do uso do modo verbal em orações subordinadas substantivas entre as regiões Nordeste e Sudeste, observou que nos dados do Nordeste, especificamente de João Pessoa, os fatores sociais não foram apontados como interferentes na seleção do modo verbal nas estruturas encaixadas. A autora constatou que, em ambiente lingüístico previsto para subjuntivo, o uso dessa forma é quase categórico nessa comunidade de fala. Resultados referentes ao falar de Fortaleza também apresentaram um alto percentual de subjuntivo na fala de analfabetos²².

Esses resultados, principalmente os referentes a falantes sem escolaridade, apontam indícios de ser o subjuntivo uma forma ainda preservada no falar do Nordeste, bem como sinaliza para o fato de que a escolarização não constitui fator tão relevante nos processos de variação e mudança. O fato de não escolarizados utilizarem mais o subjuntivo, forma mais elaborada, mais planejada cognitivamente, indica que essa forma encontra-se ainda muito presente em determinadas comunidades de fala do nordeste e não em estado de obsolescência na fala informal como prega a literatura.

No que concerne o ensino formal do modo na escola, Nunes (2001), em sua dissertação de mestrado, fez um levantamento de 15 coleções de livros didáticos num total de sessenta volumes, de 5^a a 8^a séries, e constatou que das quinze coleções apenas uma apresenta os itens modalidade, aspecto e emprego dos tempos e modos. A autora constatou que o livro didático propõe um estudo predominantemente teórico e voltado quase exclusivamente para as formas, ou seja, flexão, identificação e denominação dos tempos e modos verbais.

²² Segundo informações da Profa. Claudete Lima (UFC), em comunicação pessoal, ela observou nos dados do *corpus* a linguagem falada em Fortaleza (SOARES; ARAGÃO, 1996) que o informante sem escolaridade usou produtivamente o subjuntivo.

O fato de só uma coleção dar atenção ao emprego dos modos e tempos verbais sinaliza para a não prioridade do ensino dessas categorias, isentando esse fenômeno de maior controle da escola. Além disso, a alternância que estamos estudando não é um fenômeno estigmatizado socialmente, atestado, inclusive nas gramáticas tradicionais de referência (cf. SAID ALI, 1966; CUNHA; CINTRA, 1985). Diferentemente do que ocorre, por exemplo, com o fenômeno da concordância nominal. Alguns trabalhos (cf. SCHERRE, 1988; CARVALHO, 1997) têm evidenciado claramente a influência da escola no processo de variação da concordância nominal. A menor probabilidade de uso da concordância está correlacionada aos primeiros anos de exposição à escola, aumentando à medida que os anos de escolarização também aumentam. O trabalho de Nunes constatou que esse fenômeno constitui conteúdo escolar e é abordado em todas as coleções pesquisadas. Além disso, sabemos ser esse um fenômeno exercitado tão logo a criança entra na escola, já que é estigmatizado e controlado socialmente.

A seguir, apresentamos os resultados da variável social faixa etária, selecionada como relevante pelo VARBRUL nos dados do presente.

6.2 Faixa Etária

A observação e análise da variável faixa etária permitem detectar as duas direções básicas da língua: a relação de estabilidade do fenômeno ou a existência de mudanças lingüísticas em curso. Assim, o estudo dessa variável faz-se necessário, porque através dela é possível averiguar o estado da língua, se em variação ou em processo de mudança.

A análise das variáveis sociais, entre elas a da faixa etária, tem contribuído no sentido de detectar mudança lingüística em curso com base em dados sincrônicos. Entretanto, é preciso atentar para os resultados, a fim de entender se a significativa correlação entre faixa etária e a variável lingüística sob análise remete a uma verdadeira mudança ou indica apenas diferenças etárias.

Os resultados em tempo aparente podem ser mais confiáveis, se as diferenças etárias forem reforçadas pelos resultados associados ao

comportamento de outras variáveis externas como sexo, classe social e anos de escolarização (LABOV, 1966). Segundo Labov (1981, p. 185),

Nenhum dos fatores [sociais] pode ser tomado como distintivo ou auto-suficiente para identificar a presença ou ausência de uma mudança em progresso. Mas na combinação com outros fatores e a distribuição etária, eles podem ser úteis para resolver inevitáveis ambigüidades de estudos que não têm nenhum suporte do tempo real²³.

Para Naro; Scherre (1991, p.15), “os agrupamentos de indivíduos de forma não convencional, envolvendo outros fatores além dos tradicionais (sexo, escolarização, faixa etária) refletem melhor o direcionamento da variação e mudança”. Os autores observam que há, por exemplo, no fenômeno da concordância na comunidade de fala do Rio de Janeiro, fluxos e contrafluxos que atuam nessa variável de maneira que alguns grupos de falantes podem estar num processo de aquisição da forma, enquanto outros estão, ao mesmo tempo, perdendo a forma.

Com base nesses pressupostos, vejamos a análise em torno da variável faixa etária. Essa variável foi a terceira selecionada pelo VARBRUL. A tabela, a seguir, contempla todos os contextos de uso das formas modais inicialmente sob controle.

TABELA 18

**Atuação da faixa etária no uso do presente do subjuntivo:
todos os contextos**

(Nível de significância .037)

Faixa etária	Nº de ocorrência do subj.	Total de dados	%	P.R
15 – 25 anos	30	110	27%	.54
26 – 49 anos	21	115	18%	.34
acima de 50 anos	19	61	31%	.73
Total	70	286	24%	-

²³ “None of the features described above should be turn as distinctive or sufficient in themselves to identify the presence or absence of change in progress. But in combination with other features and age distribution, they may be useful in resolving the inevitable ambiguities of studies that don’t have any support from real time data” (LABOV, 1981, p. 185)

Como já foi dito, os resultados da tabela acima incluem todos os contextos sintáticos de uso do subjuntivo, não só aqueles que propiciam a alternância.

Os resultados mostram que falantes com mais de 50 anos de idade, considerados mais conservadores, usam mais o subjuntivo (.73), os jovens de 15-25 anos apresentam uma produtividade de uso neutra estatisticamente (.54), valores que se aproximam da neutralidade não têm um desempenho atuante sobre a regra. Os adultos de 26 – 49 anos desfavorecem o uso do subjuntivo (.34), ou seja, utilizam mais a forma indicativa em orações substantivas. Vale salientar que o percentual geral de uso do presente do indicativo no *corpus* foi de 76%. Se caracterizarmos o uso do indicativo em contextos de alternância como a forma inovadora, podemos dizer que os falantes acima de 50 anos usam mais a forma conservadora, nesse caso o subjuntivo.

Naro (1992) afirma que nem todo fenômeno influenciado pela faixa etária do falante representa uma mudança lingüística em progresso, pode tratar-se de uma variação estável. Na amostra em tempo aparente, a variável lingüística é distribuída através dos níveis de idade dos falantes. A dificuldade desse tipo de observação consiste em entender se a significativa correlação entre a idade e a variável lingüística estabelecida trata-se de uma verdadeira mudança em progresso ou de gradação etária, que é a mudança de comportamento lingüístico característica de uma certa idade, que se repete em cada geração, alterando a frequência de algumas variáveis lingüísticas por serem modificadas ou corrigidas em uma idade mais avançada do indivíduo.

O autor ressalta que essa forma de estratificação pode aprimorar a visão dos movimentos em tempo aparente, uma vez que os resultados obtidos através dos grupos de idade não fornecem uma resposta segura de como a mudança prossegue através dos vários níveis de idade. Os dados em tempo aparente são, portanto, relevantes para as observações em tempo real, uma vez

que eles podem suscitar questões acerca do tipo de mudança, bem como das diferenças que constituem a mudança lingüística (Labov, 1994).

Considerando que o foco deste estudo é a alternância modal, vejamos os resultados da análise do presente que contempla apenas os verbos que propiciam a variação. Foram desconsiderados os verbos volitivos e factivos.

TABELA 19

**Atuação da faixa etária no uso do presente do subjuntivo:
verbos cognitivos e dicendi**

(Nível de significância .016)

Faixa etária	Nº de ocorrência do subj.	Total de dados	%	P.R
15 – 25 anos	17	89	19%	.48
26 – 49 anos	8	89	9%	.38
acima de 50 anos	11	41	27%	.77
Total	26	219	16%	-

Os resultados mostram que falantes com mais de 50 anos de idade, considerados mais conservadores, usam mais o subjuntivo (.77), os jovens de 15-25 anos apresentam uma produtividade de uso baixa estatisticamente (.48) e os adultos de 26 – 49 anos desfavorecem o uso do subjuntivo (.38), ou seja, utilizam mais a forma indicativa em orações substantivas. Vale salientar que o percentual geral de uso do presente do indicativo no *corpus* foi de 84%. Se caracterizarmos o uso do indicativo em contextos de alternância como a forma inovadora, podemos dizer que os falantes acima de 50 anos usam mais a forma conservadora, nesse caso o subjuntivo. O subjuntivo é pouco produtivo em falantes de 15 -25 (.48) e de 26 – 49 (.38).

Esses dados sinalizam uma tendência de o uso do subjuntivo, nessa comunidade de fala, está concentrado na faixa etária de mais idade (.77). Em geral, o subjuntivo mostrou-se menos produtivo, especificamente no *corpus* do presente/presente, do que o indicativo. Isso reforça o já atestado na literatura acerca da natureza mais abrangente dessa categoria não-marcada na língua portuguesa (CÂMARA Jr., 1991).

Com relação aos dados do imperfeito, apresentaremos apenas a rodada em percentual que considera todos os contextos de uso, uma vez que a rodada que considerou apenas os verbos que cobrem a área de alternância apresentou contextos categóricos de indicativo com 100% de uso dessa forma independente da faixa etária e anos de escolaridade (cf. TABELA 16). A tabela abaixo apresenta os resultados da faixa etária no imperfeito.

TABELA 20

Atuação da faixa etária no uso do imperfeito do subjuntivo

Faixa etária	Nº de ocorrência do subj.	Total de dados	%
15 – 25 anos	8	18	44%
26 – 49 anos	12	19	63%
acima de 50 anos	12	28	43%
Total	32	65	49%

Os resultados acima referem-se a todos os contextos de uso, assim falantes com faixa etária de 15 – 25 anos e mais de 50 anos usam o mesmo percentual de uso do subjuntivo, 44% e 43%, respectivamente, sendo a faixa intermediária mais favorecedora dessa forma, com 63% de ocorrência do subjuntivo. O subjuntivo foi mais produtivo nos dados do presente do que do imperfeito, contudo podemos encontrar semelhanças entre as duas análises nos dados de falantes intermediários. Os falantes dessa faixa apresentam o maior percentual de uso do subjuntivo independente do tempo verbal empregado, ou seja, os mesmos falantes que favorecem o subjuntivo no presente favorecem-no no imperfeito. Podemos levantar a hipótese de que os falantes, nessa faixa de idade, sofrem fortes pressões sociais de natureza extralingüísticas, advindas das exigências do mercado de trabalho, do processo de profissionalização próprias, em geral, dessa fase etária. Não podemos esquecer, contudo, que esses dados são gerais e não contemplam a área de alternância das formas indicativo/subjuntivo, que se mostrou categórica favorecendo o indicativo. A comparação acima foi realizada considerando também os resultados gerais do presente.

A seguir apresentamos os resultados referentes á variável sexo.

6.3 Sexo

A influência da variável sexo sobre fenômenos de variação e mudança lingüística tem sido objeto de interesse dos estudos Sociolingüísticos (cf. LABOV, 1966; TRUDGILL, 1974; CLERMONT; CEDERGREN, 1991; SILVA; PAIVA, 1996).

Para Scherre (1988), o papel da variável sexo, especificamente o do sexo feminino, não é muito claro. A autora afirma que o comportamento dessa variável não contribui muito para a definição de um fenômeno em processo de mudança ou em variação estável.

Paiva (1994, p. 71) afirma que é preciso definir com maior precisão o papel da variável sexo nos processos de mudança. Quando se trata de implementar na língua uma forma considerada de prestígio, as mulheres tendem a liderar o processo de mudança. Quando a forma em processo de implementação é socialmente estigmatizada, as mulheres assumem uma atitude conservadora e os homens lideram o processo de mudança.

Em Paiva (2003), a autora adverte sobre a necessidade de ter cautela antes de buscar explicações acerca do efeito da variável gênero/sexo, vistas as múltiplas transformações por que passa a sociedade atual e, conseqüentemente, as organizações de cada comunidade de fala no que se refere à definição de papéis feminino e masculino.

Silva; Paiva (1996, p.362-366), com base na realização de um considerável levantamento dos trabalhos sobre a variável sexo, concluem que esse grupo se mostrou relevante para a maioria dos fenômenos abordados. As autoras apontam uma forte tendência de as mulheres usarem as formas lingüísticas padronizadas, entretanto o uso da variante padrão ocorre tanto

nos fenômenos considerados de variação estável quanto nos de mudança. Com relação à questão da mudança, afirmam que o quadro não é muito claro.

No que concerne a este estudo, a variável sexo não foi selecionada na análise que considera o tempo presente do indicativo.

Apresentaremos os resultados do presente com todos os contextos, em seguida a rodada referente apenas aos contextos variáveis. A tabela, a seguir, especifica a primeira situação.

TABELA 21

Atuação da variável sexo no uso do presente em orações substantivas

Sexo	Nº de ocorr. subjuntivo	Total de dados	%
Masculino	37	149	25%
Feminino	33	137	24%
Total	70	286	24%

A rodada referente a todos os contextos não apresenta diferenças de uso em relação ao sexo: falantes do sexo masculino e do sexo feminino usam equivalentes-se, em termos percentuais de uso do subjuntivo. Contudo, ao rodamos os dados apenas com contextos de variação esses valores mudam. A tabela a seguir, apresenta esses resultados. Verbos volitivos e factivos foram desconsiderados dessa rodada.

TABELA 22

**Atuação da variável sexo no uso do presente em orações substantivas:
verbos cognitivos e dicendi**

Sexo	Nº de ocorr. subjuntivo	Total de dados	%
Masculino	23	115	20%
Feminino	13	104	13%
Total	36	219	16%

Os resultados da tabela acima indicam o gênero masculino como favorecedor do subjuntivo (20%) em detrimento do gênero feminino (13%),

em contextos de uso de variação. Em outras palavras, o sexo masculino usa mais subjuntivo do que o sexo feminino.

Com relação aos resultados no pretérito imperfeito, quando rodamos os dados desse tempo verbal apenas com verbos que permitem a variação, ou seja, quando retiramos da rodada os verbos volitivos e factivos, a quantidade de dados caiu de 65 para 20 ocorrências. Desse total 100% figuraram com verbos no indicativo tanto no gênero feminino quanto no gênero masculino. Não houve, portanto, orações substantivas no subjuntivo com verbos no imperfeito. Contudo, vamos apresentar os resultados com todos os contextos de uso. É importante salientar que os resultados apresentados, a seguir, estão praticamente circunscritos a ambientes favorecedores do subjuntivo, visto que os poucos verbos que propiciam a área de variação apresentam categoricamente o uso do indicativo.

TABELA 23

Atuação da variável sexo no uso do imperfeito em orações substantivas

Sexo	Nº de ocorr. subjuntivo	Total de dados	%
Masculino	8	19	42%
Feminino	24	46	52%
Total	32	65	49%

Os dados com todos os contextos de uso do imperfeito apontam o sexo feminino como favorecedor do subjuntivo e o masculino desfavorecedor dessa forma.

Observamos que, em geral, o fenômeno não tem se mostrado sensível aos fatores sociais sob controle ou não apresenta uma direção clara em termos de resultados. Diversos trabalhos acerca da alternância também evidenciaram que não há uma forte atuação dos grupos de fatores sociais sobre o fenômeno em estudo.

Rocha (1997, p. 111) evidenciou que “o programa de análise estatística não considerou esta variável estatisticamente significativa para o fenômeno da alternância”, na rodada com todos os contextos de uso. A tabela a seguir ilustra os resultados obtidos pela autora.

TABELA 24
Sexo do falante

SEXO	OCORR. DO SUBJUNTIVO	TOTAL DE CASOS	%	P.R
Masculino	62	161	39%	(. 54)
Feminino	65	201	32%	(. 47)

Fonte: Tabela 25 – Sexo do falante (Rocha, 1997, p.111)

Para as orações substantivas, no que trata do grupo de fatores sexo, Pimpão (1999) observa que o uso do modo subjuntivo para homens obteve o peso relativo de (.63) e de (.36) para mulheres, “indicando o sexo masculino como contexto favorável à preservação da variante de prestígio” (PIMPÃO, 1999, p. 116), conforme demonstra a tabela retirada do trabalho da autora.

TABELA 25
Modo subjuntivo e sexo nas orações subordinadas substantivas

FATORES	APLIC/TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
Masculino	46/60	77%	.63
Feminino	35/55	64%	.36
Total	81/115	70%	-

Fonte: Tabela 11 - modo subjuntivo e sexo nas subordinadas substantivas (Pimpão, 1999, p. 94)

Em Domingos (2004) esse grupo de fatores não exerceu influência sobre o uso do pretérito imperfeito do indicativo, sendo excluído pelo Varbrul. Seus resultados evidenciaram um valor neutro sobre a regra para o uso do indicativo no sexo feminino (.53) e para o sexo masculino (.46), conforme tabela a seguir.

TABELA 26
Influência do sexo no pretérito imperfeito

FATORES	APLIC/TOTAL	%	P.R.
Feminino	120/206	58%	(.53)
Masculino	79/155	51%	(.46)
Total	199/361	55%	-

Fonte: Tabela 17 – Influência do sexo no pretérito imperfeito (Domingos, 2004, p. 117)

Os resultados em percentual de Fagundes (2007, p. 139) referentes ao grupo de fatores sexo levou o autor a “constatar e afirmar, por ora, que não é o *sexo do informante* que determina a escolha dos modos verbais, levando ao uso de Modo Subjuntivo ou de Modo do Indicativo”. Os resultados encontrados distribuem as ocorrências de maneira bastante homogênea, conforme tabela a seguir.

TABELA 27
Sexo do informante e modo verbal

<i>MODO VERBAL</i>	SEXO DO INFORMANTE			
	FEMININO		MASCULINO	
	N°	%	N°	%
Subjuntivo	1.306	90	1.128	90
Indicativo	136	10	131	10
TOTAL	1.459		1.259	

Fonte: Tabela 16 – Sexo do informante e modo verbal (Fagundes, 2007, p. 139).

Os resultados encontrados neste estudo e nos trabalhos supracitados com dados de algumas regiões do país indicam que o fenômeno da alternância não é uma variável de comportamento social estável. Considerando os papéis sociais dos sujeitos relevantes para entendermos quais as correlações do gênero/sexo com o uso da linguagem, acreditamos, embora tenhamos alguns

dados sociais, ser necessário um estudo mais apurado, em que se possa ter maior controle desse grupo de fatores. Concordamos com Paiva (2003) quando ressalta o cuidado que devemos ter na explicação dessa variável descontextualizada da complexa rede de relações sociais e da multiplicidade de papéis a que os sujeitos da sociedade atual estão submetidos. Isso se faz importante por ser a linguagem o instrumento que funda essas relações e molda-as para tecer o universo discursivo que é produto da constante conjunção de forças internas e externas.

CONCLUSÃO

Nesta tese, percorremos o seguinte trajeto: começamos o percurso recorrendo aos conceitos de Variação e Mudança propostos por Labov. Em seguida tratamos da concepção de língua para a Sociolingüística laboviana; os princípios de mudança; conceito de regra variável, incluindo variável/variantes; procedimentos metodológicos da Sociolingüística e, por fim, a discussão de Lavandera (1978) e Labov (1978) acerca da aplicação da regra variável a fenômenos de natureza sintática.

Buscamos, na abordagem normativa tradicional, o que os gramáticos concebem como modo e como a alternância é atestada nesses compêndios. Nessa perspectiva, o modo é relacionado à atitude do falante, considerado uma categoria gramatical e o emprego do indicativo e subjuntivo está condicionado à carga semântica do verbo da oração principal. Em seguida, seguimos com a apresentação de alguns estudos descritivos sobre o modo no português, como alguns autores tratam essa categoria, como o concebem e de que forma se distribuem na língua portuguesa. Encerramos com a resenha de estudos realizados no âmbito variacionista. Esses estudos apontam para a significância dos grupos de fatores tipo de verbo da oração principal e modalidade sobre a alternância. Relacionam o subjuntivo ao desejado, esperado e à noção de futuridade. Em geral, os trabalhos relatados focalizam o objeto numa perspectiva semântica e atribuem ao modo à atitude do falante perante o que enuncia. Apresentamos ainda algumas considerações teóricas sobre tempo verbal (*tense*), modo e modalidade que nos serviram de ferramenta para a análise e codificação dos dados.

Esses passos nos auxiliaram na análise lingüística dos dados. A análise empreendida com os dados do presente evidenciou que as variáveis lingüísticas tipo de verbo, estrutura da assertividade e modalidade são

condicionadoras do fenômeno em estudo. As construções com presença do operador de negação receberam mais a forma subjuntiva na encaixada do que as orações declarativas. Considerando a força da negação no processo em estudo e a já clássica variável tipo de verbo, realizamos um cruzamento dessas variáveis com o objetivo de investigar em que medida se dá a inter-relação entre esses grupos. O cruzamento demonstrou que a negação é um elemento que favorece a seleção do subjuntivo, inclusive em verbos do tipo ‘achar’, em via de gramaticalização, conforme atesta Galvão (1999). Contudo os verbos factivos do tipo ‘saber’ não sofrem pressões do operador de negação, selecionam o indicativo quase categoricamente. Esse fato demonstra a força e função que o tipo de verbo assume na proposição. Esse contexto independe da presença ou não do operador de negação.

Esses dados indicam a função dos elementos lingüísticos na sentença, já a variável modalidade nos fornecerá dados da relação da atitude do falante perante o que enuncia, em outras palavras essa variável procura dar conta da função comunicativa dos modos na sentença. As rodadas com orações no presente, reforça, em termos de tendência, os resultados apontados em Pimpão (1999), para os dados de Florianópolis. Há uma associação do subjuntivo com o traço de futuridade/modalidade *irrealis*, na projeção de eventos hipotéticos, não-factuais. Contudo, no *corpus* em estudo, o traço de futuridade expresso na oração está intimamente imbricado tipo de verbo da oração principal, especificamente aos verbos com traço [volitivo]. Isso pôde ser confirmado no cruzamento feito com os dois grupos de estudos, o traço de futuridade ocorre preferencialmente em verbos [+volitivo]. Nas orações selecionadas para estudo, sempre que a sentença ocorre com verbo [volitivo] o subjuntivo é requerido, com verbo [factivo] a forma modal selecionada é o indicativo. Verbos com traços [cognitivo, opinião, avaliação] selecionam tanto o indicativo quanto o subjuntivo.

Em linhas gerais, o subjuntivo se configurou como um domínio semântico-discursivo que favorece noções de futuridade, não-asserção, avaliação, opinião, traços atribuídos à categoria *irrealis*. Os resultados apontam também que a seleção do subjuntivo envolve a atuação de três grupos de fatores importantes: tipo de verbo da oração, estrutura da assertividade da

oração e a modalidade. Assim, acreditamos que há um jogo morfossintático e sintático-semântico regendo o fenômeno da alternância de forma que nesse ambiente lingüístico o valor modal da oração encaixada se harmoniza semanticamente com o verbo da oração principal ou desaparece em função do mecanismo sintático-semântico da oração. Nesses casos, o significado modal da sentença é imposto muito mais pelos componentes lingüísticos e discursivos da proposição do que propriamente pela forma modal da encaixada.

Do ponto de vista do princípio de marcação (Givón, 1995), vimos que a forma subjuntiva, em orações substantivas introduzidas pela partícula **que**, com tempo verbal no presente, é menos freqüente do que a forma indicativa; do ponto de vista estrutural, mais elaborado por requerer contextos de uso bem específicos. O emprego do subjuntivo está correlacionado a relações sintático-semânticas delimitadas gramaticalmente; do ponto de vista cognitivo exige mais esforço mental se correlacionarmos à idéia de que o uso do subjuntivo assinala uma tomada de posição subjetiva do falante em relação à proposição enunciada, bem como enuncia eventos ainda não vivenciados, enunciado não-asseverativos, muitas vezes projetados para o futuro, algumas vezes idealizados pelo falante, outras vezes isenta-o do compromisso com o dito em avaliações, opiniões enunciadas.

A análise com dados do pretérito imperfeito do indicativo vs. pretérito imperfeito do subjuntivo foi apenas em termos percentuais. Quando isolamos os verbos volitivos e factivos e realizamos a rodada tivemos uma redução considerável de dados. Do total de 65 dados restaram 20 ocorrências todas no indicativo. Em síntese, o subjuntivo só foi significativo num pequeno conjunto de dados, em dados com verbos volitivos. Os contextos de alternância apresentaram-se categóricos do indicativo. Um estudo com uma amostra maior faz-se necessário para a análise da alternância nesses contextos do pretérito imperfeito, assim como expandir para orações com outros tempos verbais, a fim de investigar em que medida os grupos de fatores controlados exercem atuação sobre o fenômeno.

Contudo na análise com todos os contextos, os resultados seguem a mesma direção dos dados do presente: verbos volitivos favorecem quase categoricamente o subjuntivo e a área de variação está circunscrita aos verbos com traços [cognitivos].

No capítulo 6, apresentamos as variáveis sociais anos de escolarização, faixa etária e sexo para os dados do presente e do imperfeito. Os anos de escolaridade não estar correlacionado ao fenômeno em estudo.

Na análise com dados do presente o VARBRUL selecionou as variáveis anos de escolaridade e faixa etária. Os falantes que mais usam o presente do subjuntivo são os menos escolarizados. Falantes não escolarizados favorecem mais o subjuntivo do que falantes que freqüentaram a escola por mais de 11 anos, inclusive com o verbo *achar*, apresentado na literatura como em vias de gramaticalização dada a baixa variabilidade das formas modais. Tal resultado pode indicar que o emprego do subjuntivo, na fala dos não escolarizados do Cariri, é preservado nessa comunidade de fala. Os dados do imperfeito seguem essa mesma direção.

Esses resultados, principalmente os referentes a falantes sem escolaridade, apontam indícios de ser o subjuntivo uma forma ainda preservada no falar da comunidade de fala, quiçá do Nordeste, bem como sinaliza para o fato de que a escolarização não constitui fator tão relevante em alguns processos de variação e mudança, principalmente quando o fenômeno não é objeto direto de ensino na escola. O fato de não escolarizados utilizarem mais o subjuntivo, forma mais elaborada, mais planejada cognitivamente, indica que essa forma encontra-se ainda muito presente em determinadas comunidades de fala do nordeste e não em estado de obsolescência na fala informal como prega a literatura (cf. Gryner, 2003).

Com relação à faixa etária nos dados do presente, os falantes com mais de 50 anos conservam mais a forma subjuntiva em sua fala (.73) do que jovens de 15 – 25 anos (.54) e falantes com faixa etária de 26 -49 (.34). Essa direção se mantém na rodada realizada só com a área de alternância. Embora o subjuntivo seja muito produtivo nessa comunidade, acreditamos haver um

processo de variação estável na comunidade estudada, falantes mais jovens e com faixa intermediária apresentam menos probabilidade de uso do subjuntivo do que falantes de mais idade.

A análise referente ao imperfeito foi realizada apenas em termos percentuais, com todos os contextos. Os resultados apresentam direção diferente do presente: falantes de 15 – 25 anos e com mais de 50 usam praticamente o mesmo percentual de subjuntivo, 44% e 43% e falantes da faixa intermediária usam 63% dessa forma em sentenças subordinadas substantivas.

A variável sexo não foi selecionada nas análises empreendidas. Em termos percentuais, os resultados da variável gênero/sexo, na análise do presente, com todos os contextos de uso, não apresenta diferenças de uso em relação ao sexo: falantes do sexo masculino e do sexo feminino apresentam praticamente os mesmos percentuais de uso do subjuntivo, a saber, respectivamente: 25% e 24%. Contudo, ao rodamos os dados apenas com contextos de variação esses valores mudam. O gênero masculino favorece mais o uso do subjuntivo (20%) do que o gênero feminino (13%), nesses ambientes de variação.

Com relação aos resultados no pretérito imperfeito, quando rodamos os dados desse tempo verbal, apenas com verbos que permitem a variação, 100% das sentenças figuraram com verbos no indicativo tanto no gênero feminino quanto no gênero masculino. Dada a reduzida quantidade de dados não houve orações substantivas no subjuntivo com verbos no imperfeito. Os resultados com todos os contextos de uso indicam sexo feminino como favorecedor do subjuntivo e o masculino desfavorecedor dessa forma. É importante salientar que esses resultados estão praticamente circunscritos a ambientes favorecedores do subjuntivo, visto que os poucos verbos que propiciam a área de variação apresentam categoricamente uso do indicativo.

Observamos que, em geral, o fenômeno não tem se mostrado sensível aos fatores sociais sob controle ou não apresenta uma direção clara em termos de resultados. Diversos trabalhos acerca da alternância também evidenciaram

que não há uma forte atuação dos grupos de fatores sociais sobre o fenômeno em estudo. Os resultados encontrados neste estudo e nos trabalhos referenciados (cf. ROCHA, 1998; DOMINGOS, 2004; FAGUNDES, 2007), com dados de algumas regiões do país, indicam que o fenômeno da alternância não é uma variável de comportamento social estável. Acreditamos ser importante um maior refinamento das variáveis sociais, especificamente dos grupos de fatores anos de escolaridade e sexo, em função da complexidade de papéis da escola e da atuação dos sujeitos femininos e masculinos dessa sociedade atual globalizada, que se realiza e se funda na constante inter-relação língua e sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Jeronymo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portugueza**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1875.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º. e 2º. graus**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. **The evolution of Grammar: Tense, aspect, and modality in the languages of the world**. Chicago-USA, 1994.

BYBEE, Joan L. **Irrealis as a gramamatical category**. Antropological Linguistics. 40. 1998. (p. 257 – 271)

BYBEE, J.; FLEISHMAN, S. **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, ([1970]1991).

CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. **Princípios de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1989.

CARVALHO, Hebe Macedo. **Concordância nominal: uma análise variacionista**. 1997. 158p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1997.

CARVALHO, Hebe M. o uso variável do subjuntivo em orações substantivas. In: HORA, D. et. al. **XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos**. João Pessoa, Idéia, 2006.

CEDERGREN, Henrietta; SANKOFF, David. Variables rules: performance as a statistical reflection of competence. **Language**, 50 (2), jun. 1974. (p. 333-55)

CHAFE, Wallace. The realis-irrealis distinction in Caddo, the Northern Iroquoian languages, and English. In: Bybee, J. FLEISCHMAN, Suzanne. **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1995. (p. 349 – 365)

CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic theory**: linguistic variation and its social significance. Cambridge: Blackwell, 1995.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução de José Antonio e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Américo Amado, 1975.

CLERMONT, J. ; CEDERGREN, H. Les R de ma mère sont perdus dans l'a. In: COUTHARD, M. **Linguagem e sexo**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

COAN, Márluce. **As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente**. 2003. 238p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

COELHO, F. Adolpho. **Noções elementares de grammatica portugueza**. Porto: Lemos & C.A Editores, 1891.

CORVALÁN, Carmem. Silva. **Sociolinguística**: teoria y análisis. Madrid: Lavol, 1988. (p.01 - 08; 59 - 69; 154 – 64).

CUNHA, C.; CINTRA, Lindley. F. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DOMINGOS, Rosemary de Fátima de Assis. **Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado**. 2004. 134p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DIAS, Augusto Epiphanyo da Silva. **Syntaxe histórica portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 1970.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.) **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985, p. 343-35.

FAGUNDES, Edson Domingos. **As ocorrências do modo subjuntivo nas entrevistas do Varsul no estado do Paraná e as possibilidades de variação com o modo indicativo**. 2007, 220p. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FIGUEROA, E. **Sociolinguistic metatheory**. Oxford: Pergamon, 1996.

GALVÃO, Vânia Cristina Casseb. **O achar no português do Brasil**: Um caso de Gramaticalização. 1999. 165p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1999.

GIVÓN, Talmy.. On Understanding Grammar. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. **Syntax – a functional-typological introduction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

_____. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, T. **Syntax: an introduction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

GUY , Gregory R. ; ZILLES, Ana. **Sociolinguística Quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007.

GÖRSKI, Edair Maria et. Alii. Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. In: VANDRESSEN, Paulino (Org.). **Variação e mudança no português falado da região sul**. Pelotas: EDUCAT, 2002.

GRYNER, Helena. Equilíbrio e desequilíbrio na evolução das estruturas condicionais. In: PAIVA, Maria da Conceição de. & DUARTE, Maria Eugênia LAMOGLIA, M.E. (Org.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2003.

HUDSON, R. A. **Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

LABOV, W. **The social stratification of english in New York city**. Arlington: Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic working paper**, 44. Texas, 1978.

_____. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. **Language variation and change**, 1990. 2, p. 205 – 254.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: internal factors**. v. 1. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, W. **Principles of linguistics change: Social factors**. Malden, Massachussets-USA:Blackwell, 2001.

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? In: **Language Society**, nº 7. Printed in Great Britain, 1978. (p.171-182)

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Trad. de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. Três documentos medievais trecentistas em confronto: indícios paleográficos e lingüísticos recorrentes e divergentes nos manuscritos Serafim da Silva Neto. Disponível em: < http://www.prohpor.ufba.br/tresdoc.html#_ftn1>. Acesso em: 17 ago. 2007.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

MATEUS, Maria Helena Mira et alii. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

MEIRA, Vívian. **O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro**. 2005. 316p. Dissertação

(Mestrado em Lingüística) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2005.

MOURA, H. M. de Melo. **Significação e contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insular, 1999.

MELO, Gladstone Chaves. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

NARO, Anthony J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C. (Org.) **Introdução à sociolingüística variacionista**. 2. ed. Cadernos Didáticos UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (p. 17 – 25)

_____ & SCHERRE, Maria Marta P. Variação e mudança lingüística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala. **Cadernos de estudos lingüísticos**, 20. **Sociolingüística**. IEL/UNICAMP: 9-15. 1991.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 1987.

NEVES, M. H. M.. A modalidade. In: Ingedore G. Villaça Koch. (Org.). **Gramática do português falado**: Desenvolvimentos. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1996, v. 6, p. 163-199.

_____. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NUNES, Gisele da Paz. **O ensino da gramática nas escolas de ensino fundamental**: a questão do verbo. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

OLIVEIRA, Bento José de. **Nova Grammatica Portugueza**. Coimbra: Livraria Orcel – Casa Editora, 1887.

OLIVEIRA, Fátima. Modalidade e Modo. In: MIRA MATEUS, Maria Helena et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

PAIVA, Maria da Conceição. Sexo. In: MOLLICA, M. C. (org.) **Introdução à sociolingüística variacionista**. 2. ed. Cadernos Didáticos UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (p.69 - 73).

PAIVA, M.C.. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M.C. & BRAGA, M.L.(Orgs.) **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003. (p.33 – 42).

PALMER, F.R. **Mood and modality**. New York: Cambridge University Press, 1986.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. Relevância das variáveis lingüísticas. In: MOLLICA, M.C. & BRAGA, M.L. **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

PEREIRA, Maria Ângela Botelho. **Aspectos da oposição modal indicativo/subjuntivo no português contemporâneo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1974, 265p. Dissertação (Mestrado em Lingüística), Curso de Pós-Graduação em Lingüística, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PERINI, M. A. **Gramática Descritiva do Português**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

PIMPÃO, Tatiana S. **Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática**. 128f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PINTZUK, S. **Programs VARBRUL**. Tradução de Ivone Isidoro Pinto. Rio de Janeiro, 1988.

POPLACK, Shana. The inherent variability of the French subjunctive. In: **Theoretical Analyses in romance linguistics**. Amsterdam: John Benhamins publishing company, 1992. (p. 235-263)

RAMOS, J. Sociolingüística paramétrica ou variação paramétrica? In: HORA, D. & CHRISTIANO, E. **Estudos lingüísticos: realidade brasileira**. João Pessoa: Idéia, 1999.

RAPOSO, E.P. **Teoria da gramática: a faculdade da linguagem**. Lisboa: Caminho, 1992.

RIBEIRO, Julio. **Grammatica Portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & C., 1914.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 18. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

ROCHA, Rosa Cecília. **A alternância dos modos indicativo/subjuntivo em orações subordinadas substantivas em português**. 1997. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

ROMAINE, S. **Sociolinguistic variation in speech communities**. London: Edward Arnold, 1982.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.

SANKOFF, David. Variables rules. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Nobert ; MATTEIR, Klaus J. (eds.) **Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society**. New York: Walter de Gruyter, 1988b.(p. 984 – 998).

SEVERO, Cristine Görski. O lugar do indivíduo na teoria laboviana. *Revista Língua(gem): variação e mudança lingüística*. Vol. 01, número 2, Macapá – AP: ILAPEC, 2004.

_____. **Variables rules**. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Nobert & MATTEIR, Klaus J. (eds.) *Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society*. New York: Walter de Gruyter, 1988b. pp. 984 - 98.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. 11 ed. São Paulo, Cultrix, 1988.

SERAINÉ, Floriano. Introdução ao Atlas lingüístico e folclórico do Cariri. In: **Revista do Instituto do Ceará**, 86, Fortaleza, 1972. (p.5-23).

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Reanálise da concordância nominal em português. Tese (Doutorado em Lingüística). 1988. 554f. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SEVERO, C.G.O. O lugar do indivíduo na teoria laboviana. In: Revista língua(gem): variação e mudança lingüística. v. 1. n.2. Macapá: ILAPEC, 2004.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira. & SCHERRE, Maria Marta Pereira. (ORGs.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro.** Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ, 1996.

SILVA, G.M. de O. & PAIVA, M. C. de & SOUZA de Roncarati, C. N. Diferenças lingüísticas entre sexos: fronteiras entre o biológico e o cultural? **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 117: 5/6, abr- jun., 1994. p. 07 - 15.

SILVA, G.M. de O. & PAIVA, M. C. de. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SVEJZER, A.; NIKOL'SKIJ, L.B. **Introduction to Sociolinguistics.** Philadelphia: John Benjamins, 1986.

TARALLO, Fernando. **A Pesquisa Sociolingüística.** São Paulo: Ática: 2001.

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics: an introduction to language and society.** Harmondsworth: Penguin Books, 1974.

_____. **The social differentiation of English in Norwich.** Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William ; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. e MALKIEL, Y. (eds.) **Directions for historical linguistics.** Austin: University of Texas Press, 1968.

WEINER, J. e LABOV, William. Constraints on the agentless passive. **Journal of Linguistics**, 1977, (p.29-58).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)